



# **MUNICÍPIO DE MERCEDES**

## **ESTADO DO PARANÁ**

Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

### **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

**PROCESSO LICITATÓRIO N º: 12/2026**

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº 7/2026

**OBJETO:** *Aquisição, baseada na política pública denominada "Compra Mercedes", de carimbos e livros de protocolo para uso nas Secretarias e no Departamento de Contabilidade do Município de Mercedes/PR.*

**DATA:** 28 de janeiro de 2026



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

### DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

<b>Órgão:</b> Município de Mercedes	
<b>Sector requisitante:</b> Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças	
<b>Responsável pela Elaboração do Documento:</b> Everton Santana Gomes	
<b>E-mail:</b> contabilidade@mercedes.pr.gov.br	<b>Telefone:</b> (45) 3256-8025
<b>1. Objeto (o que - descrição sucinta):</b> Aquisição de carimbos e livros de protocolo para uso nas Secretarias e no Departamento de Contabilidade do Município de Mercedes/PR.	
<b>2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente):</b> A presente aquisição justifica-se pela necessidade de aprimorar o controle, a transparência e a segurança do sistema de pagamentos do Município. Atualmente, não existe controle formal da tramitação dos documentos fiscais encaminhados ao Departamento de Contabilidade para fins de liquidação. Essa ausência torna o sistema frágil e suscetível a extravios de documentos, o que pode comprometer a tempestividade dos pagamentos. Com a implantação dos livros de protocolo, cada documento fiscal terá suas informações devidamente registradas, bem como a secretaria de origem, permitindo o rastreamento da nota fiscal, a identificação dos responsáveis pelo encaminhamento e do servidor que recebeu os documentos na contabilidade. Dessa forma, será instituído um controle rigoroso e seguro sobre a tramitação dos documentos fiscais. O fornecimento de carimbos personalizados, por sua vez, será destinado ao atesto do recebimento definitivo de bens e serviços pelas secretarias. Os carimbos serão utilizados para identificação e assinatura dos fiscais de contratos, responsáveis por acompanhar a execução dos instrumentos contratuais e atestar tal acompanhamento no verso do documento fiscal. Também serão empregados para o atesto do recebimento e para a autorização de liquidação e pagamento pelo ordenador de despesas. Essa prática visa assegurar que todo documento fiscal encaminhado à Contabilidade tenha, obrigatoriamente, passado pelo fiscal do contrato e pelo ordenador de despesas, impedindo que fornecedores entreguem notas fiscais diretamente à Contabilidade ou que sejam realizados pagamentos por produtos ou serviços em desacordo com o contrato, ou que sequer tenham sido efetivamente recebidos pelas secretarias. Além disso, faz-se necessária a aquisição de carimbos para a Secretaria Municipal de Saúde, em razão da contratação de novos servidores por meio do Concurso Público nº 001/2025, cuja homologação foi em 22 de dezembro de 2025. Referidos profissionais necessitam de carimbos para assinatura de receitas e prescrições de tratamentos, bem como para o registro e atesto de atendimentos em fichas próprias, devendo constar, obrigatoriamente, o número de seus registros nos respectivos conselhos de classe.	



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Pag.

03

Ass.

3. Tipo de item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços\*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:

Item	Descrição	Catmat	Código IPM	Und	Qtd	RS Unit	RS Total
01	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 60mm x 40mm – indicação: ideal para carimbos de até 8 linhas. Referência: Trodat printy 4927	259965	17567	Und.	40	133,40	5.336,00
02	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em	434453	17567	Und.	11	152,48	1.677,28





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Pag.  
04Ass.  

	foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 75mm x 38mm – indicação: ideal para carimbos de até 5 linhas. Referência: Trodat printy 4926						
03	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 38mm x 14mm – indicação: ideal para carimbos de até 4 linhas. Referência: Trodat printy 4912	362783	17567	Und.	12	43,33	519,96
04	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da	362783	17567	Und.	12	51,67	620,04





# Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag-

05

Ass-

	compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 47mm x 18mm – indicação: ideal para carimbos de até 5 linhas. Referência: Trodat printy 4912						
05	Livro de expediente protocolo de correspondência 1/4 c/ 100 folhas, Capa dura fabricada em papelão 0,705 grs, revestido em papel off-set, plastificado. Miolo: papel off-set. Formato aproximado 155 x 220 mm. Referência: Tilibra, São Domingos	402513	13087	Und.	10	21,79	217,90

**Justificativa do quantitativo previsto (como se definiu o mesmo):** O quantitativo foi estimado com base no número de fiscais e gestores de contratos, bem como de ordenadores de despesas, que necessitarão de carimbos para a assinatura de documentos fiscais. Considerou-se, ainda, a quantidade de secretarias e setores que receberão livros de protocolo destinados ao registro dos processos encaminhados à Divisão de Contabilidade. Adicionalmente, levou-se em conta o número de profissionais de saúde a serem contratados ou que demandam a substituição de carimbos.

**4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do PCA, indicar o valor correspondente ao exercício financeiro do Plano):**

R\$ 8.371,18 (oito mil, trezentos e setenta e um reais e dezoito centavos)

**5. Previsão da data desejada para a contratação:** 15/02/2025.

**6. Grau de prioridade da compra ou contratação:**

( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta ( ) Muito Alta



# Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

06

Ass.

*[Signature]*

7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, visando a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas:

( ) SIM – Qual:

(x) NÃO

8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível de elemento e desdobramentos:

02.004.04.122.0003.2006 – Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

Elemento de despesa: 333903016

Fonte de recurso: 000, 510

02.007.10.301.0006.2027 – Gestão das Unidades de Atenção Básica.

Elemento de despesa: 333903016

Fonte de recurso: 494

8.1. Centro de Custo

02.004.001 ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

02.006.001 ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE

9. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º<sup>1</sup> do art. 7º do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023):

(x) SIM

( ) NÃO

Justificativa (especificar porque é opcional, se for o caso): Demanda de complexidade baixa.

Mercedes-PR, 08 de janeiro de 2026.

Assinatura do Responsável pela Formalização da Demanda

<sup>1</sup> § 7º A elaboração do ETP e a análise de riscos será opcional nos seguintes casos:

I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II - quaisquer alterações contratuais realizadas por meio de termo aditivo ou apostilamento, inclusive acréscimos quantitativos e prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada;

III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: mercedes@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Pag.

07

Ass.

Ciente e de acordo:

Secretário da Pasta Interessada (nome): Edson Knaul

Assinatura: **EDSON**  
**KNAUL:886323509**  
**00**

Assinado de forma digital por  
EDSON KNAUL:88632350900  
Dados: 2026.01.08 07:47:29  
-83'00'





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

### CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

**CERTIFICO** para fins de direito, sob as penas da lei, que o Documento de Formalização de Demanda – DFD, relativo à *aquisição de carimbos e livros de protocolo para uso nas Secretarias e no Departamento de Contabilidade do Município de Mercedes/PR*, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 08 de janeiro de 2026

EDSON

KNAUL:886323509

00

Assinado de forma digital por  
EDSON KNAUL:88632350902  
Dados: 2026.01.08 07:47:42  
+03'00'

**Edson Knaul**

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,  
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Pag.

01

Ass.

**Memorando nº 21/2025 – SMPAF**

Em, 30 de dezembro de 2025.

DA: Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

PARA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego

**ASSUNTO: Solicitação de verificação sobre enquadramento de Processo Licitatório destinado a aquisição de carimbos e livros protocolos, a fim de atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Mercedes/PR, (CNAE: 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria); ao Decreto Municipal nº 093/2024, que instituiu a política pública denominada "Compra Mercedes".**

Considerando que a Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006, instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, estabelecendo uma série de instrumentos destinados ao fortalecimento da economia local e regional, assegurando o tratamento diferenciado e favorecido para referidas empresas, com a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, permitindo, ainda, o estabelecimento de regras de prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.

Considerando que o Município de Mercedes, através da Lei Complementar Municipal n.º 012/2009 regulamenta a aplicação local das regras de tratamento diferenciado e favorecido previstas na Lei Complementar nº 123/2006, estabelecendo o incentivo ao desenvolvimento de Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP locais e regionais, como uma das principais ações para promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, para a ampliação da eficiência das políticas públicas, bem como para o incentivo à inovação tecnológica.

Considerando que o Decreto Municipal n.º 093, de 10 de junho de 2024, instituiu a política pública denominada de "Compra Mercedes", consoante justificativa constante de seu Anexo Único, regulamentando as disposições da Lei Complementar Municipal n.º 012/2009, alteradas pela Lei Complementar Municipal n.º 073, de 04 de junho de 2024.

Considerando que o art. 8º, I e II, do Decreto Municipal nº 093/2024, reza que poderá ser aplicada prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte locais, até o limite de 10% do melhor preço válido: I – nos itens de contratação de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), com exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte; e II – nas cotas de até 25% (vinte e cinco por cento) reservadas para microempresas e empresas de pequeno porte.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 95.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)

Página | 1

30/12/25  
JRM





## Município de Mercedes

### Estado do Paraná

Considerando que os objetivos a serem atingidos através do tratamento diferenciado promovido pela Lei Complementar nº 123/2006, tais como a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas, o incentivo a inovação e a tecnologia, e o fomento as empresas locais serão contempladas em proporções variáveis entre si, a depender do objeto que esteja sendo contratado.

Considerando que o art. 9º do Decreto Municipal nº 093/2024 reza que, nas hipóteses de seu art. 8º, a participação nos certames públicos poderá ser restrita unicamente aos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que compõem a "região de Mercedes", composta pelos municípios de Mercedes, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Nova Santa Rosa, Guaíra e Terra Roxa, quando existentes em número igual ou superior a 03 (três) competitivas, devendo, em caso contrário, ser ampliada às Microempresas, Empresas de Pequeno porte e Microempreendedores Individuais, situados na microrregião 022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**Solicitamos cordialmente à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego que verifique, junto ao cadastro econômico do município ou no mapa de empresas do ministério da economia, levando em consideração o objeto a ser contratado e os CNAES compatíveis:**

- Verifique se existe, ou não, quantitativo mínimo de 03 (três) empresas localizadas na "região de Mercedes" enquadradas como ME ou EPP, aptas a participar de processos licitatórios, que exerçam dentre as suas atividades econômicas principais ou secundárias, **comércio de materiais de expediente, a fim de atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Mercedes/PR, (CNAE: 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria);**
- Em caso de negativa da solicitação anterior, verifique se existe, ou não, quantitativo mínimo de 03 (três) empresas localizadas na microrregião 022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE enquadradas como ME ou EPP, aptas a participar de processos licitatórios, que exerçam dentre as suas atividades econômicas principais ou secundárias, **comércio de materiais de expediente, a fim de atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Mercedes/PR, (CNAE: 4761-0/03 - Comércio varejista de artigos de papelaria);**





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Se existente o número mínimo de empresas, requer seja juntada cópia atualizada dos CNPJ's dos potenciais fornecedores identificados, com CNAES compatíveis com o objeto a ser licitado.

Por fim, colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos.

EDSON

KNAUL:88632350900

Assinado de forma digital por

EDSON KNAUL:88632350900

Dados: 2025.12.30 11:52:46 -03'00'

**Edson Knaul**

**Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças**



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

12

**Memorando nº 21/2025 – SMPAF**

Mercedes, 30 de dezembro de 2025.

DA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego

PARA: Secretaria Municipal Planejamento, Administração e Finanças

**Assunto: Resposta ao memorando nº 21/2025**

Prezados Senhores,

Diante da instituição da política pública denominada de "COMPRA MERCEDES", que dispõe sobre a aplicação do tratamento diferenciado e favorecido previsto nos artigos 42 à 49 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro 2006, e nos artigos 27 a 50-B da Lei Complementar Municipal n.º 12, de 29 de outubro 2009, prevendo, inclusive, a realização de certames destinados aos Microempreendedores Individuais - MEI, Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP sediados na "região de Mercedes" (composta pelos Municípios de Mercedes, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, Nova Santa Rosa, Guaira e Terra Roxa), e/ou na microrregião 022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apresenta-se abaixo relação de potenciais fornecedores cuja atividade econômica principal/secundária, constante no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, é semelhante ao objeto a ser licitado (Aquisição de artigos de papelaria e materiais de escritório (CNAE N.º 47.61-0-03) para uso da administração geral do município), estando possivelmente aptas a participar no processo licitatório:

NOME EMPRESARIAL	PORTE	CNPJ n.º	Sede (região de Mercedes ou microrregião 22)
CLEUSA APARECIDA DECHECHI CHAMBO	EPP	00.893.381/0001-85	Região de Mercedes
LIVRARIA ECOS DA LIBERDADE LTDA	ME	00.112.142/0001-40	Região de Mercedes
LIVRARIA E PAPELARIA SCARAVONATTI LTDA	ME	00.289.453/0001-80	Região de Mercedes
WEBER & CIA LTDA	ME	13.904.808/0002-26	Região de Mercedes
MICHELE INÊS BECKER	ME	31.422.795/0001-50	Região de Mercedes
LARISSA KAIBER DOMINGOS LTDA	ME	55.665.382/0001-64	Região de Mercedes
RODE & FIEDLER LTDA	ME	23.920.927/0001-45	Região de Mercedes



IVETE HOSS VORPAGEL LTDA	ME	17.717.282/0001-45	Região de Mercedes
PREPEL PRESENTES E PAPELARIA LTDA	EPP	52.650.544/0001-00	Região de Mercedes
BIJUTERIAS MARECHAL C. RONDON LTDA	ME	53.018.351/0001-96	Região de Mercedes
VALSIDI COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA	EPP	84.871.623/0001-20	Região de Mercedes
JAIR F BACK & ANDREIA D R BACK LTDA	EPP	05.252.765/0001-32	Região de Mercedes
ADILSON PALDO DA SILVA	ME	73.518.144/0001-08	Região de Mercedes
DUDA COMÉRCIO LTDA	ME	57.517.918/0001-73	Região de Mercedes
SILVANA ADELINA DE SENNES RECH	ME	46.697.533/0001-75	Região de Mercedes

\*Seguem em anexo cópias dos comprovantes inscrição no CNPJ atualizados.

Destaca-se que cabe à Secretaria requisitante verificar se a licitação a ser realizada pela política pública denominada "Compra Mercedes" não trará prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, e se é vantajosa para a Administração Pública (art. 9º, II e § 4º, do Decreto Municipal n.º 093/2024).

Destaca-se, ainda, que o rol de empresas mencionadas é meramente exemplificativo, uma vez que, podem existir outras empresas aptas a participarem do processo licitatório.

Atenciosamente,

  
**Vanessa Ressel Moenster**  
Diretora de Departamento

<sup>1</sup> Art. 9º A participação poderá ser restrita a microempresas e empresas de pequeno porte localizadas nos municípios que compõe a região de Mercedes, nas contratações previstas nos incisos I e II do artigo anterior, desde que:

(...)

II – a restrição prevista no caput não resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência.

(...)

§ 4º A restrição prevista no caput, constará do instrumento convocatório, sendo consideradas inabilitadas a participar do certame empresas que não atendam este quesito, mesmo que, desconsiderando a restrição prevista, tenham ofertado proposta, que será desconsiderada.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 95.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.893.381/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/11/1995
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL CLEUSA APARECIDA DECHECHI CHAMBO
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LIVRARIA CHAMBO	PORTE EPP
---	--------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros (Dispensada *)
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 18.22-9-01 - Serviços de encadernação e plastificação (Dispensada *) 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente (Dispensada *) 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática (Dispensada *) 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (Dispensada *) 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis (Dispensada *) 47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armarinho (Dispensada *) 47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho (Dispensada *) 47.57-1-00 - Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação (Dispensada *) 47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas (Dispensada *) 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente (Dispensada *) 47.61-0-02 - Comércio varejista de jornais e revistas (Dispensada *) 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria (Dispensada *) * 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos (Dispensada *) 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos (Dispensada *) 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (Dispensada *) 47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem (Dispensada *) 82.19-9-01 - Fotocópias (Dispensada *)
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)
--

LOGRADOURO AV MARIPA	NÚMERO 545	COMPLEMENTO Avenida
-------------------------	---------------	------------------------

CEP 85.960-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MARECHAL CANDIDO RONDON	UF PR
-------------------	---------------------------	--------------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO CLEUSACHAMBO@HOTMAIL.COM	TELEFONE (45) 3284-1361 / (45) 9135-2480
---	---

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 30/04/2001
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

(\*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:12:28 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.112.142/0001-40 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 20/06/1994
NOME EMPRESARIAL LIVRARIA ECOS DA LIBERDADE LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 58.11-5-00 - Edição de livros		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios 47.62-8-00 - Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria ✱ 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 95.29-1-99 - Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente 47.61-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SERGIPE	NÚMERO 1250	COMPLEMENTO *****
CEP 85.960-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MARECHAL CANDIDO RONDON
ENDEREÇO ELETRÔNICO		UF PR
TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/12/2000	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:12:42 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 00.289.453/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/11/1994
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL LIVRARIA E PAPELARIA SCARAVONATTI LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DALUEL	PORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria *
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem 47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 46.37-1-07 - Comércio atacadista de chocolates, confeitos, balas, bombons e semelhantes 74.10-2-02 - Design de interiores 47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R GUARATUBA	NÚMERO 1008	COMPLEMENTO SALA
---------------------------	----------------	---------------------

CEP 85.948-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PATO BRAGADO	UF PR
-------------------	---------------------------	---------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@DALUEL.COM.BR	TELEFONE (45) 9859-3225
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 12/01/2002
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:12:55 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 13.904.808/0002-26 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 07/07/2020
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL WEBER & CIA LTDA
--------------------------------------

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LUCI PRESENTES E PAPELARIA	PORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.29-5-01 - Serviços de montagem de móveis de qualquer material 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 47.54-7-02 - Comércio varejista de artigos de colchoaria 47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação 47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria ✱ 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.63-6-03 - Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios 47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 49.30-2-04 - Transporte rodoviário de mudanças 74.10-2-02 - Design de interiores
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO AV CONTINENTAL	NÚMERO 891	COMPLEMENTO *****
------------------------------	---------------	----------------------

CEP 85.948-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PATO BRAGADO	UF PR
-------------------	---------------------------	---------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (45) 9842-0505
---------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/07/2020
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.422.795/0001-50 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/09/2018
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL MICHELE INES BECKER
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MIMOS PAPELARIA PRESENTES E VARIEDADES	FORTE ME
--	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.51-2-02 - Recarga de cartuchos para equipamentos de informática 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armário 47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 47.61-0-02 - Comércio varejista de jornais e revistas 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos ✱ 47.63-6-03 - Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios 47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados 47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos 47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)
--

LOGRADOURO R Tocantins	NÚMERO 793	COMPLEMENTO *****
---------------------------	---------------	----------------------

CEP 85.988-000	BAIRRO/DISTRITO Centro	MUNICÍPIO ENTRE RIOS DO OESTE	UF PR
-------------------	---------------------------	----------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO micheleib@hotmail.com	TELEFONE (45) 9914-6224
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/09/2018
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:13:30 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 31.422.795/0001-50 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/09/2018
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL MICHELE INES BECKER
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 77.21-7-00 - Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente 86.90-9-01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana 86.90-9-99 - Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente 96.02-5-02 - Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)
--

LOGRADOURO R Tocantins	NÚMERO 793	COMPLEMENTO *****
---------------------------	---------------	----------------------

CEP 85.988-000	BAIRRO/DISTRITO Centro	MUNICÍPIO ENTRE RIOS DO OESTE	UF PR
-------------------	---------------------------	----------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO micheleib@hotmail.com	TELEFONE (45) 9914-6224
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/09/2018
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:13:30 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 55.665.382/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 25/06/2024
NOME EMPRESARIAL LARISSA KAIBER DOMINGOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PAPELARIA LK ARTS		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria *		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armarinho 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV CORONEL OTAVIO TOSTA	NÚMERO 257	COMPLEMENTO SALA 1
CEP 85.980-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO GUAIRA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO LARISSAKAIBERDOMINGOS@GMAIL.COM		TELEFONE (44) 8834-8764/ (0000) 0000-0000
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 25/06/2024
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:13:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 23.920.927/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/01/2016
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL RODE & FIEDLER LTDA
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria *
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos 47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho 47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem 49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional 47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de amarrinho 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO AV SANTO CRISTO	NÚMERO 656	COMPLEMENTO *****
-------------------------------	---------------	----------------------

CEP 85.930-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO NOVA SANTA ROSA	UF PR
-------------------	---------------------------	------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO PAPYRUSPAPELARIANSR@GMAIL.COM	TELEFONE (45) 3253-1505
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/01/2016
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:14:11 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 17.717.282/0001-45 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/03/2013
NOME EMPRESARIAL IVETE HOSS VORPAGEL LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) HP BRINDES		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 14.12-6-01 - Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida 47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente 47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.51-2-02 - Recarga de cartuchos para equipamentos de informática 47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria ✱ 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 82.99-7-03 - Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV SANTO CRISTO	NÚMERO 1061	COMPLEMENTO SALA 03 E 04
CEP 85.930-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO NOVA SANTA ROSA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO HPBRINDES@HOTMAIL.COM		TELEFONE (45) 3253-2898/ (45) 9952-5572
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/03/2013
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:14:30 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

23

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 52.650.544/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 24/10/2023
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL PRESPEL PRESENTES E PAPELARIA LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PRESPEL	PORTE EPP
---	--------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria ✱
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar 46.41-9-03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho 46.43-5-02 - Comércio atacadista de bolsas, malas e artigos de viagem 46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens 46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente 47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados 47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO AV PRESIDENTE EPITÁCIO	NÚMERO 730	COMPLEMENTO SALA 01
--------------------------------------	---------------	------------------------

CEP 85.940-001	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO QUATRO PONTES	UF PR
-------------------	---------------------------	----------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO PRESPEL@HOTMAIL.COM	TELEFONE (45) 3279-1304
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/10/2023
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:14:45 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 53.018.351/0001-96 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 27/11/2023
NOME EMPRESARIAL BIJUTERIAS MARECHAL C. RONDON LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.54-7-03 - Comércio varejista de artigos de iluminação 47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armarinho 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.61-9-03 - Comércio varejista de artigos de papeleria * 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.74-1-00 - Comércio varejista de artigos de óptica 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados 47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem 47.83-1-02 - Comércio varejista de artigos de relojoaria		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R SETE DE SETEMBRO	NÚMERO 554	COMPLEMENTO LOJA TERREA
CEP 85.960-000	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MARECHAL CANDIDO RONDON
ENDEREÇO ELETRÔNICO BIJUTERIASLAFEMME@GMAIL.COM		UF PR
TELEFONE (12) 8285-5555/ (0000) 0000-0000		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/11/2023	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:15:00 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 84.871.623/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 14/10/1991
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL VALSIDI COMERCIO E CONFECCOES LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VALSIDI CONFECCOES	PORTE EPP
--	--------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 13.51-1-00 - Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico 14.11-8-01 - Confeção de roupas íntimas 14.12-6-03 - Fecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas 18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 47.54-7-02 - Comércio varejista de artigos de colchoaria 47.55-5-01 - Comércio varejista de tecidos 47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho 47.55-5-03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho 47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 47.61-0-02 - Comércio varejista de jornais e revistas
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO AV JOAO XXIII	NÚMERO 900	COMPLEMENTO *****
-----------------------------	---------------	----------------------

CEP 85.998-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MERCEDES	UF PR
-------------------	---------------------------	-----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO valsidi@hotmail.com	TELEFONE (45) 3256-1255
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 17/01/2004
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
84.871.623/0001-20  
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRALDATA DE ABERTURA  
14/10/1991NOME EMPRESARIAL  
VALSIDI COMERCIO E CONFECÇOES LTDA

## CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria \*  
47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping  
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos  
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos  
47.63-6-03 - Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios  
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal  
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados  
47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem  
47.83-1-01 - Comércio varejista de artigos de joalheria  
47.89-9-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos  
47.89-9-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais  
47.89-9-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente  
14.12-6-01 - Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida  
14.12-6-02 - Confeção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas  
14.13-4-01 - Confeção de roupas profissionais, exceto sob medida  
14.13-4-02 - Confeção, sob medida, de roupas profissionais

## CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
AV JOAO XXIIINÚMERO  
900COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*CEP  
85.998-000BARRIO/DISTRITO  
CENTROMUNICÍPIO  
MERCEDESUF  
PRENDEREÇO ELETRÔNICO  
valsidi@hotmail.comTELEFONE  
(45) 3256-1255

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
17/01/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:15:17 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.252.765/0001-32 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/08/2002
NOME EMPRESARIAL JAIR F BACK & ANDREIA D R BACK LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CASA DAS FLORES		FORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 13.51-1-00 - Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico 14.12-6-01 - Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida 14.12-6-02 - Confeção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas 14.12-6-03 - Fação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas 14.13-4-01 - Confeção de roupas profissionais, exceto sob medida 14.13-4-02 - Confeção, sob medida, de roupas profissionais 18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 46.85-6-00 - Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 47.21-1-04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente 47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros 47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R DR. BERNARDO GARCEZ	NÚMERO 445	COMPLEMENTO *****
CEP 85.998-106	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MERCEDES
ENDEREÇO ELETRÔNICO JAIR_BACK@HOTMAIL.COM		UF PR
TELEFONE (45) 3256-1389		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/07/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 05.252.765/0001-32 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/08/2002
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL JAIR F BACK & ANDREIA D R BACK LTDA
---

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.54-7-02 - Comércio varejista de artigos de colchoaria
47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armário
47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
47.59-5-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
47.61-0-01 - Comércio varejista de livros
47.61-0-02 - Comércio varejista de jornais e revistas
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria *
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.63-6-03 - Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios
47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados
47.82-2-02 - Comércio varejista de artigos de viagem
47.83-1-01 - Comércio varejista de artigos de joalheria
47.89-0-01 - Comércio varejista de souvenirs, bijuterias e artesanatos
47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R DR. BERNARDO GARCEZ	NUMERO 445	COMPLEMENTO *****
-------------------------------------	---------------	----------------------

CEP 85.998-106	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MERCEDES	UF PR
-------------------	---------------------------	-----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO JAIR_BACK@HOTMAIL.COM	TELEFONE (45) 3256-1389
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/07/2003
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:15:33 (data e hora de Brasília).

Página: 2/3





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

29

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.252.765/0001-32 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 15/08/2002	
NOME EMPRESARIAL JAIR F BACK & ANDREIA D R BACK LTDA					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios 80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos 95.29-1-05 - Reparação de artigos de mobiliário					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada					
LOGRADOURO R DR. BERNARDO GARCEZ		NÚMERO 445		COMPLEMENTO *****	
CEP 85.998-106	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MERCEDES		UF PR	
ENDEREÇO ELETRÔNICO JAIR_BACK@HOTMAIL.COM		TELEFONE (45) 3256-1389			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/07/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:15:33 (data e hora de Brasília).

Página: 3/3



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 73.518.144/0001-08 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/10/1993
NOME EMPRESARIAL ADILSON PALDO DA SILVA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) LOJA TOTAL		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida 14.11-8-01 - Confecção de roupas íntimas 47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal 47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos 47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos 47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO AV JOAO XXIII	NÚMERO 540	COMPLEMENTO *****
CEP 85.998-000	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MERCEDES
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (45) 3256-1243
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 27/08/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:15:50 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

31



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.697.533/0001-75 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 07/06/2022
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL SILVANA ADELINA DE SENNES RECH LTDA
---

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.89-0-03 - Comércio varejista de objetos de arte 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente 47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.13-0-02 - Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines 47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria ✱ 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO 10AV JOAO XXIII	NÚMERO 568	COMPLEMENTO *****
-------------------------------	---------------	----------------------

CEP 85.998-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO MERCEDES	UF PR
-------------------	---------------------------	-----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO LIVRARIAPARANA9@GMAIL.COM	TELEFONE (45) 8842-5628
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/06/2022
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL
------------------------------

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:16:06 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

32

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 57.717.918/0001-73 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/10/2024
NOME EMPRESARIAL DUDA COMERCIO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		FORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 16.22-6-99 - Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.99-1-01 - Administração de obras 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns 47.23-7-00 - Comércio varejista de bebidas 47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente 47.41-5-00 - Comércio varejista de tintas e materiais para pintura 47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros 47.44-0-02 - Comércio varejista de madeira e artefatos 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis 47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armarinho 47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho 47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas 47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.61-0-01 - Comércio varejista de livros 47.61-0-02 - Comércio varejista de jornais e revistas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R RUA MONTE CASTELO	NÚMERO 1753	COMPLEMENTO SALA 3
CEP 85.998-000	BAIRRO/DISTRITO LOTEAMENTO SCHUG	MUNICÍPIO MERCEDES
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTSECCONTABILIDADE@GMAIL.COM		TELEFONE (65) 9249-1221/ (0000) 0000-0000
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 16/10/2024	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:16:43 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

33



## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
57.717.918/0001-73  
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRALDATA DE ABERTURA  
16/10/2024NOME EMPRESARIAL  
DUDA COMERCIO LTDA

## CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria ✱  
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos  
47.63-6-03 - Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios  
47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping  
47.72-5-00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal  
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios  
47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos  
47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais  
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários  
47.89-0-07 - Comércio varejista de equipamentos para escritório  
47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente  
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios  
96.01-7-03 - Toalheiros

## CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
R RUA MONTE CASTELONÚMERO  
1753COMPLEMENTO  
SALA 3CEP  
85.998-000BARRIO/DISTRITO  
LOTEAMENTO SCHUGMUNICÍPIO  
MERCEDESUF  
PRENDEREÇO ELETRÔNICO  
CONTSECCONTABILIDADE@GMAIL.COMTELEFONE  
(65) 9249-1221/ (0000) 0000-0000ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
16/10/2024

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/12/2025 às 13:16:43 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Pag.

34

Ass.

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Objeto:** Aquisição de carimbos e livros de protocolo para uso nas Secretarias e no Departamento de Contabilidade do Município de Mercedes/PR.

#### INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo Administrativo:

Área Requisitante: Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade estudá-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

#### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

A presente aquisição justifica-se pela necessidade de aprimorar o controle, a transparência e a segurança do sistema de pagamentos do Município.

Atualmente, não existe controle formal da tramitação dos documentos fiscais encaminhados ao Departamento de Contabilidade para fins de liquidação. Essa ausência de controle torna o sistema frágil e suscetível a extravios de documentos, o que pode comprometer a tempestividade dos pagamentos. Com a implantação dos livros de protocolo, cada documento fiscal terá suas informações devidamente registradas, bem como a secretaria de origem, permitindo o rastreamento da nota fiscal, a identificação dos responsáveis pelo encaminhamento e do servidor que recebeu os documentos na contabilidade. Dessa forma, será instituído um controle rigoroso e seguro sobre a tramitação dos documentos fiscais.

O fornecimento de carimbos personalizados, por sua vez, será destinado ao atesto do recebimento definitivo de bens e serviços pelas secretarias. Os carimbos serão utilizados para identificação e assinatura dos fiscais de contratos, responsáveis por acompanhar a execução dos instrumentos contratuais e atestar tal acompanhamento no verso do documento fiscal. Também serão empregados para o atesto do recebimento e para a autorização de liquidação e pagamento pelo ordenador de despesas. Essa prática visa assegurar que todo documento fiscal encaminhado à Contabilidade tenha, obrigatoriamente, passado pelo fiscal do contrato e pelo ordenador de despesas, impedindo que fornecedores entreguem notas fiscais diretamente à Contabilidade ou que sejam realizados pagamentos por produtos ou serviços em desacordo com o contrato, ou que sequer tenham sido efetivamente recebidos pelas secretarias.

Além disso, faz-se necessária a aquisição de carimbos para a Secretaria Municipal de Saúde, em razão da contratação de novos servidores por meio do Concurso Público nº 001/2025, cuja homologação está prevista para dezembro de 2025. Esses profissionais necessitam de carimbos para assinatura de receitas e prescrições de tratamentos, bem como para o registro e atesto de





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Pag.

35

Ass.

atendimentos em fichas próprias, devendo constar, obrigatoriamente, o número de seus registros nos respectivos conselhos de classe.

### 2. ALINHAMENTO COM PCA

**Fundamentação:** Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

Data de publicação no PNCP: 29/05/2025;

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

A contratada deve efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

A contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos itens fornecidos;

A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos itens, sem qualquer ônus para a contratante;

Os itens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o volume conforme descrição, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

A entrega deverá ser efetuada no prazo de até 15 (dez) dias, contados da emissão da Ordem de Compra;

O fornecimento se dará de forma fracionada, de acordo com a demanda das Secretarias;

A entrega deverá ser efetuada junto ao Paço Municipal, situado na Rua Dr. Oswaldo Cruz, nº 555, Centro, no Município de Mercedes/PR, em horário de expediente (de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00) ou em outro local eventualmente indicado na ordem de compra;

Verificadas irregularidades nos produtos entregues, a contratada deve realizar a substituição, no prazo de até 05 (cinco) dias, sem ônus à contratada;

Não haverá exigência da garantia da contratação, tendo em vista que se trata de processo licitatório com objeto de baixa complexidade.

### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO

**Fundamentação:** Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone/Fax (45)3256-8000 – CEP 85998-000 – Mercedes – PR

e-mail: [mercedes@mercedes.pr.gov.br](mailto:mercedes@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 95.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)



# Município de Mercedes

Estado do Paraná

Pag.

36

Ass.

[Assinatura]

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 60mm x 40mm – indicação: ideal para carimbos de até 8 linhas. Referência: Trodat printy 4927	Unid	40
02	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 75mm x 38mm – indicação: ideal para carimbos de até 5 linhas. Referência: Trodat printy 4926	Unid	11
03	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 38mm x 14mm – indicação: ideal para carimbos de até 4 linhas. Referência: Trodat printy 4911	Unid	12
04	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 47mm x 18mm – indicação: ideal para carimbos de até 5 linhas. Referência: Trodat printy 4912	Unid	12
05	Livro de expediente protocolo de correspondência 1/4 c/ 100 folhas, Capa dura fabricada em papelão 0,705 grs, revestido em papel off-set, plastificado. Miolo: papel off-set. Formato aproximado 155 x 220 mm. Referência: Tilibra, São Domingos	Unid	10

## Classificação dos bens/serviços:

( X ) Comuns.

( ) Especiais.

( ) Continuado.

( X ) Não continuado.

**Justificativa:** Trata-se de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

O fornecimento pretendido não é considerado continuado, uma vez que não se presta a manutenção da atividade administrativa, não decorrendo de necessidades permanentes ou prolongadas.

### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

**Fundamentação:** Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

#### Identificação das soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Aquisição de materiais de papelaria e serviços gráficos
2	Substituição de materiais físicos por soluções tecnológicas.

#### Análise comparativa de soluções

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
A Solução atenderá as expectativas da Administração?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
A solução pode ser implantada imediatamente, após aquisição?	Solução 1	X		
	Solução 2		X	
A Solução trará economia para a Administração?	Solução 2	X		
	Solução 2		X	
A Solução é de fácil implementação, permitindo, sua operacionalização por todos ordenadores de despesa?	Solução 1	X		
	Solução 2		X	

#### Análise comparativa das soluções

Inicialmente, cabe pontuar que a demanda a ser atendida é, de forma geral, a necessidade de melhorar os controles internos do município, tornando o sistema de pagamentos mais robusto, seguro e eficiente.

Da análise das soluções existentes no mercado para o atendimento à demanda acima descrita, constatou-se que uma alternativa seria a substituição dos materiais físicos por soluções tecnológicas, por fluxos de pagamentos digitais e assinaturas de receitas e prontuários digitalmente.

A solução em questão, além de proporcionar a redução do consumo de papel e outros materiais físicos, contribuindo para a sustentabilidade, resulta na melhoria da eficiência dos processos administrativos.

Em contrapartida, representa um alto dispêndio financeiro para a personalização do sistema para tal tipo de trâmite. Além disso, para a eficiência da implementação, há a necessidade de grande infraestrutura tecnológica, treinamento para os servidores, aquisição de certificados digitais e





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

uma grande extensão de tempo para desenvolvimento, implantação e treinamento. Assim, conclui-se que, ainda que possível tecnicamente, a solução não se mostra viável neste momento, tendo em vista seu custo elevado, bem como o tempo necessário para sua plena implantação.

Por outro lado, a aquisição de carimbos e livros de protocolo, embora apresente menor durabilidade, possibilita economia à Administração Pública, em razão da facilidade, agilidade de implantação e ampla disponibilidade para aquisição dos itens, além de que estes, indiscutivelmente, atendem às necessidades do Município, não sendo necessárias maiores medidas correlatas.

### 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação caso (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021)

#### Estimativa do valor da contratação

**Valor estimado da solução escolhida:** R\$ 8.371,18 (oito mil, trezentos e setenta e um reais e dezoito centavos)

**Parâmetros utilizados:** para formação do preço máximo da contratação, foram obtidos orçamentos junto à empresas do ramo, pesquisas na internet, além de ter sido utilizado preços praticados em aquisição similar feita pela Administração Pública do Município do próprio Município de Mercedes no mesmo ano.

Em observância ao disposto no art. 2º, §3º do Decreto nº 36/2022, o qual disciplina a pesquisa de preços em âmbito municipal, justifica-se que, em determinados itens, foram constatadas discrepâncias de preços que, no entanto, se devem à fatores como o porte das empresas que forneceram orçamentos. Além disso, é comum que em processos licitatórios ocorra a diminuição do valor no momento da adjudicação, motivo pelo qual os preços decorrentes da contratação de outro Município são inferiores aos demais.

**Metodologia utilizada:** realização de média entre os valores obtidos.

### POLÍTICA PÚBLICA DENOMINADA “COMPRA MERCEDES”

Com base na estimativa do valor da contratação e em consulta realizada a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego (anexa), a licitação deverá ser destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar n.º 123/2006, uma vez que os itens e/ou grupos de itens não ultrapassaram o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 073, de 2024, do Decreto Municipal n.º 093, de 2024, e da justificativa constante de seu Anexo Único, a participação na licitação deverá ser exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte localizadas na região de Mercedes, atestando-se que, consoante pesquisa efetuada, a restrição geográfica não resultará em preço superior ao valor estabelecido como referência.

Ainda, deverá ser prevista prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local (Município de Mercedes), até o limite de 10% (dez) do melhor preço válido, nos termos do art. 50-A da Lei Complementar Municipal n.º 012, de 2009, com a redação dada pela Lei Complementar Municipal n.º 073, de 2024.



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

### 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Finalizada a análise comparativa entre as alternativas existentes no mercado, constatou-se que a aquisição mediante a realização de Pregão Eletrônico se mostrou mais vantajosa. Isso porque, além de oferecer economia e competitividade, a referida solução garante a qualidade dos itens e a escolha da proposta mais vantajosa. Além disso, trata-se de solução eficiente, transparente e adaptável às necessidades da Administração Pública Municipal, garantindo o fornecimento adequado dos itens necessários ao pleno funcionamento do serviço público.

### 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Na presente aquisição, verificou-se que a adjudicação do objeto em itens, em observância ao princípio do parcelamento previsto no art. 47, inciso II da Lei nº 14.133/21, é tecnicamente viável e economicamente vantajosa, na medida que proporciona redução de custos e ampliação da competição.

### 9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

**Fundamentação:** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Pretende-se, com a presente aquisição, garantir a eficiência e segurança do sistema de pagamentos e melhorar seus controles internos e de permitir aos profissionais de saúde assinarem prescrições feitas manualmente que não sejam emitidas de forma digital.

### 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Não foram identificadas providências prévias necessárias ao contrato.

### 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Não há.

### 12. IMPACTOS AMBIENTAIS

**Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (inciso XI do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

Os impactos ambientais podem ser conceituados como as alterações no ambiente geradas por ações humanas, podendo estes ser positivos ou negativos. Na presente aquisição, verificou-se que





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Pag.

40

Ass.

poderão ser gerados impactos negativos decorrentes do processo de confecção dos materiais, bem como da entrega. Diante disso, a fim de mitigá-los, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº 12.305/2010);

Redução, sempre que possível, do número de embalagens e preferência pela utilização de embalagens confeccionadas com materiais recicláveis.

### 13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

**Fundamentação:** Nos termos do art. 40, II, da Lei nº 14.133, de 2021, as compras deverão ser processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de utilização do registro de preços constam dos incisos do art. 64 do Decreto Municipal nº 034, de 2023.

( ) Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.

(X) Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.

#### **Justificativa para não adoção do sistema de registro de preços:**

A não adoção do sistema de registro de preços no presente processo justifica-se tendo em vista que o objeto é de fornecimento em curto prazo de tempo, com quantitativos definidos de acordo com a necessidade, tornando desnecessária sua adoção.

### 14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da lei nº 14.133, de 2021)

**Posicionamento conclusivo:** A contratação é viável, além de necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

**Classificação:** Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o ETP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados como não sigilosos, nos termos da Lei nº 12.527/2011 e da Lei nº 14.133/2021.

Mercedes, 08 de janeiro de 2026.

EDSON  
KNAUL:88632350  
900

Assinado de forma digital por  
EDSON KNAUL:88632350900  
Dados: 2026.01.08 07:48:04  
+01'00'

**Edson Knaul**  
**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,**  
**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Pag.

41

Ass.

### CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**CERTIFICO** para fins de direito, sob as penas da lei, que o Estudo Técnico Preliminar – ETP, relativo à *aquisição de carimbos e livros de protocolo para uso nas Secretarias e no Departamento de Contabilidade do Município de Mercedes/PR*, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes – PR, 08 de janeiro de 2026.

EDSON

KNAUL:88632350900

Assinado de forma digital por

EDSON KNAUL:88632350900

Dados: 2026.01.08 07:08:17

-03'00'

**Edson Knaul**

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,  
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



## Município de Mercedes

Estado do Paraná

Contrato nº 130/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2023,  
QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE  
MERCEDES - PR E A EMPRESA VALSIDI  
COMERCIO E CONFECÇÕES LTDA - EPP

O Município de Mercedes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Luciano Weber, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Valsidi Comércio e Confecções Ltda. - EPP, CNPJ nº 04.871.620/0001-20, sediada na Av. João XXIII, nº 900, Centro, CEP 85.998-000, na cidade de Mercedes, Estado do Paraná, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por DAIANE REGINA EGGER LUTIAN, representante legal, conforme atos constitutivos da empresa apresentados aos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 453823 e em observância às disposições da Lei nº 34.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 283424, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 32, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de artigos de papelaria e materiais para escritório, para uso da Administração Geral do Município de Mercedes, através da pública pública denominada "Compra Mercedes", nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto do contrato:

LOTE 01 - Cadernos e agendas

Item	Qtd	Unid	Descrição	RS Unit	RS Total
1	3	unid	Agenda permanente. Usurada e colada; 01 dia por página; dados pessoais e agenda do cotidiano; São Domingos.	38,00	298,00
2	12	unid	Caderno espiral. Formato universitário; 1x1, com capa dura, em cores; 96 folhas, brancas; espiral plástica; Tilibra.	12,00	144,00
3	10	unid	Caderno espiral. Formato universitário; 10x1, com capa dura, em cores; 200 folhas, brancas; espiral plástica; Tilibra.	32,00	320,00
4	25	unid	Caderno espiral. Formato 1/4 (propaga); capa dura, a cores; 48 folhas, brancas; espiral de metal galvanizado; Tilibra.	9,00	225,00
5	3	unid	Livro Caixa. Recebido a papel off-set plastificado; nas dimensões 145x215mm; com 36 folhas; propaga; São Domingos.	17,00	51,00

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (41)3336-8000 - CEP 85998-000 - Mercedes - PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) - CNPJ 05.718.373/0001-23  
[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página 1



## Município de Mercedes

Estado do Paraná

Contrato nº 130/2023

6	9	unid	Livro Ata. Recebido em papel off-set; plastificado; preto; em papel off-set; com 56 folhas numeradas; Tilibra.	18,70	168,30
7	10	unid	Livro Ata. Recebido em papel off-set; plastificado; preto; em papel off-set; com 100 folhas numeradas; Tilibra.	26,05	416,80
8	3	unid	Livro Ponto. Recebido em papel off-set; plastificado; em papel off-set; com 100 folhas; grande; São Domingos.	40,20	98,40
9	6	unid	Livro Protocolo. Recebido em papel off-set; plastificado; em papel off-set; com 100 folhas; médio; propaga; São Domingos.	23,31	139,86
10	4	unid	Agenda espiral. Formato universitário; tamanho 210mm x 275mm; capa dura, 392 páginas; 01 página por dia; dados pessoais; calendário; anuário e agenda telefônica; Tilibra.	117,00	470,04
11	20	unid	Caderno espiral. Formato 1/4 (propaga); capa dura; a cores; 96 folhas, brancas; espiral de metal galvanizado; Tilibra.	16,50	330,00
12	16	unid	Caderno Pequeno Espiral Capa Dura 1/4 d + 200 Folhas 140mmx210mm; Tilibra.	21,30	340,80
TOTAL				983,3026,00	

Valor total da LOTE 01: R\$ 3.626,00 (três mil e vinte e seis reais).

LOTE 02 - Almofada, tinta para caneta e placas

Item	Qtd	Unid	Descrição	RS Unit	RS Total
1	4	unid	Almofada para caneta. De feltro; em tecido plático; com ornamentos; tamanho nº 3; ornamentos individuais; Caribela.	6,50	26,00
2	17	unid	Tinta para caneta. Tinta cor: azul; cores diversas; composição básica: resina isopropilática, tinta à base de água, corantes e aditivos; Rodon.	3,50	60,50

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (41)3336-8000 - CEP 85998-000 - Mercedes - PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) - CNPJ 05.718.373/0001-23  
[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página 2



## Município de Mercedes

Estado do Paraná

Contrato nº 130/2023

3	65	unid	Redutor/correção para pincel sintético, para pincel para quadro branco, cores diversas; marca: Zinck; Lomox.	3,95	256,75
4	30	unid	Carta para microprojeto; corpo em polipropileno; porta de 1 litro; em polímero; cores diversas; CTS.	7,60	488,40
5	30	unid	Carta para microprojeto; corpo em polipropileno; porta de 2 litros; em polímero; cores diversas; Max Print.	3,95	235,50
6	65	unid	Pincel sintético. Com porta de feltro, chata; cores diversas; Max Print.	4,30	279,50
7	65	unid	Pincel sintético. Com porta de feltro, redonda; cores diversas; Compostex.	5,90	383,50
8	140	unid	Pincel para quadro branco, porta vazia, apoio facilitado, ressurgeleat. Cores diversas; Max Print.	3,00	390,00
9	1	unid	Pincel, estilo soft touch, indicado para atividades da pintura que queiram a encostar a escuridão, cartela com no mínimo 4 pincéis, tipo escuridão, com cerdas mais resistentes e macias. Composição dos pincéis: Cabo de plástico, virado de alumínio e cor de sintético; Sanki.	25,67	25,67
TOTAL				RS 2.576,37	

Valor total da LOTE 03: R\$ 2.576,37 (dois mil, quinhentos e setenta e seis reais e trinta e sete centavos).

LOTE 04 - Arquivo morto, pastas e fichários

Item	Qtd	Unid	Descrição	RS Unit	RS Total
1	382	unid	Caixa de arquivo morto. Em papéis, revestido em Kraft, (300x350x1,35) mm; su. cor preta; São Carlos.	4,25	1.628,50
2	38	unid	Prancheta portátil. Em madeira; tamanho médio; com prendedor plástico; Caribela.	6,50	247,00

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (41)3336-8000 - CEP 85998-000 - Mercedes - PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) - CNPJ 05.718.373/0001-23  
[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página 3



## Município de Mercedes

Estado do Paraná

Contrato nº 130/2023

3	66	unid	Pasta com aba e elástico. Plástico; de polipropileno; tamanho de 15mm; no tamanho oficial; com ilhoso de metal; Polibras.	3,90	257,40
4	55	unid	Pasta com aba e elástico. Plástico; de polipropileno; tamanho de 25mm; no tamanho oficial; com ilhoso de metal; D&C.	5,20	286,00
5	64	unid	Pasta com aba e elástico. Plástico; no tamanho oficial; tamanho fino; ilhoso de metal; Polibras.	3,80	243,20
6	104	unid	Pasta caderno; em cartão revestido de plástico; com 30 anéis; plástico; com 4 encasos de plástico; no tamanho oficial; D&C.	17,90	1.861,60
7	27	unid	Pasta arquivada. Plástico; polímero; formato A4; 12 divisões; cor: azul; D&C.	23,00	621,00
8	1026	unid	Pasta suspensa. Em cartão numerado; plastificado; revestido; cor: preta; tamanho oficial (240x360mm); laço em poliestireno; pastas em poliestireno; visto em PVC; cor: azul e estigado branco; modelo comum; 30kg; Delfa.	4,30	4.411,80
9	66	unid	Pasta A-2, larga; Prisma.	20,00	1.320,00
10	64	unid	Pasta A-2, média; Prisma.	20,00	1.280,00
11	51	unid	Pasta A-2, para arquivos; Prisma.	20,00	1.020,00
12	30	unid	Fichário 6x9. Base metálica; grade; corpo em poliestireno; fixado com rebite em aço; para folhas plastificadas; dimensões 15,3x22,8cm; cor: azul; tamanho 6x9; Arhiva.	119,00	3.570,00
13	30	unid	Índice para fichário, de 8x59mm; colorado de A-2, em cartão 0,15mm; 25 letras; dimensões 15,3x22,8cm.	33,00	1.770,00
14	15	unid	Organizador de mesa. Pasta lápis, clipe e lumbreta; em poliestireno; cor: azul; dimensões 220x60x90mm; Delfa.	33,74	436,10
15	3	unid	Pasta lumbreta; cor: azul; com papel branco; dimensões 110x190x20mm; Arhiva.	25,37	76,11

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone/Fax (41)3336-8000 - CEP 85998-000 - Mercedes - PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) - CNPJ 05.718.373/0001-23  
[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página 4





**Município de Mercedes**  
Estado do Paraná

Contrato nº 130/2023

16	8	unid	Unidade de dados, 100 pinos, embalagem contendo 12g; <b>Cardioid</b> .	3,98	31,84
17	8	unid	Caixa para correspondência tripla arquivável, em polipropileno, com autolavagem e autolubrificantes na parte inferior, cor branca; dimensões: 290x300x115; <b>Blades</b> .	79,80	638,40
18	105	unid	Pasta "L", formato A4, espessura 6,15; 300x x 3/16mm; unilavável; <b>ACE</b> .	1,29	135,45
19	140	unid	Pasta "L", transparente, tamanho 220x300x115mm, embalagem com 10 unidades; <b>ACE</b> .	10,80	1.512,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 33.994,95</b>	

Valor total do LOTE 06: R\$ 33.994,95 (trinta e três mil, quinhentos e noventa e quatro reais e cinco centavos).

**LOTE 06 – Borracha de papel**

Item	Qtde	Unid	Descrição	R\$ Unit	R\$ Total
1	7	unid	Borracha de papel lavável natural, 90 cm, 80g de espessura, com no mínimo 18 kg; Papel fino de ótima qualidade; <b>Scot</b> .	145,00	1.015,00
2	1	ca	Borracha de papel. Para caligrafia. Em 1 via, na cor branca; tamanho 57mm x 100 (l x c), no mínimo, caixa contendo 30 unidades; <b>Neopad</b> .	99,90	99,90
3	2	unid	Borracha para impressora plotter 610x50 mm 75 Gramas; <b>Sigflex</b> .	115,00	230,00
4	28	unid	Borracha Têxtila Rolêgo Ponto; 57mmx260mm, na cor branca; 400; <b>Rio Branco</b> .	52,00	1.456,00
5	28	ca	Borracha Têxtila; 57mmx230mm, na cor amarela; caixa contendo 20 unidades; <b>Sigflex</b> .	128,00	3.584,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 5.091,90</b>	

Valor total do LOTE 06: R\$ 5.091,90 (cinco mil e noventa e um reais).

**LOTE 07 – Balão, lã de cor e palha**

Item	Qtde	Unid	Descrição	R\$ Unit	R\$ Total
------	------	------	-----------	----------	-----------

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 595 – Fone/Fax (41)256-6000 – CEP 85068-000 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-20  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página 10



**Município de Mercedes**  
Estado do Paraná

Contrato nº 130/2023

1	95	pot	Balão, De lã; tamanho grande; cores diversas; na embalagem contendo 5 unidades; <b>São Roque</b> .	13,00	1.235,00
2	180	pot	Balão biodegradável, tamanho 9, cores diversas; embalagem contendo 30 unidades; <b>Ribeirão</b> .	19,00	3.420,00
3	180	pot	Balão biodegradável, tamanho 9, cores diversas; embalagem contendo 25 unidades; <b>São Roque</b> .	28,00	5.040,00
4	35	pot	Palho de madeira. Para pinos; pontos arredondados; embalagem com 100 unidades; <b>Thomaz</b> .	8,50	297,50
5	32	unid	Linha de Nylon (linha de pesca) 4,7mm com 100 metros; <b>del Pesco</b> .	27,13	868,16
6	31	unid	Palha de lã para chameira, com no mínimo 25 cm de comprimento. Embalagem com 100 unidades; <b>Thomaz</b> .	18,00	558,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 9.284,16</b>	

Valor total do LOTE 07: R\$ 9.284,16 (nove mil, duzentos e oitenta e quatro reais e dezesseis centavos).

**LOTE 11 – Cola, refil e gelatina de cola quente**

Item	Qtde	Unid	Descrição	R\$ Unit	R\$ Total
1	144	can	Cola: Líquida. Um apertar; lavável; atóxica; cor branca; embalagem contendo 130g; <b>Mauz Flocos</b> .	4,90	705,60
2	61	can	Cola: Líquida. Um apertar; lavável; atóxica; cor branca; embalagem contendo 1 KG; <b>Mauz Flocos</b> .	18,00	1.098,00
3	40	unid	Cola: Resina. Um apertar; atóxica; em tubo; lavável; cor branca; tamanho 30x10x10; <b>Resinacola</b> .	1,30	52,00
4	843	unid	Cola gelatina. Refil; coloração branca; frete paga a parte; fixa para placas 127x110mm; <b>Resinacola</b> .	0,80	674,40

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 595 – Fone/Fax (41)256-6000 – CEP 85068-000 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-20  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página 10



**Município de Mercedes**  
Estado do Paraná

Contrato nº 130/2023

5	184	unid	Cola gelatina. Refil; coloração branca; frete paga a parte; grossa para placas 127x110mm; <b>Resinacola</b> .	1,90	349,60
6	28	unid	Plástico adesivo de cola quente. Termoplástico para tampo 127x para película de 35W (grossa); <b>Makot</b> .	26,90	753,20
7	24	unid	Plástico adesivo de cola quente. Termoplástico para tampo 127x para película de 35W (grossa); <b>Makot</b> .	35,90	861,60
8	21	unid	Cola. Resina. Um apertar (cola cristal, papel, fino e sintético); atóxica; coloração branca; tempo de secagem: em tubo; lavável; cor branca; tamanho 25g; <b>Resinacola</b> .	4,00	84,00
9	72	unid	Cola adesiva. Autoclante; adesivo; viscosidade média; peso líquido (neto): 20g; <b>Resinacola</b> .	14,00	1.008,00
10	21	unid	Cola Glitter. Líquida, brilhante, atóxica, para aplicação em papel e similares. Branco com 35 gr; <b>Adelcor</b> .	6,50	136,50
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 5.563,30</b>	

Valor total do LOTE 11: R\$ 5.563,30 (cinco mil, quinhentos e sessenta e três reais e trinta centavos).

**LOTE 15 – Pinta**

Item	Qtde	Unid	Descrição	R\$ Unit	R\$ Total
1	119	unid	Pinta adesiva. Creme. De papulário; cor branca; tamanho no mínimo 150x x 50x; <b>Talbot</b> .	8,00	1.452,00
2	122	unid	Pinta adesiva. Creme. De papulário; cor polipropileno; transparente; tamanho no mínimo 120x x 50x; <b>Barwell</b> .	3,45	420,90
3	125	unid	Pinta adesiva. Larga. De papulário; cor polipropileno; transparente; tamanho no mínimo 150x x 40x; <b>Adelcor</b> .	8,00	1.000,00
4	125	unid	Pinta adesiva. Larga. De papulário; cor polipropileno; transparente; tamanho 120x x 30x; <b>Adelcor</b> .	10,50	1.312,50

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 595 – Fone/Fax (41)256-6000 – CEP 85068-000 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-20  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página 17



**Município de Mercedes**  
Estado do Paraná

Contrato nº 130/2023

5	75	unid	Pinta Unigra. Pinta; lã; cor branca; tamanho no mínimo 150x x 50x (para filme rígido); <b>Adelcor</b> .	29,00	2.175,00
6	117	unid	Pinta adesiva. Creme. De papulário; cor branca; tamanho no mínimo 150x x 40x; <b>Adelcor</b> .	22,00	2.574,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 6.714,00</b>	

Valor total do LOTE 15: R\$ 6.714,00 (seis mil, setecentos e quarenta reais).

**LOTE 24 – Papel sulfite A4**

Item	Qtde	Unid	Descrição	R\$ Unit	R\$ Total
1	144	ca	Papel sulfite. De papulário; formato A4; gramatura mínima de 90g; pH alcalino; 270mm x 297mm; 75g/m²; cor branca; caixa com 10 pacotes com 500 folhas; <b>Chamex</b> .	309,00	56.292,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 56.292,00</b>	

Valor total do LOTE 24: R\$ 56.292,00 (cinquenta e seis mil, novecentos e doze reais).

- 1.3. Visando esta contratação, independentemente de transcrições:
- O Termo de Referência;
  - O Edital de Licitação;
  - A Proposta de contratação;
  - Exames e testes dos documentos apresentados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PROROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) anos contados da data de assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2023.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao acordo, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecerão vantajosos para a Administração, permitindo a negociação com o contratado.

2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser precedida mediante celebração do termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas condições de execução de inexecução ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observado as disposições da legislação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL** (art. 92, IV, V, VI e VII)

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 595 – Fone/Fax (41)256-6000 – CEP 85068-000 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-20  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página 18





5.1. O regime de execução contratual, os métodos de gestão e de execução, assim como as prazos e condições de entrega, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 6. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### 7. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 32, V)

7.1. O valor total da contratação é de R\$ 144.881,79 (cento e quarenta mil, quatrocentos e um real e setenta e sete centavos).

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### 8. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 32, V e VI)

8.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### 9. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 32, VI)

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do instrumento contratual, em 07/02/2025.

9.2. Após o término de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratado, do índice IPCA-BRGE, exclusivamente para as obrigações incluídas e concluídas após a ocorrência da atualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir das datas financeiras do último reajuste.

9.4. No caso de ajuste no valor de qualquer dos índices (a) de reajustamento, o contratado pagará ao contratado a importância calculada pela última variação verificada, liquidada a diferença correspondente (de logo ajustar) divulgada(s) no(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nos ajustes finais, no(s) índice(s) verificado(s) para reajuste serão(s), obrigatoriamente, os(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento variem(s) a qualquer tempo, o(s) que qualquer letra não possa(n) mais ser utilizado(s), serão substituído(s), em substituição, o(s) que vierem(s) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



#### 10. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 32, VI, XI e XII)

10.1. São obrigações do Contratante:

10.2. Cumprir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o conteúdo e este anexo;

10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6. Eliberar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no presente Contrato e no Termo de Referência;

10.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.8. Certificar o órgão de representação judicial do Município de Mercedes para seleção da entidade pública quando de desatendimento de obrigações pelo Contratado;

10.9. Esclarecimento sobre decisão sobre todas as reclamações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, encaminhadas em requerimentos encaminhados aos departamentos, secretarias, procuradorias ou de outras instâncias para a fim de execução do ajuste;

10.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data da propositura do requerimento para decidir, adotando o procedimento motivado, por igual período;

10.11. Responder prontamente pedidos de ressarcimento do repêndice econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês;

10.12. Notificar os interessados das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

10.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 11. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 32, XIV, XVI e XVII)

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações assumidas neste Contrato e em seus anexos, assumendo, entre exclusivamente, seja os riscos e as despesas decorrentes da sua e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações e regras dispostas;

11.2. Entregar o objeto entregueado do material de forma, com uma versão em português, e de acordo com a regra de validade técnica autorizada (a fim de constar);

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.4. Comunicar ao contratado, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitarem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato em autoridade superior (art. 137, II da Lei nº 14.133, de 2023) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitado;

9.6. Reparar, corrigir, substituir, recomendar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens ou bens ou verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto contratado;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todos e quaisquer danos causados à Administração ou terceiros, não se exonerando sua responsabilidade a fiscalização ou o não cumprimento da obrigação contratual pelo contratado, que ficará responsável a decorear das pagamentos devidos ao do garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Sogridade Social; 2) certidão negativa relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidão que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Estadual do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade da FURTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja não observância acarretará a responsabilidade ao contratado e não poderá ser o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência ou fato que venha a ser verificado no local de execução do objeto contratado;

9.11. Prazo, por determinação do contratado, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com o que consta no termo de referência e segurança de pessoas ou bens do terceiro;

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoal com deficiência, para o qual não há reserva de cargos prevista em lei para pessoal com deficiência (art. 136, do Lei nº 14.133, de 2023);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere o item acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas (art. 136, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2023);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas no decorrer do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual extravio ou deterioramento das quantidades de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de furtos, furtos e incêndios, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja suficiente para o atendimento do objeto da contratação, desde que ocorra algum dos eventos arrolados no art. 134, II, d, da Lei nº 14.133, de 2023;



11.17. Cumprir, além das posturas legais vigentes da entidade federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratado;

11.18. (em havendo prestação de serviços essenciais) Atender os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das atividades deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e materiais necessários, seja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de bom, técnica e legislação de segurança;

11.19. (em havendo prestação de serviços essenciais) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.706, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

11.20. (em havendo prestação de serviços essenciais) Cumprir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações das Polícias Públicas, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

11.21. (em havendo prestação de serviços essenciais) Substituir previamente, por escrito, os contratados, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do material descritivo ou instrumental exigido;

11.22. (em havendo prestação de serviços essenciais) Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os menores de quatorze anos, não permitir a utilização de trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 32, XIV)

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual de execução.

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 32, XIV)

13.1. Consta infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2023, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) executar o cumprimento da execução ou da entrega do objeto de contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) prestar ato fraudulento no cumprimento do contrato;

g) comparecer de modo intencional a qualquer fase de qualquer processo;

h) prestar ato lesivo previsto no art. 37 da Lei nº 12.248, de 1º de agosto de 2013;

13.2. Serão aplicadas ao contratado que cometer as infrações acima descritas as seguintes sanções:





**Município de Mercedes**  
Estado do Paraná

Contrato nº 130/2023

- 1) **Adversidade**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a impossibilidade mais grave (art. 135, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando prestador ou contratado descumpra as cláusulas "b", "c" e "d" do subitem acima descrito, sempre que não se justificar a impossibilidade mais grave (art. 135, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando prestador ou contratado descumpra as cláusulas "c", "d", "f", "g" e "h" do subitem acima descrito (art. 136, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- IV) **Multas**:
- Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
  - Compensatória, para as infrações descritas nos alíneas "a" e "b" do subitem 12.1, de 15% a 10% do valor do Contrato;
  - Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 10% a 20% do valor do Contrato;
  - Para infração descrita na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 7% a 10% do valor do Contrato;
  - Para infrações descritas na alínea "e" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 1% do valor do Contrato;
  - Para a infração descrita na alínea "f" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, reservadas as seguintes infrações:
- 12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral da dano causado ao Contratante (art. 136, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 136, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.3.2. Antes da aplicação da multa será facultado a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 107, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da parcela próxima ou será cobrada judicialmente (art. 136, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data de notificação da sanção imposta pelo autoridade competente;
- 12.4. A aplicação das sanções não exclui o processo administrativo que assegure a continuidade e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021, para os procedimentos de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 525 – Fonefax (41)3236-8200 – CEP 85888-000 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.716.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página 13



**Município de Mercedes**  
Estado do Paraná

Contrato nº 130/2023

- 12.5. Na aplicação das sanções serão consideradas (art. 136, §10º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - as possibilidades de saneamento;
  - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - as ações que o contratado tomar para o Contratante;
  - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.6. Os atos previstos neste Edital e as infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, em seu art. 136, de 2021, e o contrato de Administração Pública que também sejam tipificados como atos ilícitos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observando o rito processual e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 139);
- 12.7. A possibilidade jurídica do Contrato poderá ser desconhecida sempre que utilizado com abuso do direito para facilitar, ampliar ou distorcer a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e a todos os gestores da administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo econômico de atividade em controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observado, em todos os casos, o contencioso, a ampla defesa e a responsabilidade de análise jurídica prévia (art. 139, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.8. O Contratado deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizadas as informações relativas às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade ao Cadastro Nacional de Empresas Inidênticas e Suspensas (CNEIS) no Cadastro Nacional de Empresas Privadas (CNEP), instituído no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 12.9. As sanções do impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de substituição na forma do art. 103 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 12.10. Os dados do contratado para o CNEIS e Administração contratante, resultados de editais administrativos e outras informações, não inscritas em divulgação, poderão ser compartilhadas, total ou parcialmente, com as entidades devedoras pelo referido órgão devedores de recursos contábeis ou de outras entidades administrativas que o contratado possui com o mesmo órgão ou entidade;
- 12.11. As informações necessárias ao desenvolvimento do procedimento para eventual aplicação de sanção por infração poderão ser repassadas por qual quer meio eletrônico de comunicação, como correspondência eletrônica de mensagens, e-mail, mensagens por meio do aplicativo WhatsApp, mensagens por meio de rede social, e-mail indicado pelo contratado, e etc;
- 12.12. A intimação por correspondência será comprovada mediante a juntada do aviso de recebimento ou outro e, se demais, mediante a juntada de respectivos comprovantes e ou credenciais expedidas por servidor público;
- 12.13. A intimação eletrônica por e-mail, mensagens por meio do aplicativo WhatsApp e mensagens por meio de rede social, será considerada efetuada/recebida no prazo de 1 (um) dia útil, a contar de sua emissão, caso o destinatário não confirme o recebimento antes.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 525 – Fonefax (41)3236-8200 – CEP 85888-000 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.716.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página 14



**Município de Mercedes**  
Estado do Paraná

Contrato nº 130/2023

- 12.14. É responsabilidade do contratado manter atualizadas as informações e dados informados, considerando-se nulas as comunicações encaminhadas para os e-mails no caso de eventual alteração não comunicada;
- 12.15. A participação nos contratos previstos pela Prefeitura Municipal de Mercedes, bem como, nas contratações diretas, lícitas e licitadas com a realização das contratações na forma dos artigos precedentes;
12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)
- 12.1. O contrato **será extinto** quando veniente a prazo não estipulado, independentemente de ter sido cumprido ou não o objeto do contrato, as partes contratadas;
- 12.1.1. O contrato **poderá** ser extinto antes do prazo não fixado, sem fins para o Contratado, quando este não dispuser de recursos financeiros para sua continuidade ou quando entender que o contrato não está lhe oferecendo vantagens;
- 12.1.2. A extinção desta hipótese ocorrerá na primeira data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 1 (uma) mês de antecedência desse dia;
- 12.1.3. Caso a notificação do não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra entre meses de 1 (um) a 6 (seis) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data de notificação;
- 12.2. O contrato **poderá** ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, os atos de prazo não fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como análogamente, assegurando o contraditório e a ampla defesa;
- 12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 136 e 139 da mesma Lei;
- 12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não enseja a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;
- 12.2.2.1. Se a alteração implicar mudança do processo jurídico instituído, deverá ser formalizada através de novo contrato subjacente;
- 12.3. O termo de **extinção**, sempre que possível, será precedido:
- 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 12.3.2. Relatório dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 12.3.3. Indenizações e multas;

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento da despesa incorrida durante o período em que foi concluída a execução por meio da forma selecionada (art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.5. O contrato **poderá** ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza fiscal, comercial, contábil, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na instituição ou na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que tenha sido empregado, contratado ou prestador de serviços, inclusive por afiliação, até o momento da extinção (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021);

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 525 – Fonefax (41)3236-8200 – CEP 85888-000 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.716.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página 15



**Município de Mercedes**  
Estado do Paraná

Contrato nº 130/2023

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, XXII)
- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Mercedes, dentro do exercício, na dotação abaixo discriminada:
- |  |   |                                 |
|--|---|---------------------------------|
| 02.001.043.12.0002.2002 – Gestão do Gabinete do Poder Executivo                          | Elemento de despesa: 33903016, 33903026 | Fonte de recurso: 545           |
| 02.004.043.12.0003.2006 – Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças | Elemento de despesa: 33903016, 33903026 | Fonte de recurso: 585, 800      |
| 02.005.12.365.0004.2009 – Manutenção e Revitalização do Espaço Parlamentar               | Elemento de despesa: 33903016, 33903026 | Fonte de recurso: 184, 107, 505 |
| 02.005.12.365.0004.2013 – Manutenção e Revitalização da Educação Infantil                | Elemento de despesa: 33903016, 33903026 | Fonte de recurso: 187, 505      |
| 02.005.12.365.0005.2011 – Gestão do Centro Cultural e Biblioteca Cidadã                  | Elemento de despesa: 33903016, 33903026 | Fonte de recurso: 666, 825      |
| 02.007.10.301.0006.2015 – Gestão das Unidades de Atenção Básica                          | Elemento de despesa: 33903016, 33903026 | Fonte de recurso: 666, 494, 505 |
| 02.007.10.304.0006.2017 – Vigilância Sanitária   | Elemento de despesa: 33903016, 33903026 | Fonte de recurso: 510           |
| 02.007.10.305.0006.2019 – Vigilância em Saúde  | Elemento de despesa: 33903016, 33903026 | Fonte de recurso: 494, 28.894   |
| 02.008.10.121.0007.2032 – Gestão da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente  | Elemento de despesa: 33903016, 33903026 | Fonte de recurso: 666, 545      |
| 02.009.15.122.0008.2017 – Gestão da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Típicos       | Elemento de despesa: 33903016, 33903026 | Fonte de recurso: 666, 545      |

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 525 – Fonefax (41)3236-8200 – CEP 85888-000 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.716.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página 16





Município de Mercedes  
Estado do Paraná

Contrato nº 130/2025

Elemento de despesa: 333903016, 333903026  
Fonte de recurso: 000, 505

02.010.04.122.0001.2044 – Gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego.

Elemento de despesa: 333903016, 333903026  
Fonte de recurso: 000, 505

02.014.27.812.0001.2048 – Gestão da Secretaria de Esporte, Turismo e Lazer.

Elemento de despesa: 333903016, 333903026  
Fonte de recurso: 505

02.014.27.812.0002.2049 – Atividades Esportivas e de Lazer.

Elemento de despesa: 333903016, 333903026  
Fonte de recurso: 000, 505

02.011.08.245.0003.2051 – Conselho Tutelar.

Elemento de despesa: 333903016, 333903026  
Fonte de recurso: 000, 505

02.011.08.244.0003.2051 – Gestão da Política de Assistência Social.

Elemento de despesa: 333903016, 333903026  
Fonte de recurso: 505, 900

02.012.88.244.0003.2053 – Serviço de Proteção Social Básica.

Elemento de despesa: 333903016, 333903026  
Fonte de recurso: 000, 505, 914, 916

02.012.88.244.0003.2055 – Serviço de Proteção Social Especial.

Elemento de despesa: 333903016, 333903026  
Fonte de recurso: 915

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subseqüentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e observação dos créditos correspondentes, mediante quitação.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.173, de 1991 – (Lei da Defesa do Consumidor) – e normas e princípios gerais dos contratos.

Rua Dr. Odeildo Cruz, 585 – Fone/Fax (41) 3296-0090 – CEP 85060-000 – Mercedes – PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 05.718.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página 17



Município de Mercedes  
Estado do Paraná

Contrato nº 130/2025

Pag. 46 Ass. [Assinatura]

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Dentre as alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as alterações nas premissas que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial ajustado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser precedidas mediante realização de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da comissão julgadora do contrato, salvo nos casos de justificação razoável de urgência de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um mês) art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. Registro que não caracterizar alteração do contrato poderá ser realizado por simples anexo, dispensando a celebração de termo aditivo, na forma do art. 126 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Instância ao contratante divulgar o presente instrumento na forma do art. 120, III, parágrafo único, I e II, da Lei nº 14.133/2021, conforme opção estabelecida por meio de Decreto Municipal nº 175, de 18 de outubro de 2021, na forma prevista no art. 91 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo site oficial em Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 9º, 2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FÓRUM (art. 92, III)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Mercedes/Estado do Paraná, Estado do Paraná, para dirimir as litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser resolvidos pela conciliação, conforme art. 40, III, da Lei nº 14.133/21.

Mercedes/PR, em 07 de abril de 2025.

Município de Mercedes  
CONTRATANTE

Valdini Cesarino e Conception Ltda. –  
ESP  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Edson Kruel

Rogério Henrique Endler

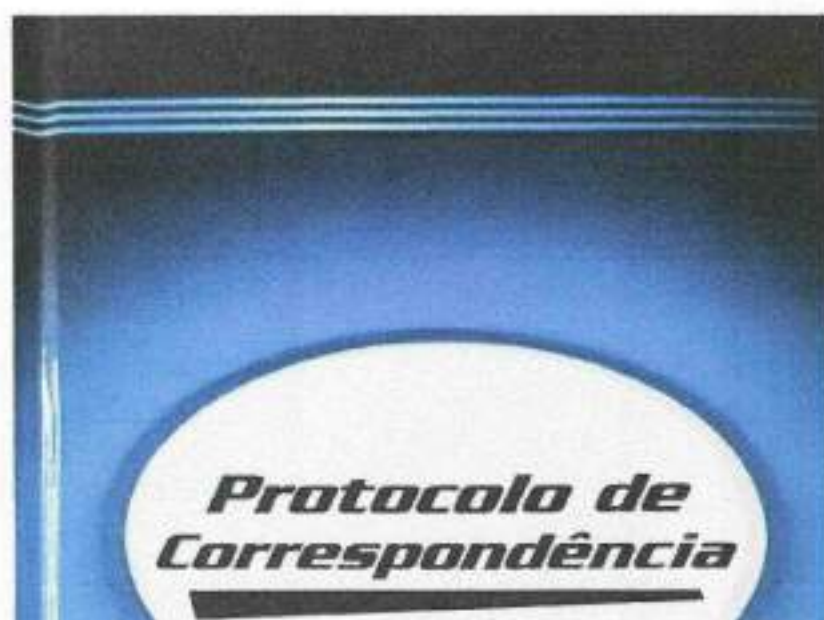
x

Rua Dr. Odeildo Cruz, 585 – Fone/Fax (41) 3296-0090 – CEP 85060-000 – Mercedes – PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 05.718.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página 18



Pesquisa...



Precisa de ajuda?

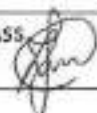


[INÍCIO](#) / [PAPELARIA](#) / [LIVROS COMERCIAIS E IMPRESSOS](#)

Pag.

48

Ass.



# Livro Protocolo De Correspondência 1/4 Com 100 Folhas

**R\$19,99**

O Livro Protocolo de correspondência é ideal para auxiliar a organização em comércios, empresas e escritórios.

Simulação de frete

- 1 +

ADICIONAR AO CARRINHO

[DESCRIÇÃO](#) [INFORMAÇÃO ADICIONAL](#) [AVALIAÇÕES \(0\)](#)

## Livro Protocolo de Correspondência 1/4 100 Folhas

- 100 folhas
- Formato 154 x 216 mm
- Capa Dura
- Cor preta e azul

## PRODUTOS RELACIONADOS

[Precisa de ajuda?](#)



BLOCOS ADESIVOS  
Blocos Recado Adesivos 76mm X 76mm Amarelo

R\$50,00

ADICIONAR AO CARRINHO



ESCRITÓRIO  
Saco de Borrachinha Elástica

R\$25,00

ADICIONAR AO CARRINHO

## CLIENTES

[Minha conta](#)

[Cadastre-se](#)

[Rastrear Pedido](#)

[Cadastro de Empresa](#)

## TERMOS E CONDIÇÕES

[Política de Entrega](#)

[Política de Privacidade](#)

[Trocas e Devoluções](#)

[Quem Somos](#)

## FORMA DE PAGAMENTO

## CENTRAL DE RELACIONAMENTO

Precisa de ajuda?

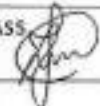


De Segunda a Sexta das 8h00 às 17h00

Pag.

50

Ass.



## ATENDIMENTO

Rua Padre Estevão Pernet 27

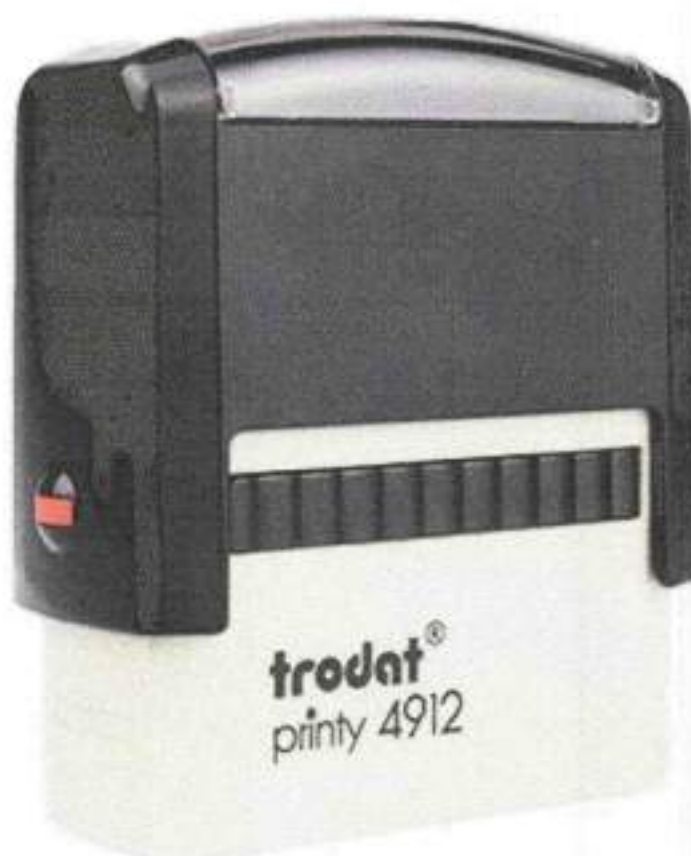
CEP 03315-000 São Paulo SP

11 2091-5365

[Precisa de ajuda?](#)

# Carimbo Trodat 4912

[INÍCIO](#) [TODAS AS PRODUTOS](#) [CARIMBO TRODAT 4912](#)



Tipos de carimbos

## Carimbo Trodat 4912

R\$ 50,00

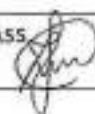
Carimbo autosselante Cor do aparelho: preto Cor da tinta: preta Tamanho máximo da placa de texto: 4,7cm x 1,8cm

ADICIONAR À LISTA DE DESEJOS

Disponibilidade: Em estoque

Verificar preço

Carimbo autosselante  
Cor do aparelho: preto  
Cor da tinta: preta  
Tamanho máximo da placa de texto: 4,7cm x 1,8cm



## Produto relacionado

Web page gatilho





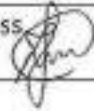
MISSÃO: Facilitar o encomenda e entrega de carimbos em geral.

VISÃO: Ser referência e reconhecer como a melhor opção por nossos clientes pela qualidade de produtos e profissionalismo em atendimento e entrega de carimbos em geral.

VALORES: Responsabilidade Corporativa, Satisfação do cliente

Fala conosco:

51 3085-4334

Pag. 53	Ass. 
---------	---

© 2022 TS Agência de Marketing Digital. All Rights Reserved.



Pag.  
54

Ass.



O QUE DESEJA PROCURAR?

[Home](#) / [Carimbo Automático](#) / [Assinatura](#) / [Carimbo Automático 1,8 x 4,7 cm 4912 P2 Trodat](#)

## Carimbo Automático 1,8 x 4,7 cm 4912 P2 Trodat

DESCRIÇÃO

DISPONIBILIDADE: DISPONÍVEL EM 1 DIA ÚTIL

**R\$ 50,00**

CÓRES DISPONÍVEIS ( )



TINTA:

Preto

TEXTO:

FONTE DO TEXTO (VER EM LISTA DE FONTES PARA CARIMBO):

Selecione



URGENTE - REGRAS EM: COMO FAZER CARIMBO PERSONALIZADO:

Pag.  
55

Ass.

Selecione

SIMBOLO DA PROFISSÃO OU DESENHO:

Selecione

ALMOFADA EXTRA:

Selecione

TINTA EXTRA:

Selecione

Quantidade: 1

COMPRAR AGORA

SIMULADOR DE FRETE

CALCULAR

DESCRIÇÃO GERAL

LISTA DE FONTES PARA CARIMBO

TERMOS E CONDIÇÕES DE COMPRA

CORES DE TINTA

COMO FAZER CARIMBO PERSONALIZADO

## Seu carimbo automático profissional grande

O carimbo automático 4912 P2 da marca Trodat tem várias cores lindas para escolher e é muito simples de utilizar. Dispensa o uso de almofadas externas por ser autoentintado. Tamanho de carimbo grande, com 1,8 x 4,7 cm de espaço na placa de texto. Pode ser transportado tranquilamente em bolsas e sacolas sem preocupação com manchas de tinta. A almofada é parte interna do carimbo, com alta durabilidade.

Produzimos o carimbo com o texto solicitado por você de acordo com sua necessidade. Conforme a fonte escolhida a quantidade de caracteres pode variar, por tanto, após a compra entraremos em contato para combinar sobre o texto e a fonte.

Características:

Tamanho aproximado da impressão: 1,8 x 4,7 cm (18 x 47 mm).

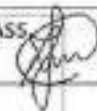
Similar aos carimbos de marca e modelo: Colop C30 e E30 e ao Nykon 303.

Pode ser personalizado com:

- Aproximadamente 5 linhas de texto;
- Cerca de 4 palavras por linha de texto;
- Imagem pequena.









Outros modelos da marca Trodat com tamanho 1,8 x 4,7 cm na placa de texto, clique na foto para ser direcionado:



Modelos da marca Trodat com tamanho imediatamente maior na placa de texto, clique na foto para ser direcionado:





A almofada refil pode ser substituída quando chegar ao fim da sua vida útil, clique na foto para comprar uma nova:



A almofada refil do carimbo automático pode ser utilizada com diferentes tipos de tinta, clique nas fotos para ser direcionado:





## PRODUTOS RELACIONADOS



Carimbo Automático 1,8 x 4,7 cm 4912 P4 Trodat

R\$ 70,00



Carimbo Automático 1,8 x 4,7 cm 3912 Trodat

R\$ 40,00



Carimbo De Montar Automático 4912 P2 Trodat

R\$ 185,00



Carimbo Automático 1,8 x 4,7 cm 4912 P2 Trodat

R\$

## PRODUTOS VISITADOS

Total de Produtos Visitados (4)

Páginas: 12

Unpar



Carimbo Automático 1,8 x 4,7 cm 4912 P2 Trodat



Carimbo Automático 1,4 x 3,8 cm 4911 P2 Trodat



Carimbo Automático 3,8 x 7,5 cm 4926 Trodat

CADASTRE-SE E RECEBA OFERTAS COM PREÇOS EXCLUSIVOS

[Clique aqui para cadastrar-se e receber ofertas exclusivas.](#)
[Digite aqui e-mail](#)
[Clique aqui](#)


INSTITUCIONAL

FALE CONOSCO

PAGAMENTO

COMPRA SEGURA



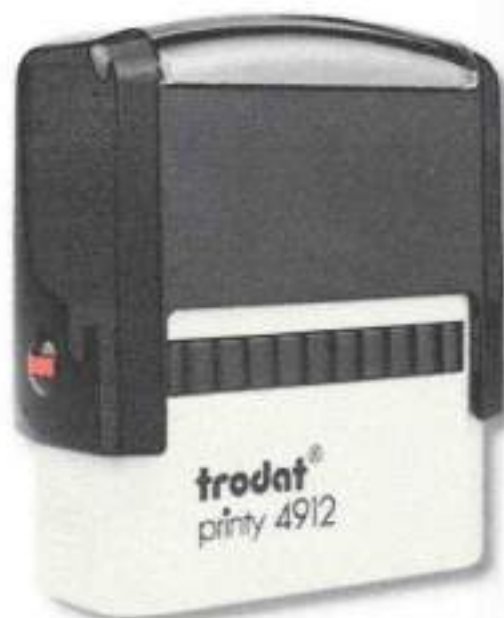
Compre no site 24h por dia. Atendimento via WhatsApp conforme disponibilidade.

TECNOLOGIA TRAYCOMMERCE



Oficina dos  
Carimbos

Buscar



Início - Personalizados - Carimbos Automáticos - CARIMBO AUTOMÁTICO TRODAT 4912

**CARIMBO AUTOMÁTICO TRODAT 4912****R\$ 52,25**

A VISTA NO PIX

ou

**R\$55,00**

em até 2 x de R\$27,50 sem juros

5% de desconto pagando com Pix

 Ver mais detalhesAo usar este site você aceita o uso de cookies para agilizar a sua experiência de compra. [Entenda](#)

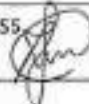


Aproveite: comprando a partir de R\$ 199,00, você ganha **FRETE GRÁTIS NA SUA COMPRA!** 📦

Pag.

62

Ass.



O que você deseja escrever no carimbo?: [Preencha este campo \\*](#)

200

Escolha uma fonte: [Selecione uma das opções \\*](#)

IMPRESSÃO / COR DO REFIL: PRETO

☒ PRETO☐ VERMELHO

-

1

+

[Comprar](#)

 Meios de envio

+

Descrição

### CARIMBO AUTOMÁTICO TRODAT 4912

Área de impressão: 48X17mm

Cor da máquina: preto

O carimbo Trodat 4912 é um dispositivo versátil e prático projetado para criar impressões de carimbo limpas e profissionais. Comumente utilizado em ambientes empresariais e pessoais. O Trodat 4912 apresenta uma área de impressão retangular, nas dimensões de 48x17mm, oferecendo espaço suficiente para incluir informações detalhadas, como nome, endereço, pequenos logotipos, números de contato e outras informações relevantes.

### PRINCIPAIS DÚVIDAS:

#### QUAL DEVE SER O FORMATO DA ESCRITA?

Você pode enviar apenas a escrita que desejar, se desejar com alguma fonte específica, precisaremos do nome da fonte desejada.

#### COMO ENVIAR MINHAS INFORMAÇÕES?

Você deve enviar **para nosso WhatsApp (47)98889-4361** ou clicar no botão do WhatsApp que aparece aqui no site, basta informar o número do seu pedido e enviar o que deseja, ou então escrever nos comentários do seu pedido que aparece na página de pagamento do pedido.

#### Qual o prazo de produção dos itens personalizados?

Prazo de produção dos itens personalizados é de **até 7 dias úteis**.



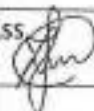
Por este site você aceita o uso de cookies para agilizar a sua experiência de compra. [Entendi](#)

A almofada do carimbo automático é acoplada ao carimbo, a tinta é vendida avulsa, necessitará de recarga apenas após 6 meses de uso (tempo aproximado), a tinta avulsa é vendida no link abaixo:

Pag.

63

Ass.



[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR](#)

#### Dura quanto tempo um carimbo?

Não há tempo de uso estimado, varia de acordo com o cuidado do produto. A carcaça do carimbo pode durar muitos anos, você precisará muitas vezes trocar apenas a almofada que é acoplada ao carimbo automático.

#### De que material são produzidos os carimbos?

Carimbos são feitos em polímero.

#### Caso eu tenha algum problema com a minha compra, com quem eu falo?

Caso tenha alguma dúvida, dificuldade ou necessidade de suporte, você sempre poderá entrar em contato conosco através do nosso WhatsApp (47) 98899-4361

#### Onde a Oficina dos Carimbos está localizada?

Somos um e-commerce localizado na cidade de Blumenau. Vendemos e enviamos para todo o Brasil.

#### Quais as formas de Pagamento que a Oficina dos Carimbos oferece?

Aceitamos pagamentos através do Cartão de Crédito em até 12x

- Parcelado em até 3x sem juros
- Boleto Bancário
- Pix (no pix você ganha 5% de desconto).

#### Qual a garantia sobre os produtos?

Oferecemos garantia de 90 dias após o recebimento do seu pedido, exceto mau uso.

#### Posso comprar pelo WhatsApp?

A compra é feita preferencialmente em nosso site, pois aqui disponibilizamos ofertas exclusivas para você. Mas caso tenha alguma dúvida ou necessidade de suporte, você sempre poderá entrar em contato conosco através do nosso WhatsApp (47)98899-4361.

#### Como calcular o prazo de entrega?

Para calcular o prazo de entrega, você pode clicar no produto que deseja e digitar o seu CEP no campo: Calcular Frete e Prazo, que fica próximo da imagem do produto.

#### Como consulto o meu pedido?

Você pode consultar o seu pedido a qualquer momento acessando a sua conta em nossa loja e também através das notificações de alteração de Status enviadas por e-mail.

A Oficina dos Carimbos agradece a você cliente pela confiança e preferência, aguardamos sua compra!



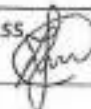
Por este site você aceita o uso de cookies para agilizar a sua experiência de compra. [Entendi](#)

[< Compartilhar](#)

Pag.

64

Ass.



## Produtos similares

CARIMBO AUTOMÁTICO CARTÃO  
FIDELIDADE

**R\$ 43,61**  
À VISTA NO PIX  
OU R\$45,90

[Comprar](#)

KIT DE CARIMBO ESCOLAR PARA  
TEGIDO

**R\$ 85,41**  
À VISTA NO PIX  
OU R\$89,80

em até 3 x de R\$29,97 sem juros

[Comprar](#)

## Newsletter

Quero receber as melhores ofertas

Enviar

### Departamentos

+

[TODOS OS PRODUTOS](#)[MAIS VENDIDOS](#)[PALAVRAS AFETIVAS](#)[FRASES POSITIVAS](#)[NATAL](#)[PROMOÇÕES](#)[LANÇAMENTOS](#)

### Institucional

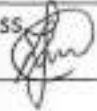
+

[Início](#)[Quem somos](#)[Produtos](#)[Política de Privacidade](#)

Usando este site você aceita o uso de cookies para agüzar a sua experiência de compra. [Entendi](#)



Contatos

Pag.	Ass.
65	

Entre em contato

+

5547988994361

(47) 98899-4361

adm.oficinadoscarimbos@gmail.com

Rua João Pessoa, 1923 Fundos - Galpão Tijolinho - Bairro: Velha - Blumenau/SC



Meios de pagamento



Meios de envio



Copyright Oficina dos Carimbos LTDA - 40437082000150 - 2025. Todos os direitos reservados.

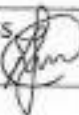
criado com  nuvenshopAo acessar este site você aceita o uso de cookies para agilizar a sua experiência de compra. [Entendi](#)

telecarimbo

Pag.

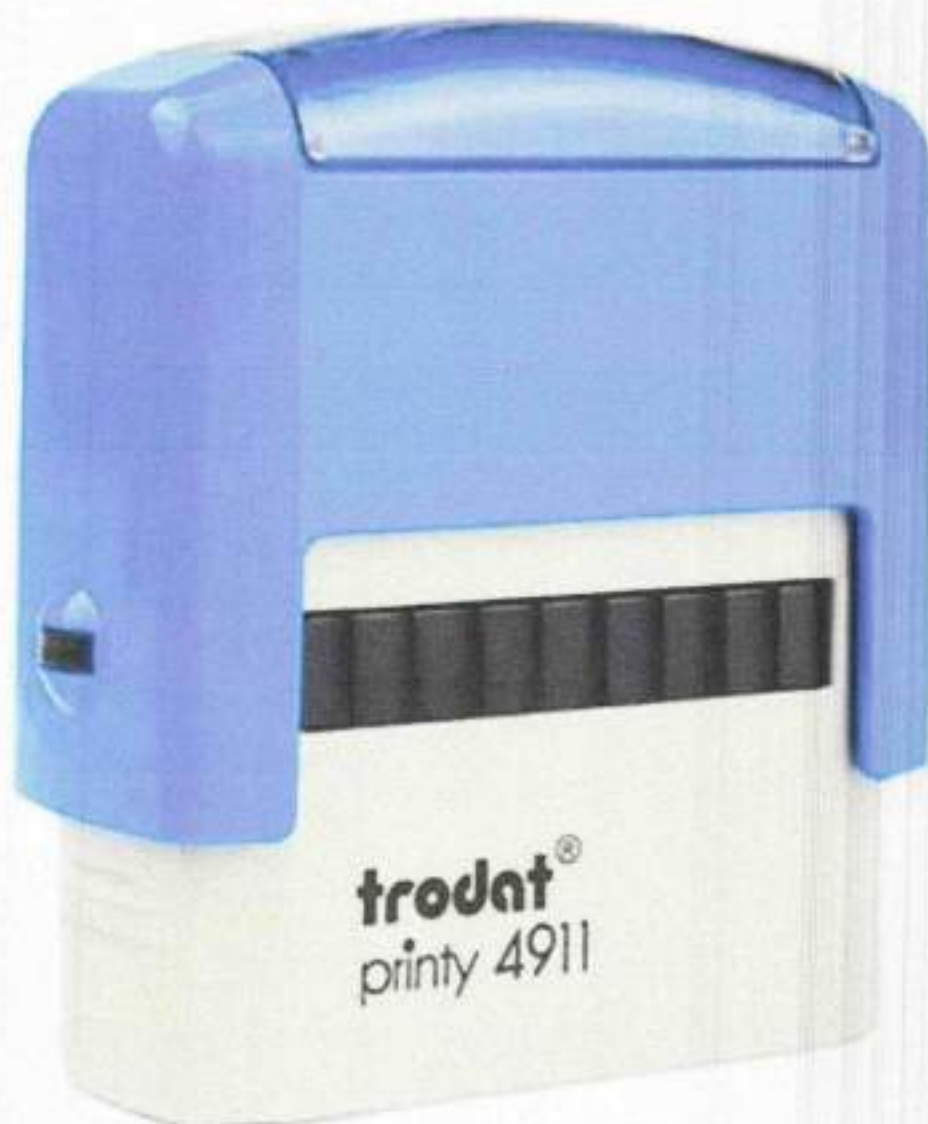
66

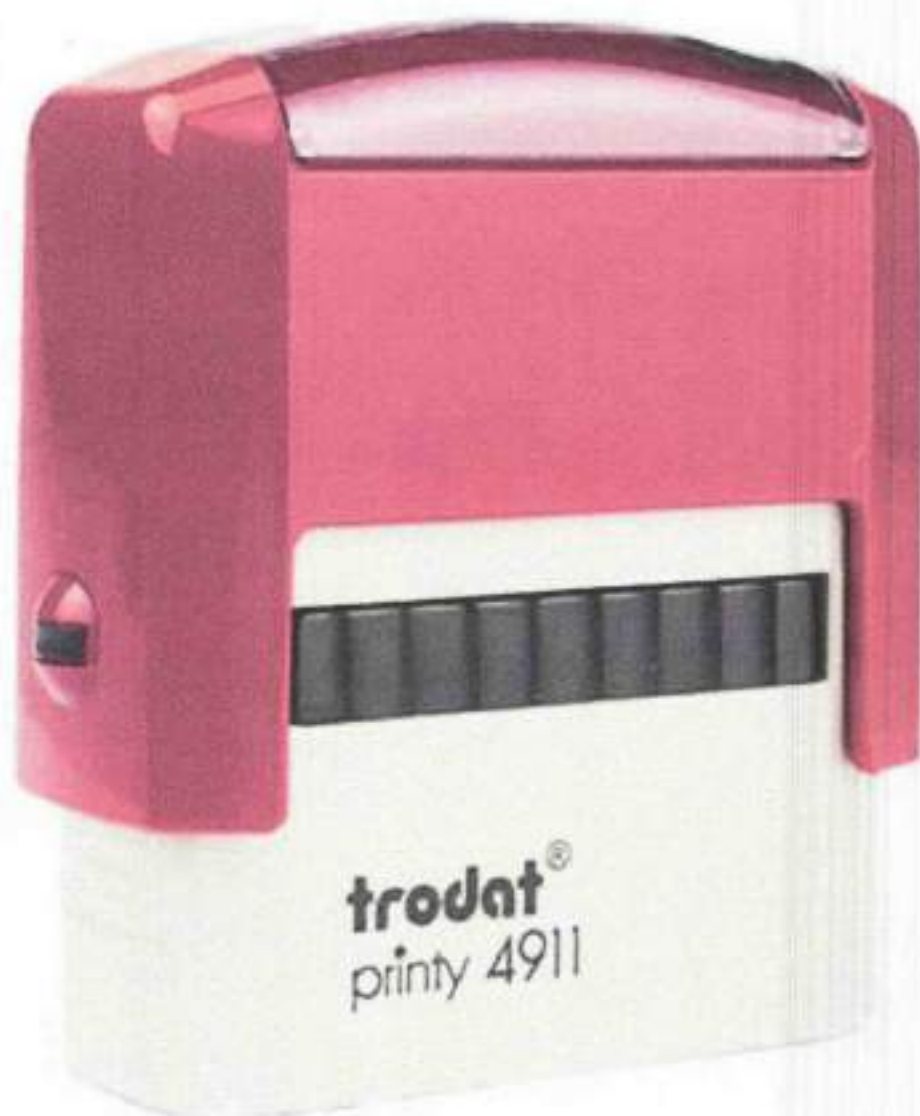
Ass.



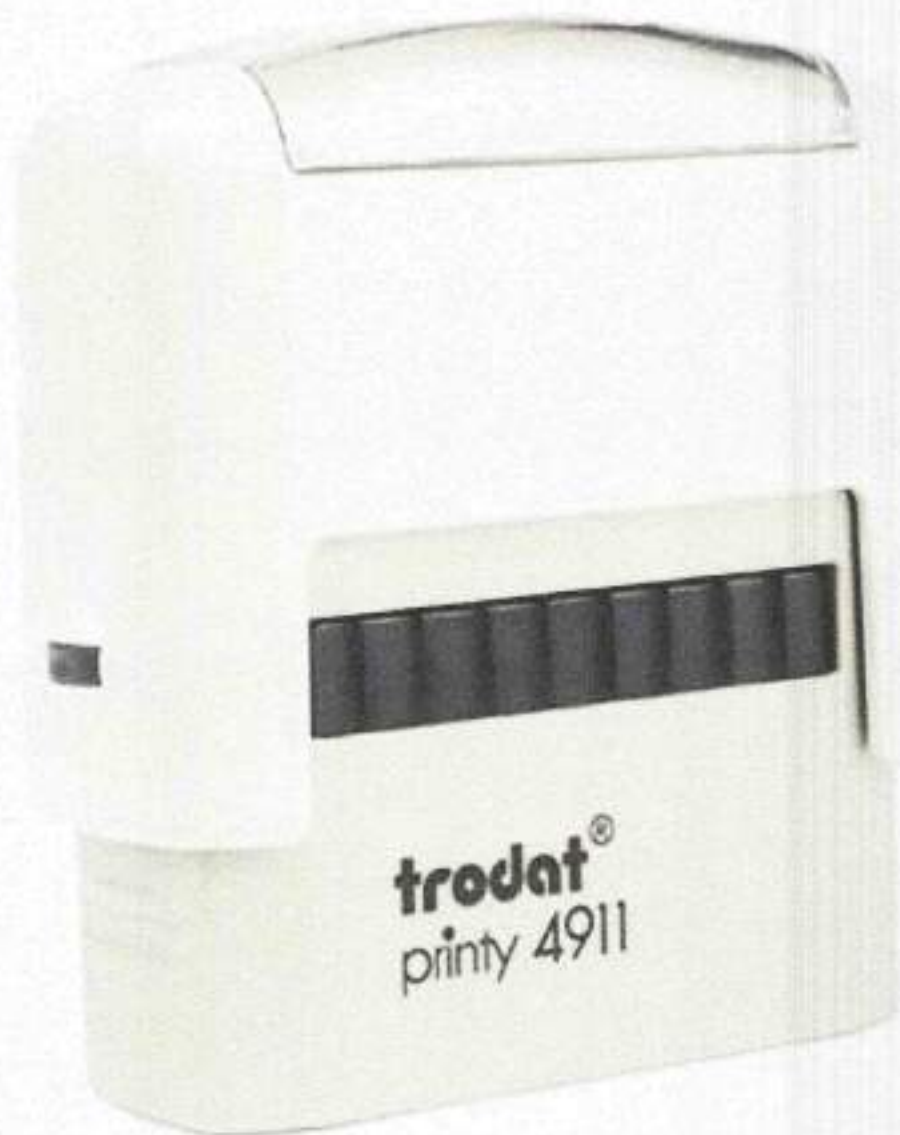
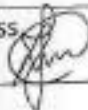
# Carimbo Trodat 4911

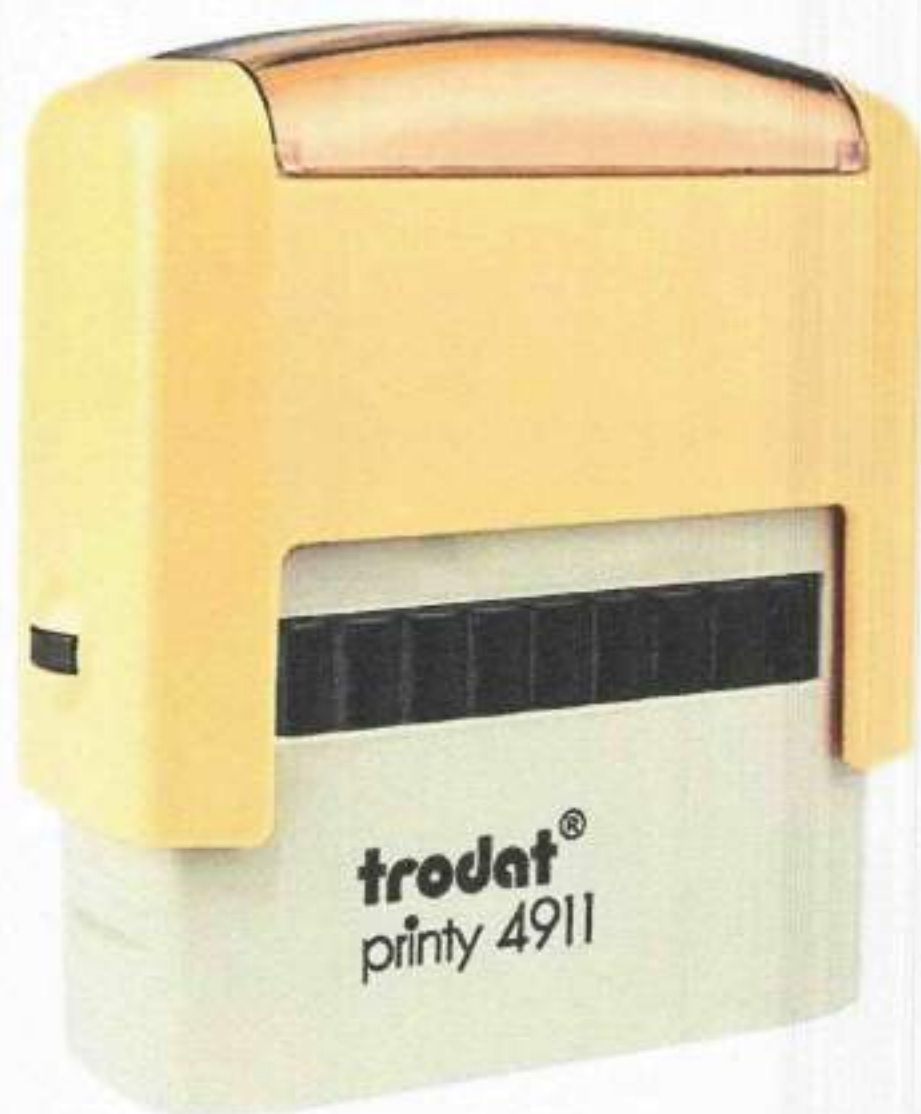
INÍCIO CARIMBO TRODAT 4911

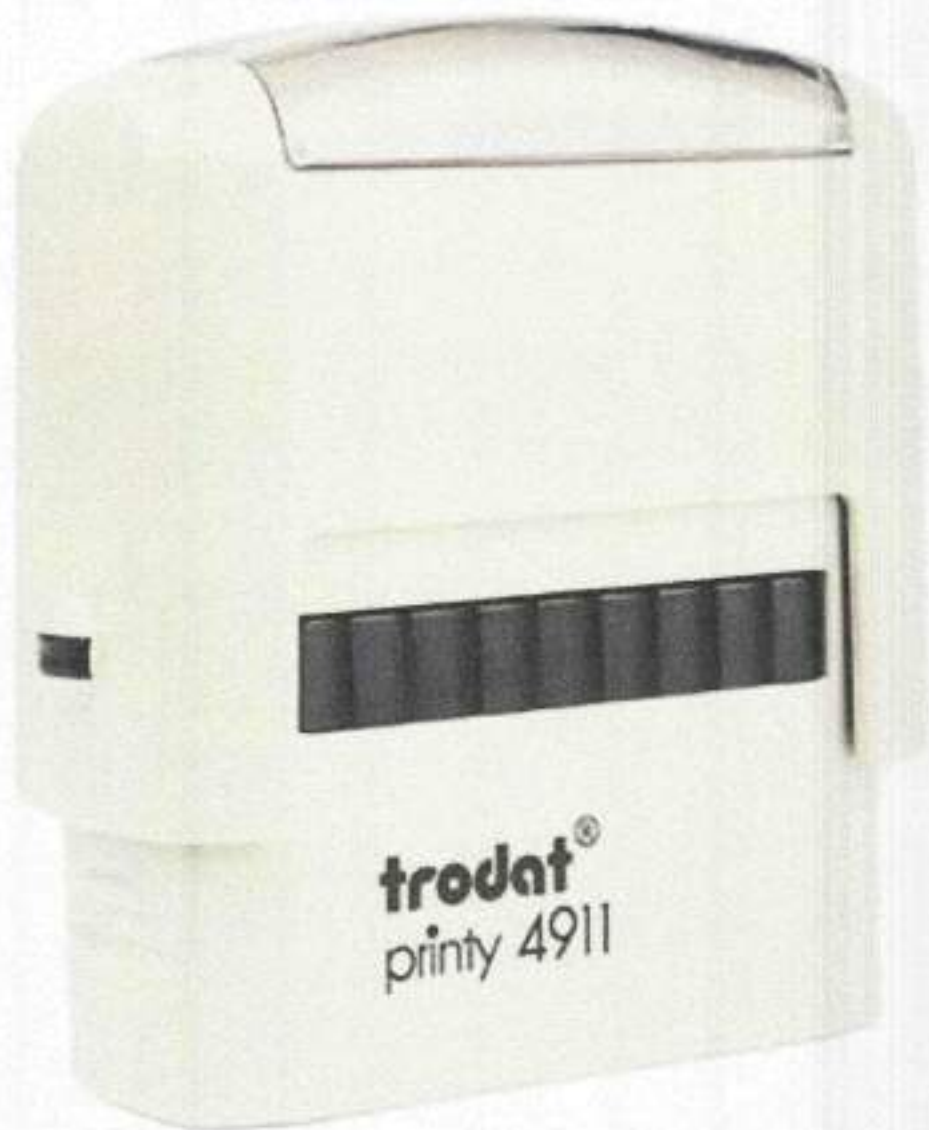




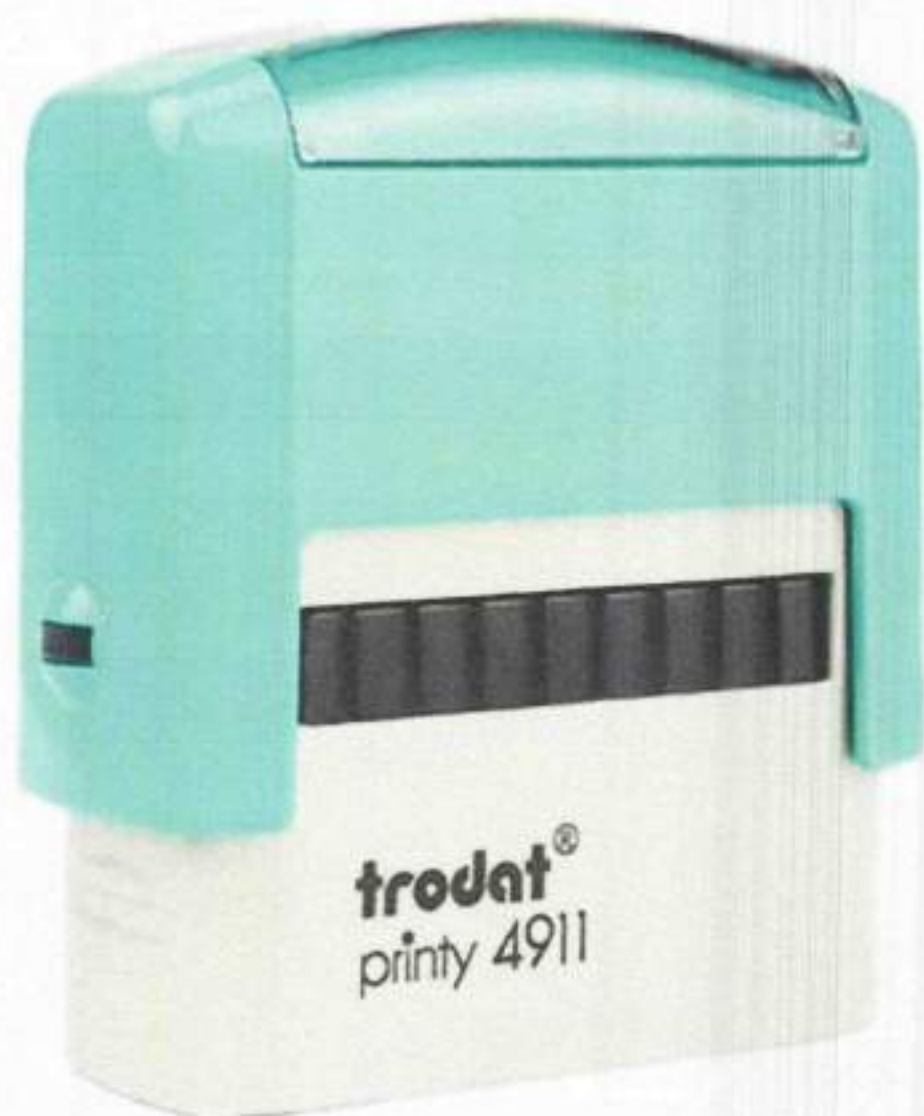


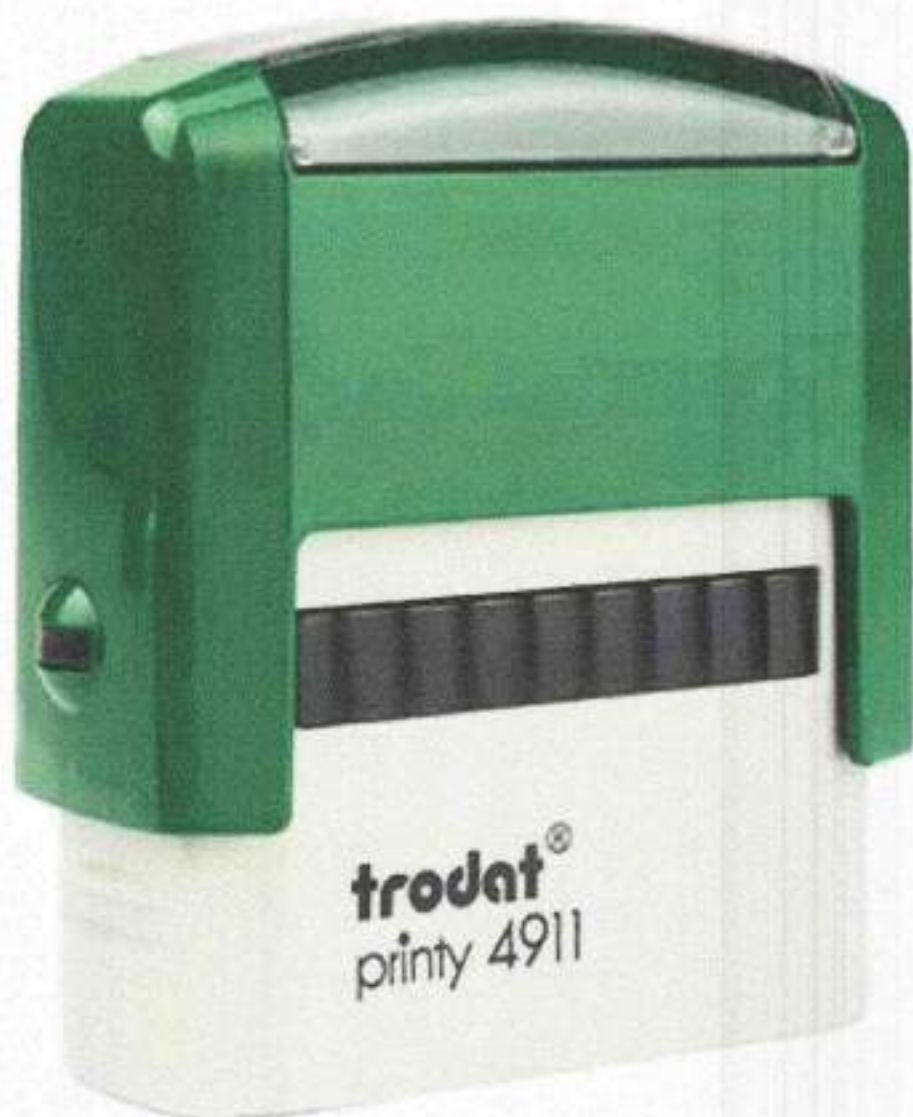


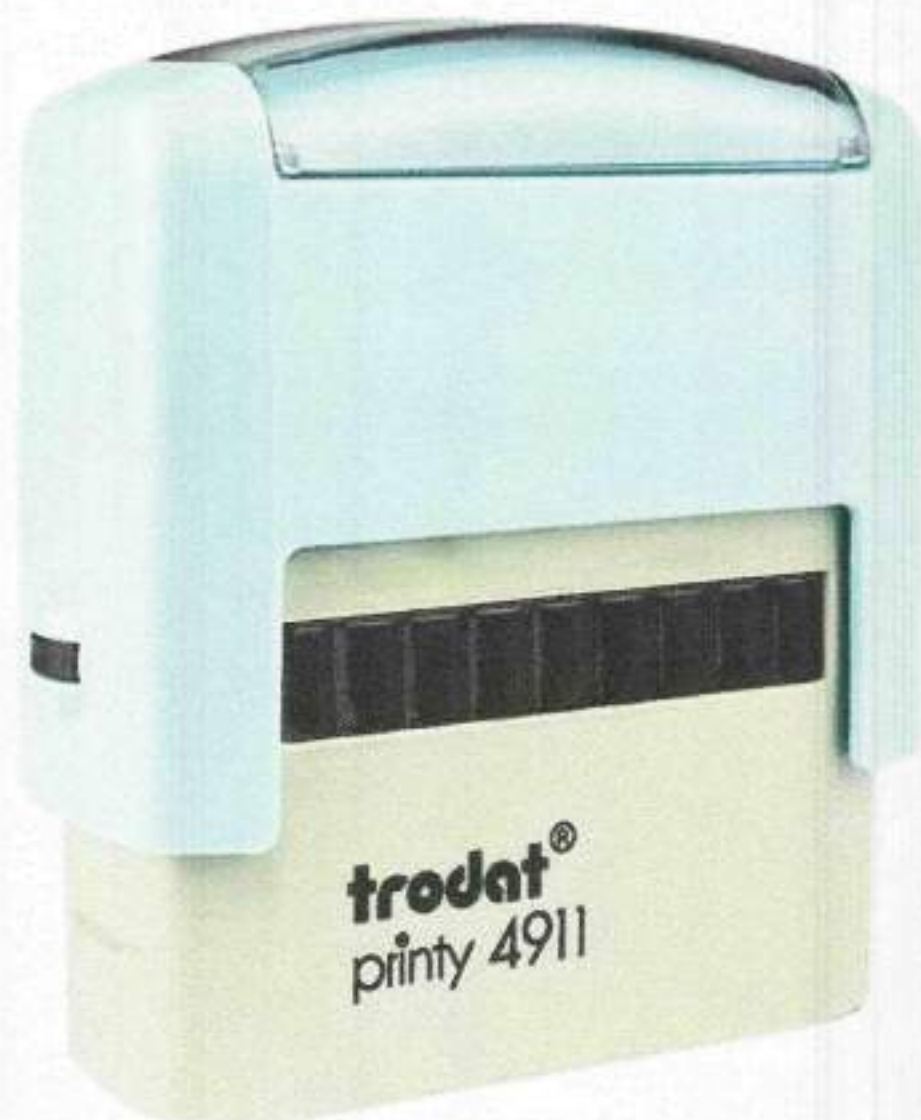
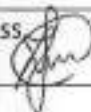




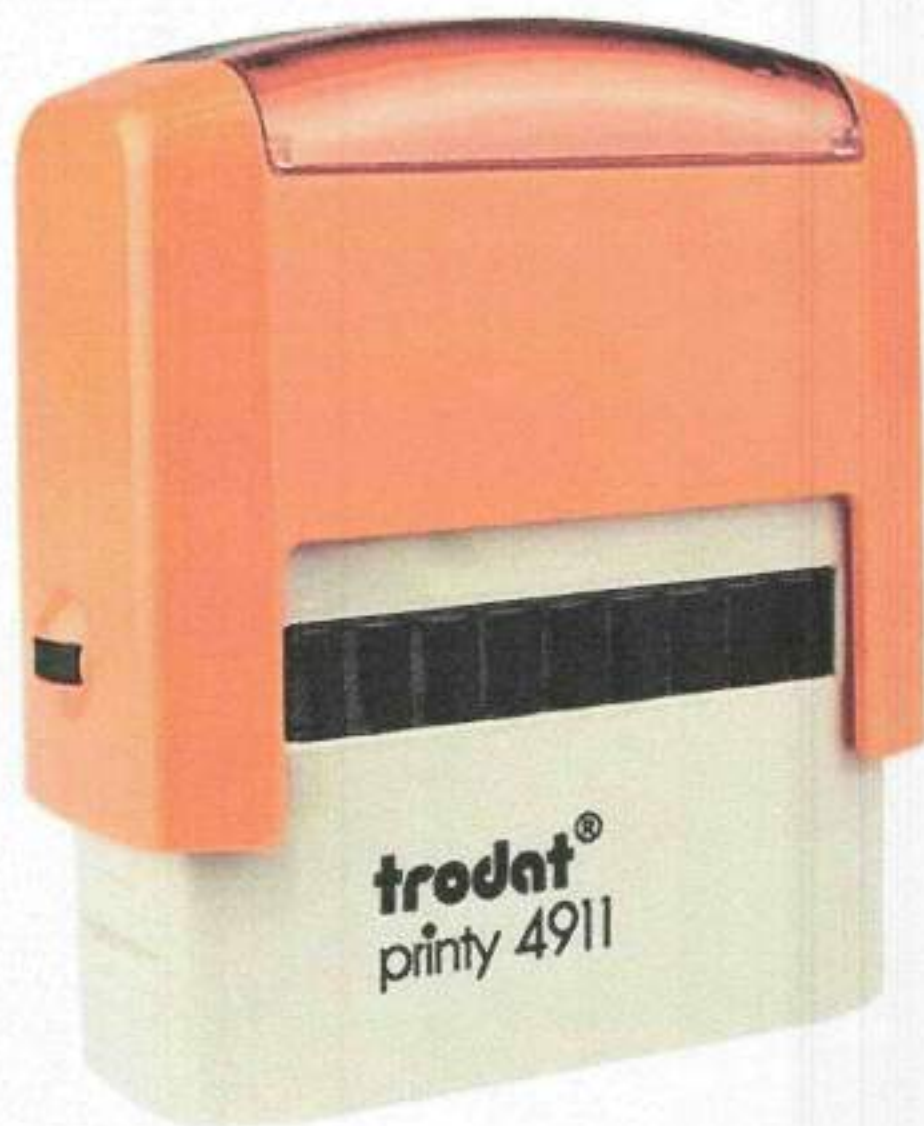








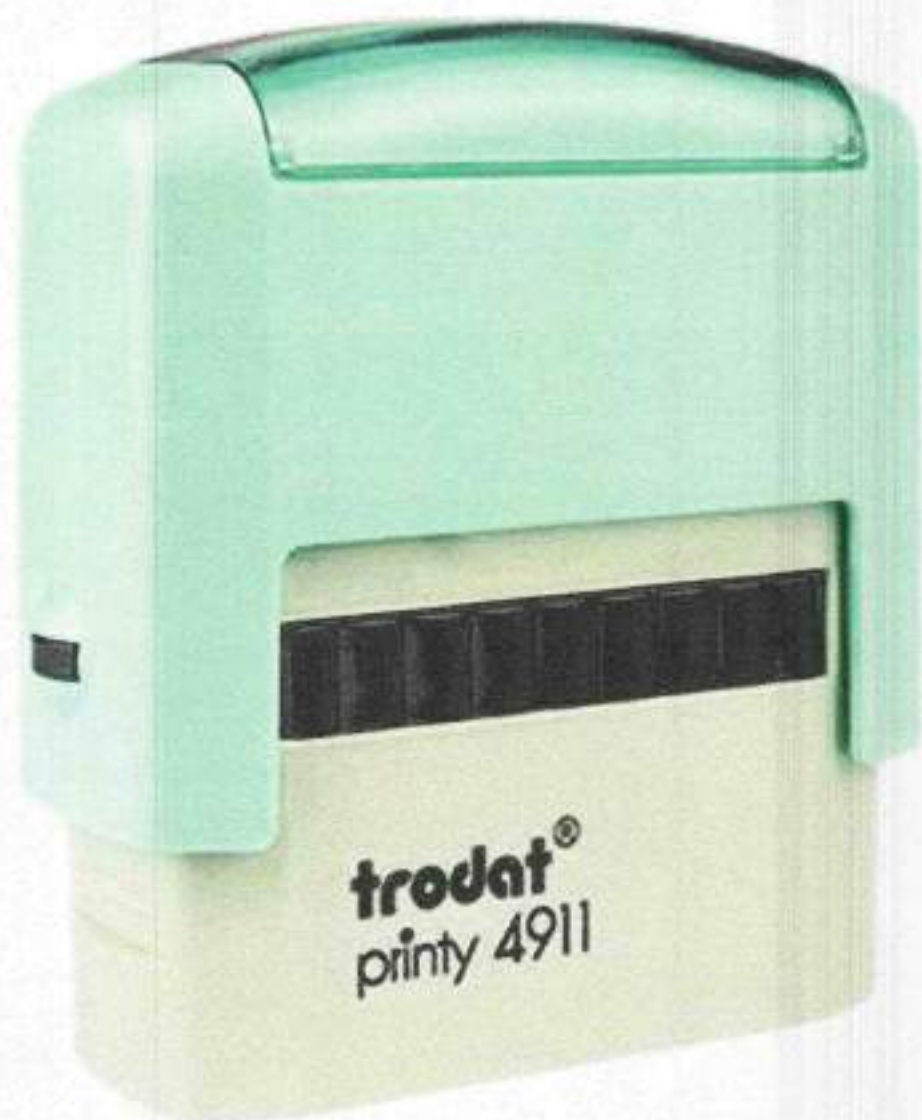


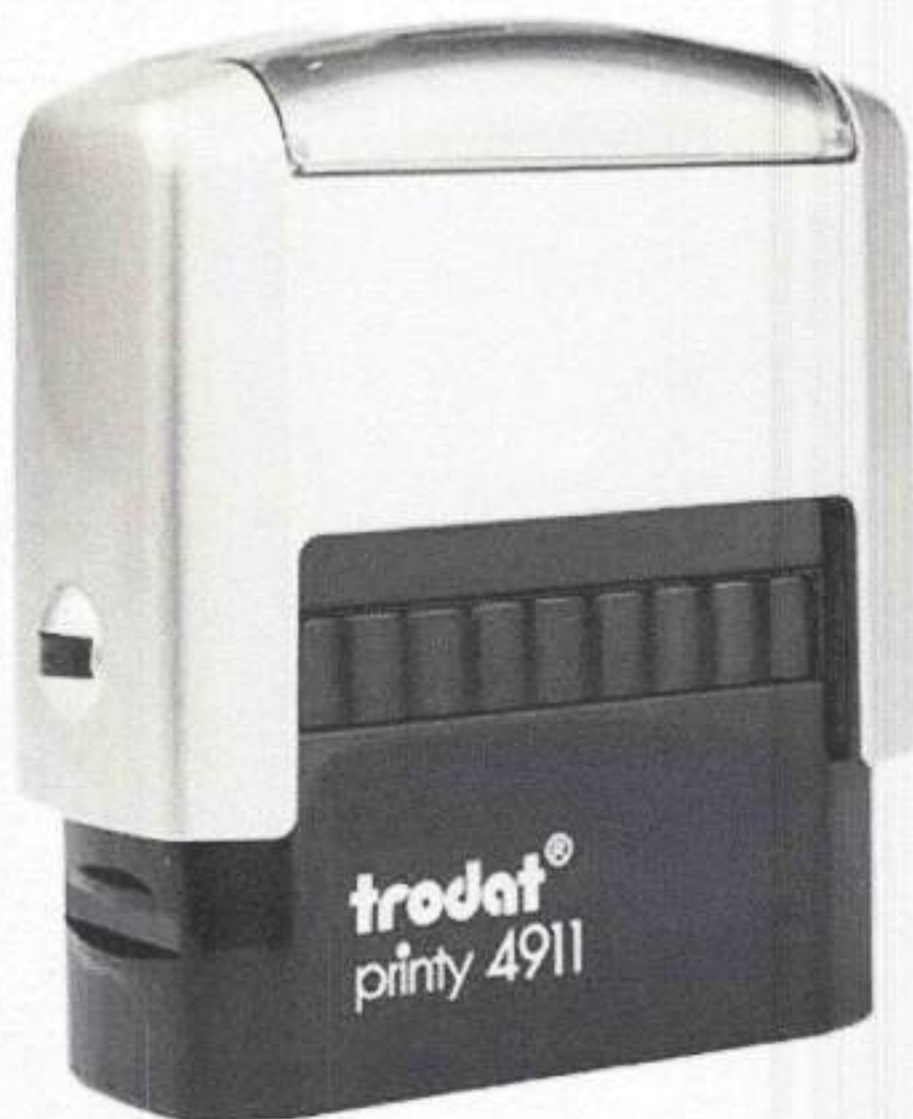






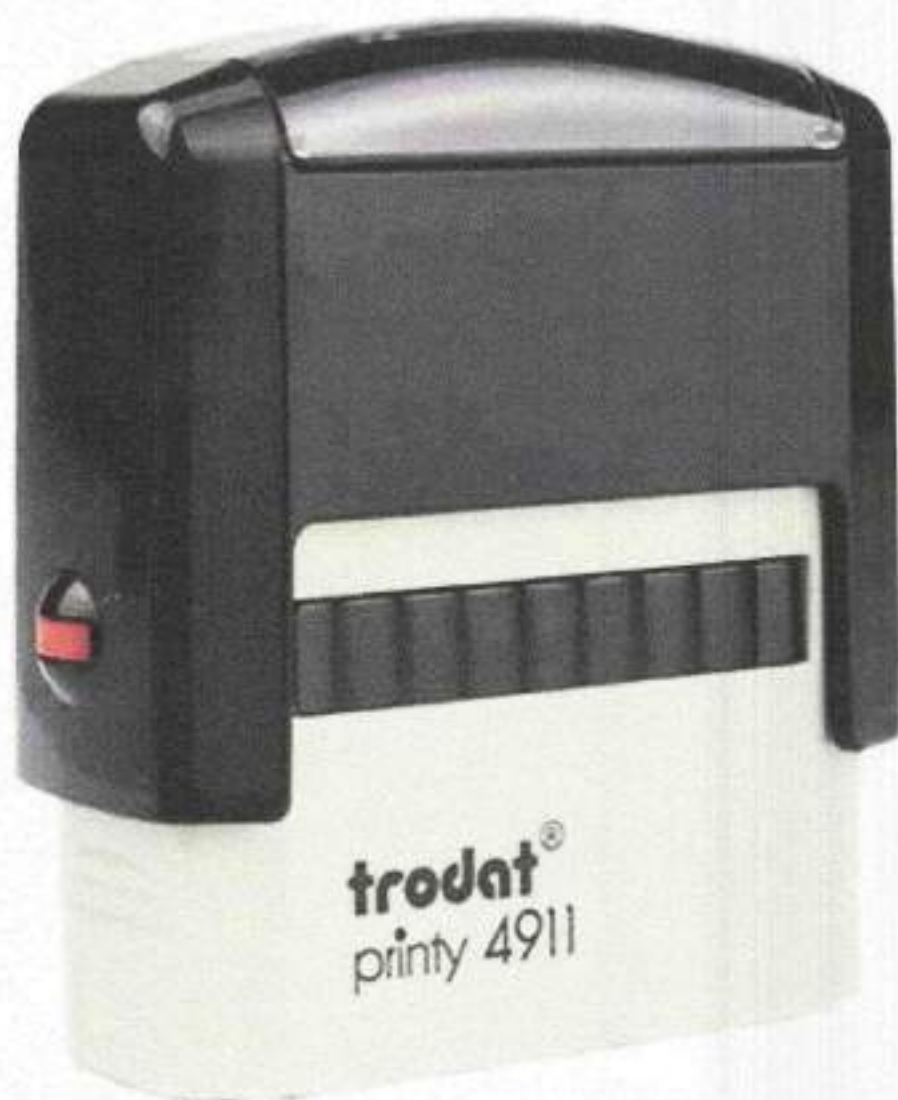


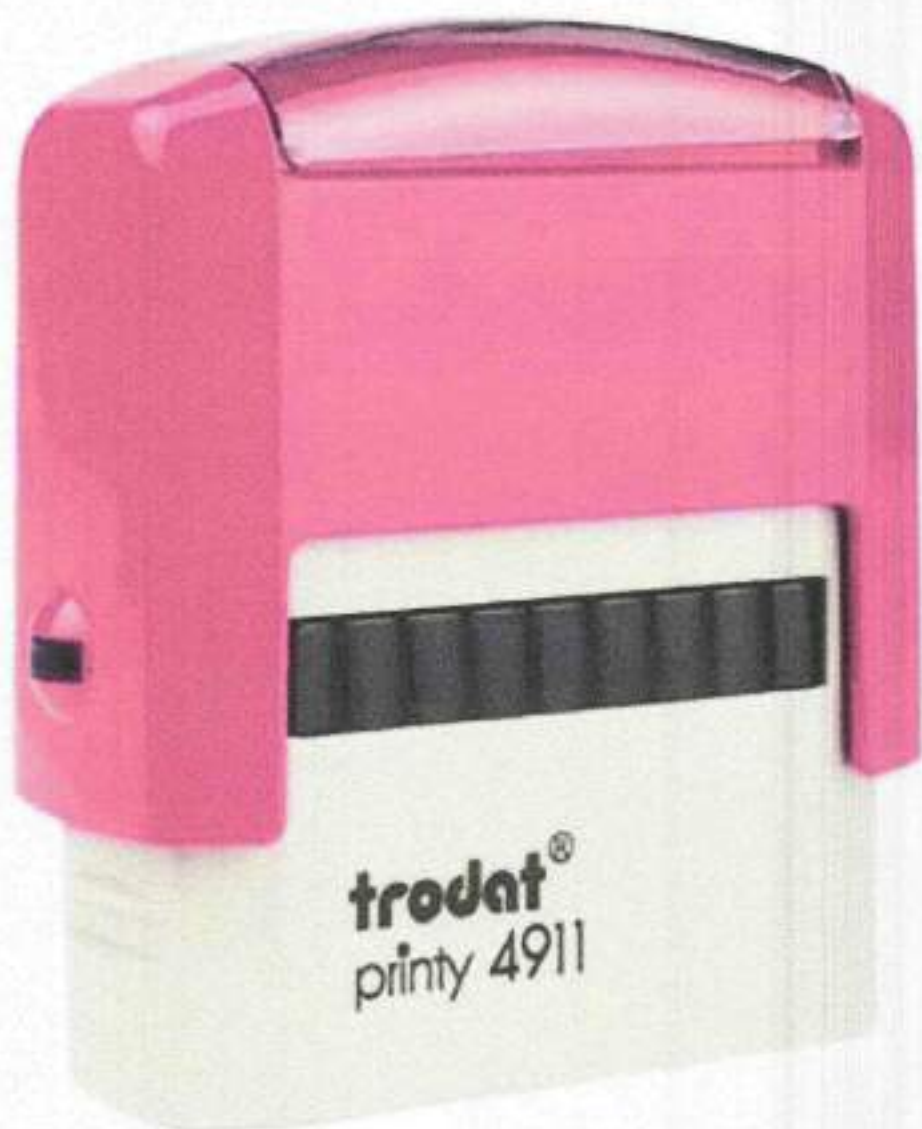


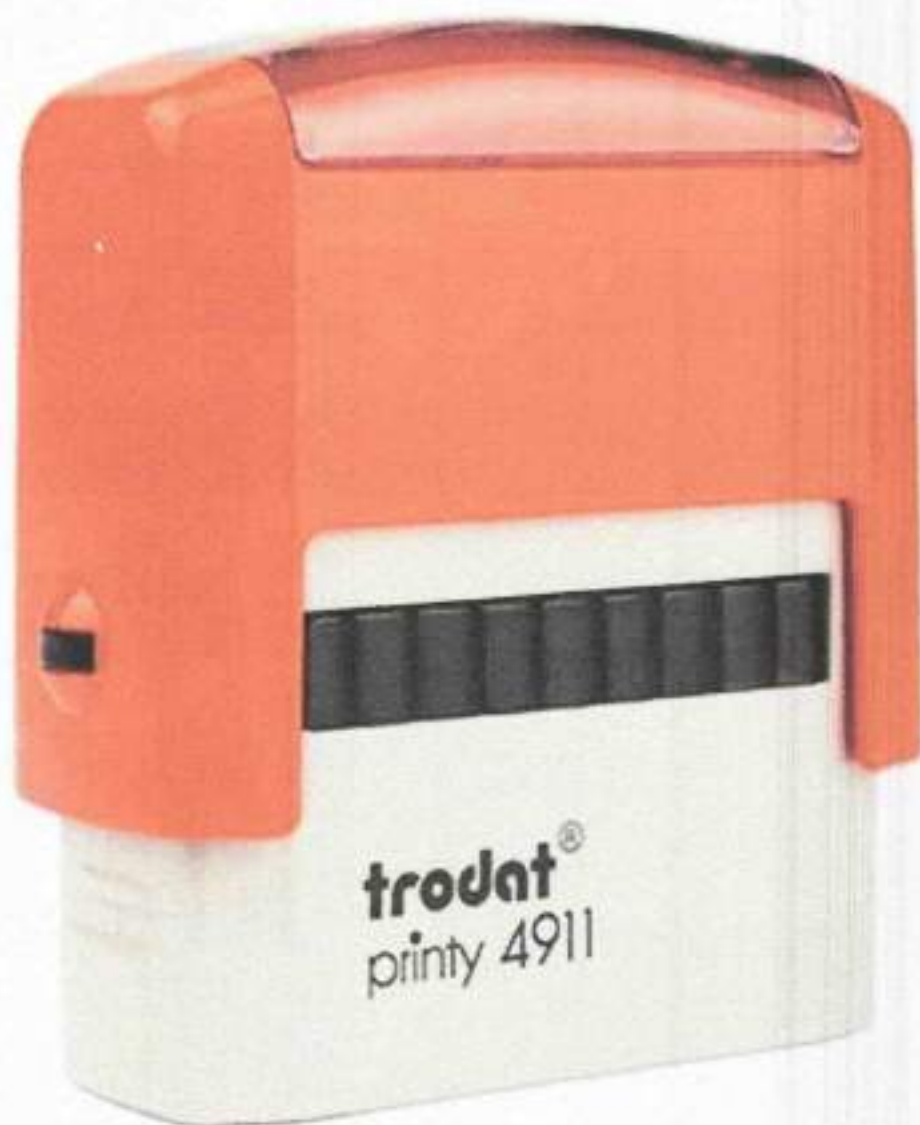












Tipo desconhecido

## Carimbo Trodat 4911

R\$ 45,00

Carimbo automático Ideal para carimbo profissional Cor do aparelho: diversas cores Cor da tinta: preta Tamanho máximo da placa de texto: 3,8cm x 1,4cm

Cor: Preto

- 1 +

ADICIONAR AO CARRINHO

 [ADICIONAR A LISTA DE DESEJOS](#)

[Olá, precisa de ajuda?](#)

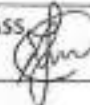


Disponibilidade: **Em estoque**

Pag.

83

Ass.



## DESCRIÇÃO

Carimbo automático  
Ideal para carimbo profissional  
Cor do aparelho: diversas cores  
Cor da tinta: preta  
Tamanho máximo da placa de texto: 3,8cm x 1,4cm



## Produto relacionado

Você pode gostar também

Clique, precisa de ajuda?



**MISSÃO:** Facilitar a encomenda e entrega de carimbos em geral.

**VISÃO:** Ser referência e reconhecida como a melhor opção por nossos clientes pela qualidade de produtos e praticidade de encomenda e entrega de carimbos em geral.

**VALORES:** Responsabilidade Comprometimento Satisfação do cliente

Fale conosco

51 3085-4334



O QUE DESEJA PROCEDER?



Home / Carimbo Automático / Assinatura / Carimbo Automático 1,4 x 3,8 cm 4911 P2 Trodat



## Carimbo Automático 1,4 x 3,8 cm 4911 P2 Trodat

Destaque

DISPONIBILIDADE: DISPONÍVEL EM 1 DIA ÚTIL  
MODELO: 4911 P2**R\$ 45,00**

CORES DISPONÍVEIS ( )



TINTA:

Preto

TEXTO:

FONTE DO TEXTO (VER EM LISTA DE FONTES PARA CARIMBO):

Selecione





## URGENTE - REGRAS EM: COMO FAZER CARIMBO PERSONALIZADO:

Pag.

86

Ass.



Selecione

## SIMBOLO DA PROFISSÃO OU DESENHO:

Selecione

## ALMOFADA EXTRA:

Selecione

## TINTA EXTRA:

Selecione

Quantidade: 1

COMPRAR AGORA

SIMULADOR DE FRETE

CALCULAR

DESCRIÇÃO GERAL

LISTA DE FONTES PARA CARIMBO

TERMOS E CONDIÇÕES DE COMPRA

CORES DE TINTA

## COMO FAZER CARIMBO PERSONALIZADO

## Personalize seu carimbo automático

O carimbo automático 4911 P2 da marca Trodat tem várias cores lindas para escolher e é muito simples de utilizar. Dispensa o uso de almofadas externas por ser autoentintado. Tamanho de carimbo médio, com 1,4 x 3,8 cm de espaço na placa de texto. Pode ser transportado tranquilamente em bolsas e sacolas sem preocupação com manchas de tinta. A almofada é parte interna do carimbo, com alta durabilidade.

Produzimos o carimbo com o texto solicitado por você de acordo com sua necessidade. Conforme a fonte escolhida a quantidade de caracteres pode variar, por tanto, após a compra entraremos em contato para combinar sobre o texto e a fonte.

## Características:

Tamanho aproximado da impressão: 1,4 x 3,8 cm (14 x 38 mm)

Similar aos carimbos de marca e modelo: Colop C20, Colop E20 e Nykon 302.

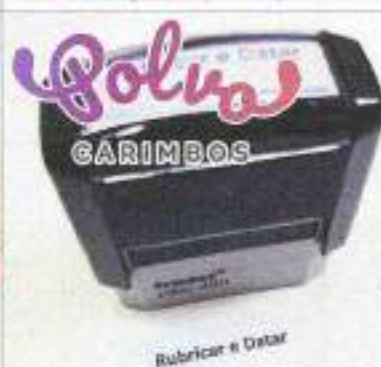
Pode ser personalizado com:

- Aproximadamente 4 linhas de texto;
- Cerca de 3 palavras por linha de texto.



Pag. 87

Ass. [Signature]







Outros modelos da marca Trodat com tamanho 1,4 x 3,8 cm na placa de texto, clique na foto para ser direcionado:





Modelos da marca Trodat com tamanho imediatamente maior na placa de texto, clique na foto para ser direcionado:



A almofada refil pode ser substituída quando chegar ao fim da sua vida útil, clique na foto para comprar uma nova:



A almofada refil do carimbo automático pode ser utilizada com diferentes tipos de tinta, clique nas fotos para ser direcionado:



Tinta para papel

Tinta para tecido

Tinta para plástico

Ass.

## PRODUTOS RELACIONADOS



Carimbo Automático 1,4 x 3,8 cm 4911 P4 Trodat

R\$ 55,00



Carimbo Automático 1,4 x 3,8 cm 3911 Trodat

R\$ 35,00



Carimbo De Montar Automático 4911 P2 Trodat

R\$ 130,00



Carimbo Automático 1,4 x 3,8 cm 4911 P2 Trodat

R\$

## PRODUTOS VISITADOS

Total de Produtos Visitados (3)

Páginas: 1

Limpar

Carimbo Automático 1,4 x 3,8 cm  
4911 P2 TrodatCarimbo Automático 3,8 x 7,5 cm  
4926 TrodatCarimbo Automático 4 x 6 cm  
Printy 4927 Trodat

CADASTRE-SE E RECEBA OFERTAS COM PREÇOS EXCLUSIVOS

Assine agora para receber ofertas exclusivas em seu e-mail.

Digite seu e-mail

OK



INSTITUCIONAL

FALE CONOSCO

PAGAMENTO

COMPRA SEGURA



Compre no site 24h por dia. Atendimento via WhatsApp conforme disponibilidade.

TECNOLOGIA TRAYCOMMERCE







**GLOBAL**  
Carimbos

(<https://www.carimbosglobal.com.br/>)

[Início \(https://www.carimbosglobal.com.br/\)](https://www.carimbosglobal.com.br/) / [Carimbos Trodat \(/carimbos-automaticos-trodat/\)](#) / [4911 P2 \(/carimbos-automaticos-trodat/4911-p2/\)](#) /

**Carimbo Automático Personalizado Trodat 4911 P2 Preto**



Modelo 1 - 15x36mm

Dra. Suelen Oliveira Maia  
Médica Veterinária  
CRMV-ES 37XX

Modelo 2 - 15x36mm

Dra. Suelen Oliveira Maia  
Médica Veterinária  
CRMV-ES 37XX

Modelo 3 - 15x36mm

Dra. Suelen Oliveira Maia  
Médica Veterinária  
CRMV-ES 37XX

Modelo 4 - 15x36mm

Dra. Suelen Oliveira Maia  
Médica Veterinária  
CRMV-ES 37XX



**CARIMBO AUTOMÁTICO PERSONALIZADO TRODAT 4911 P2 PRETO**

**R\$40,00**

Texto do Carimbo:

Digite o que pretende gravar no carimbo

400



Ao navegar neste site você aceita o uso de cookies para agilizar a sua experiência de compra. (<https://wa.me/5527999896960>)

Imagem de até 50MB (LIMITE DE 1 A 5 ARQUIVOS)

ENTENDI



PRODUTOS

CARRINHO 0

([HTTPS://WWW.CARIMBOSGLOBAL.COM.BR](https://www.carimbosglobal.com.br))  
[VER MEIOS DE PAGAMENTO](#)

QUANTIDADE

1

COMPRAR

Meios de envio

Seu CEP

CALCULAR

Não sei meu CEP (<http://www.buscacep.correios.com.br/sistemas/buscacep/>)

Nossa loja

CARIMBOS GLOBAL AVENIDA MARECHAL CAMPOS, 621, DE  
LOURDES, VITÓRIA ES. (AO LADO DA LOJA MOURA BATERIAS)  
Atendimento: Segunda à Sexta 08:00 às 18:00 horas. PARA  
RETIRADA EM LOJA O PRAZO SÃO DE 02 DIAS ÚTEIS

Grátis



**Compra protegida**

Seus dados cuidados durante toda a compra.



**Trocas e devoluções**

Se não gostar, você pode trocar ou devolver.

**Compartilhar:**



(<https://www.carimbosglobal.com.br/produtos/carimbo-trodat-4911-p2-preto/>)

Ao navegar por este site **você aceita o uso de cookies** para agilizar a sua experiência de



([https://www.facebook.com/sharer/sharer.php?](https://www.facebook.com/sharer/sharer.php?u=https://www.carimbosglobal.com.br/produtos/carimbo-trodat-4911-p2-preto/)

[u=https://www.carimbosglobal.com.br/produtos/carimbo-trodat-4911-p2-preto/](https://www.carimbosglobal.com.br/produtos/carimbo-trodat-4911-p2-preto/))

ENTENDI

INÍCIO

[trodat-4911-p2-preto/](#)

PRODUTOS

CARRINHO 0

(HTTPS://WWW.CARIMBOSGLOBAL.COM.BR)



## Carimbo Trodat 4911 P2 PRETO

Esse carimbo, tem uma area de impressão de 15x36mm (Tinta Preta), cabendo perfeitamente 03 linhas como por exemplo:

Nome;

Profissão;

Registro.

O carimbo Trodat 4911 P2, é um carimbo durável e resistente. Quando a tinta acabar no refil interno, basta reabastecer o refil com uma de nossas tintas que estão disponíveis no nosso site no "Menu Tintas".

- DICA: Levando o combo CARIMBO + TINTA, você ganha um desconto em cima da tinta de reposição.

Não esqueça de escolher o modelo de letra desejada.

0 comentários

Classificar por **Mais antigos**



Adicione um comentário...

Plugin de comentários do Facebook

## PRODUTOS SIMILARES

(HTTPS://WWW.CARIMBOSGLOB (HTTPS://WWW.CARIMBOSGLOB (HTTE

Ao navegar por este site **você aceita o uso de cookies** para melhorar sua experiência de compra.

ENTENDI





TRODAT-4911-P2-LARANJA/)

PASTEL/)

CARIMBO AUTOMÁTICO PERSONALIZADO TRODAT 4911 P...

Pag.

95

Ass.

Ass.

INÍCIO

PRODUTOS

CARRINHO 0

(HTTPS://WWW.CARIMBOSGLOBAL.COM.BR/)

CARIMBO AUTOMÁTICO  
PERSONALIZADO TRODAT.....

R\$40,00

2 x de **R\$20,00** sem juros

COMPRAR

CARIMBO AUTOMÁTICO  
PERSONALIZADO TRODAT.....

R\$40,00

2 x de **R\$20,00** sem juros

COMPRAR

C  
PEI**A MAIOR FÁBRICA DE CARIMBOS A LASER DO BRASIL.**

Retire rápido nas lojas ou Receba em Casa. Envio em Menos de 24 horas

**NAVEGAÇÃO**[Início \(/\)](#)[Produtos](#)[\(https://www.carimbosglobal.com.br/produtos/\)](https://www.carimbosglobal.com.br/produtos/)[RASTREIO](#)[\(https://www.carimbosglobal.com.br/rastrear/\)](https://www.carimbosglobal.com.br/rastrear/)[Quem Somos](#)[\(https://www.carimbosglobal.com.br/quem-somos/\)](https://www.carimbosglobal.com.br/quem-somos/)[Contato \(/contato/\)](#)[Perguntas Frequentes](#)[\(https://www.carimbosglobal.com.br/perguntas-frequentes/\)](https://www.carimbosglobal.com.br/perguntas-frequentes/)[Trocas e Devoluções](#) neste site **você aceita o uso de cookies** para melhorar a sua experiência de[\(https://www.carimbosglobal.com.br/trocas-e-devolucoes/\)](https://www.carimbosglobal.com.br/trocas-e-devolucoes/) [\(https://www.carimbosglobal.com.br/politica-de-privacidade/\)](https://www.carimbosglobal.com.br/politica-de-privacidade/)**ENTENDI**

INÍCIO

PRODUTOS

CARRINHO 0

([HTTPS://WWW.CARIMBOSGLOBAL.COM.BR](https://www.carimbosglobal.com.br))

## FORMAS DE ENVIO

## CONTATO

[27 999896960 \(tel:27 999896960\)](tel:27-999896960)

[carimbariaglobal@gmail.com \(mailto:carimbariaglobal@gmail.com\)](mailto:carimbariaglobal@gmail.com)

Rua Dom Pedro I,82, Maruípe, Vitória/ES

## REDES SOCIAIS



<https://instagram.com/carimbosglobal>

## NEWSLETTER

E-mail



criado com  nuvemshop

<https://www.nuvemshop.com.br?>

[UTM\\_SOURCE=STORE&UTM\\_MEDIUM=REFERRAL&UTM\\_CAMPAIGN=FOOTERSLOGAN](https://www.nuvemshop.com.br?utm_source=store&utm_medium=referral&utm_campaign=footerslogan)

COPYRIGHT GLOBAL CARIMBOS / RENAN MAIA - T3443019000154 - 2025. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

Ao navegar por este site **você aceita o uso de cookies** para agilizar a sua experiência de compra. [\(https://wa.me/5527999896960\)](https://wa.me/5527999896960)

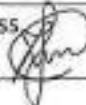
**ENTENDI**

**telecarimbo**

Pag.

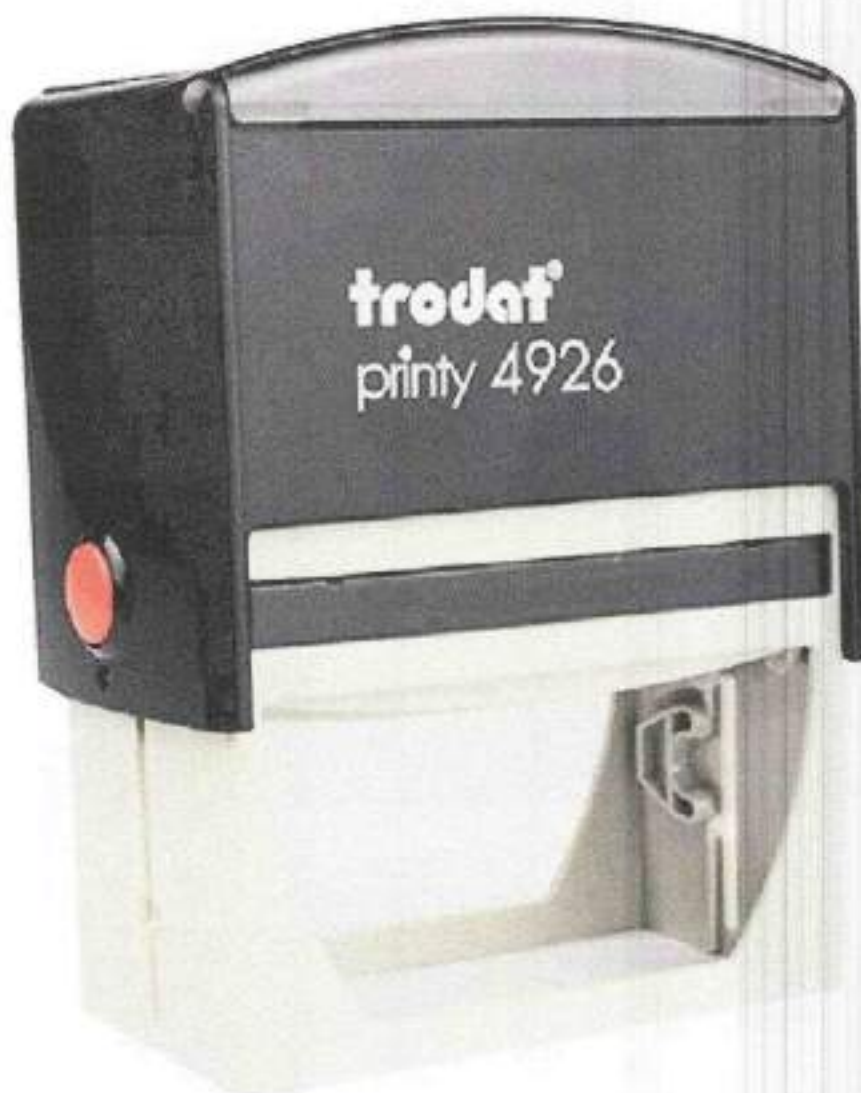
97

Ass.



# Carimbo Trodat 4926

INÍCIO CARIMBO TRODAT 4926



Tipo desconhecida

**Carimbo Trodat 4926****R\$ 120,00**

Ola, preciso de ajuda?



Carimbo automático Cor do aparelho: preto Cor da tinta: preta Tamanho máximo da placa de texto: 7,5cm x 3,8cm

Pag.  
98

Ass. 

- 1 +

ADICIONAR AO CARRINHO

♥ ADICIONAR A LISTA DE DESEJOS

Disponibilidade: **Em estoque**

DESCRIÇÃO

Carimbo automático  
Cor do aparelho: preto  
Cor da tinta: preta  
Tamanho máximo da placa de texto: 7,5cm x 3,8cm



Clic, precisa de ajuda?





O QUE DESEJA PROCURAR?

[Home](#) / [Carimbo Automático](#) / [Grande](#) / [Carimbo Automático 3,8 x 7,5 cm 4926 Trodat](#)

## Carimbo Automático 3,8 x 7,5 cm 4926 Trodat

DETALHES

DISPONIBILIDADE: DISPONÍVEL EM 1 DIA ÚTIL  
MODELO: 4926 P2**R\$ 160,00**

CORES DISPONÍVEIS ( )



TINTA:

Preto

TEXTO:

FONTE DO TEXTO (VER EM LISTA DE FONTES PARA CARIMBO):

Selecione



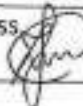


URGENTE - REGRAS EM: COMO FAZER CARIMBO PERSONALIZADO:

Pag.

101

Ass.



Selecione

ALMOFADA EXTRA:

Selecione

TINTA EXTRA:

Selecione

Quantidade: 1

COMPRAR AGORA

SIMULADOR DE FRETE

CÁLCULO

DESCRIÇÃO GERAL

LISTA DE FONTES PARA CARIMBO

TERMOS E CONDIÇÕES DE COMPRA

CORES DE TINTA

COMO FAZER CARIMBO PERSONALIZADO

## Carimbo automático personalizado com 7,5 cm

O carimbo automático 4926 da marca Trodat é muito simples de utilizar. Dispensa o uso de almofadas externas por ser autoentintado. Tamanho de carimbo médio, com 3,8 x 7,5 cm de espaço na placa de texto. Pode ser transportado tranquilamente em bolsas e sacolas sem preocupação com manchas de tinta. A almofada é parte interna do carimbo, com alta durabilidade.

Produzimos o carimbo com o texto ou imagem solicitado por você de acordo com sua necessidade. Conforme a fonte escolhida a quantidade de caracteres pode variar, por tanto, após a compra entraremos em contato para combinar sobre a arte.

Características:

Tamanho aproximado da impressão: 3,8 x 7,5 cm (38 x 75 mm)

Similar ao carimbo automático da marca Nykon M60.

Pode ser personalizado com:

- Aproximadamente 8 linhas de texto;
- Cerca de 8 palavras por linha de texto;
- Imagem ou logomarca.





Para maior quantidade de texto ou imagem com muitos detalhes podem ser utilizados os modelos grandes de carimbo automático. Confira clicando nas fotos:



A almofada refil pode ser substituída quando chegar ao fim da sua vida útil, clique na foto para comprar uma nova:





A almofada refil do carimbo automático pode ser utilizada com diferentes tipos de tinta, clique nas fotos para ser direcionado:



Tinta para papel



Tinta para tecido



Tinta para plástico

### PRODUTOS RELACIONADOS





Carimbo Automático 3,8 cm 3538 Trodat

R\$ 85,00

Carimbo Automático 1,4 x 3,8 cm 3911 Trodat

R\$ 35,00

Carimbo Automático 1,4 x 3,8 cm 4911 Trodat

R\$ 65,00

Página	Carimbo	Assinatura
104		

## PRODUTOS VISITADOS

Total de Produtos Visitados (2)

Página: 1

Limpar

Carimbo Automático 3,8 x 7,5 cm  
4926 TrodatCarimbo Automático 4 x 6 cm  
Printy 4927 Trodat

CADASTRE-SE E RECEBA OFERTAS COM PREÇOS EXCLUSIVOS

Digite seu e-mail

OK

INSTITUCIONAL

FALE CONOSCO

PAGAMENTO

COMPRA SEGURA



Compre no site 24h por dia. Atendimento via WhatsApp conforme disponibilidade.

Tecnologia TRAYCOMMERCE



Orçamento:

Nome da empresa: JAIR F. BACK E ANDREIA D. R. BACK

CNPJ: 05.252.765/0001-32

Item	Descrição	Und	Qtd.	RS Unit.
01	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 60mm x 40mm – indicação: ideal para carimbos de até 8 linhas. Referência: Trodat printy 3927	Und.	35	15900
02	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 75mm x 38mm – indicação: ideal para carimbos de até 5 linhas. Referência: Trodat printy 4926	Unid	11	18920
03	Livro de expediente protocolo de correspondência 1/4 c/ 100 folhas, Capa dura fabricada em papelão 0,705 grs, revestido em papel off-set, plastificado. Miolo: papel off-set. Formato aproximado 155 x 220 mm. Referência: Tilibra, São Domingos	Unid	10	2235

Assinatura/data.

20/12/25



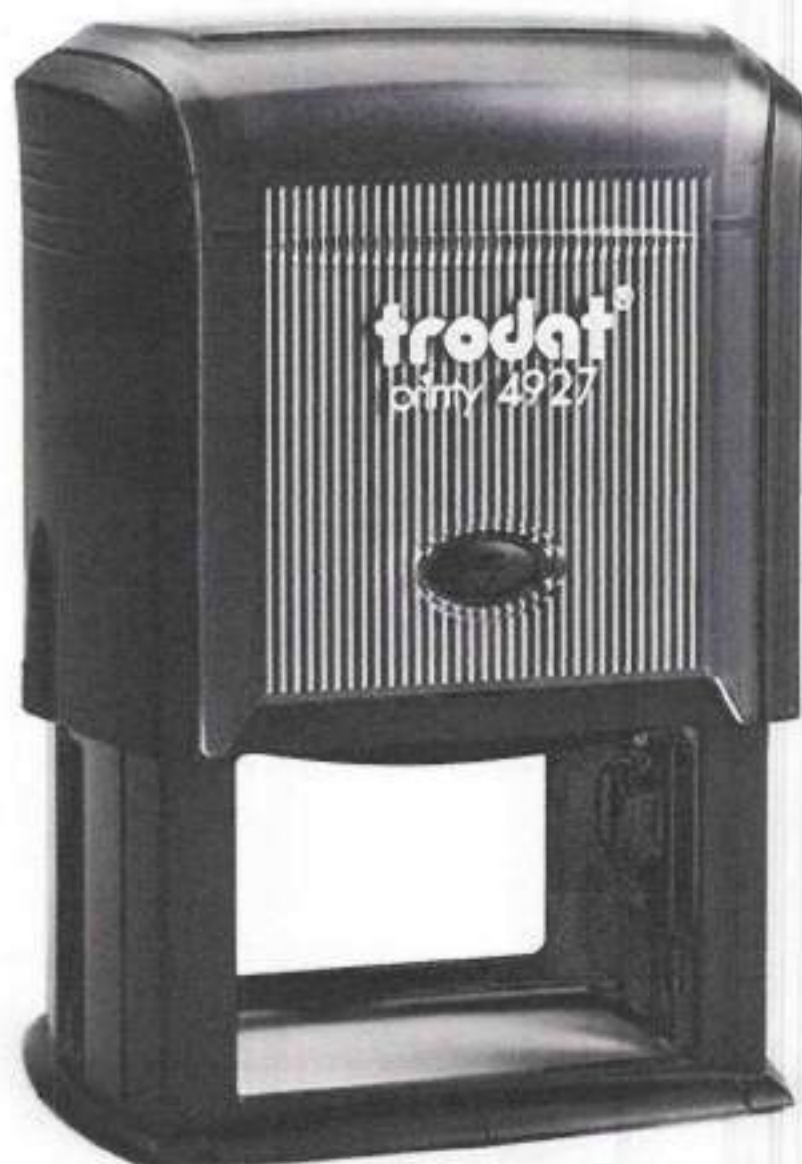
05.252.765/0001-32

JAIR F. BACK F  
ANDREIA D R BACK LTDA. - EPPRUA DR. BERNARDO GARCEZ, 445 CENTRO  
95098-000 MERCEDES PARANÁ

MENU



ENTRE | CADASTRE-SE



4927

[Início](#) / [Carimbos Automáticos](#) / [Carimbos Trodat](#) / [Trodat Retangular](#)

&lt; 3 &gt;

**Carimbo Automático Trodat Printy 4927 P4 Preto – 60x40mm****R\$ 119,00**

- Carimbo Automático Trodat Printy 4927 P4
- Cor do Carimbo: Preto



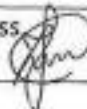


- Cor do Refil de Tinta: Preto
- Medida da Impressão: 60x40mm

Pag.

107

Ass.



✓ Em estoque

Texto do Carimbo

- 1 +

ADICIONAR AO CARRINHO



Simulador de Frete:

00000-000

OK

SKU: 4927P4PR

Categorias: Carimbos Automáticos, Carimbos Trodat, Trodat Retangular

Tags: carimbo de CNPJ, Trodat, Trodat 4927, Trodat Printy

Descrição

Informação adicional

Produtos relacionados



Carimbo Automático Nykon Power Black 302 Azul - 38x14mm

✓ Em estoque

R\$ 25,00

[COMPRAR](#)

Carimbo Automático Trodat Printy 4911 P4 Azul Bebê - 38x14mm

✓ Em estoque

R\$ 39,90

[COMPRAR](#)**CARIMBOS BH**

Fábrica de Carimbos em BH

Av. dos Andradas, 367 - BH - MG

(31) 97572-9006

[contato@carimbosbh.com.br](mailto:contato@carimbosbh.com.br)**CATEGORIAS**

[Almofadas](#)  
[Carimbos Automáticos](#)  
[Carimbos Datadores](#)  
[Carimbos de Bolso](#)  
[Carimbos Personalizados](#)  
[Coletor de Impressão](#)  
[Tintas para Carimbo](#)

**INSTITUCIONAL**

[Home](#)  
[Política de Entrega](#)  
[Política de Privacidade](#)  
[Política de Troca](#)  
[Termos e Condições](#)

**LINKS RÁPIDOS**

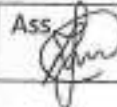
[Contato](#)  
[Minha conta](#)

BEM VINDO À ALÔ CARIMBOS

Pag.

109

Ass.

**alô** CARIMBOS  
Personalizados[Início](#) / [Carimbos Automáticos](#) / [Carimbos Trodat](#) / [Trodat Retangular](#)

Usamos cookies para melhorar sua experiência em nosso site. Ao navegar neste site, você concorda com o uso de cookies.

[MAIS INFORMAÇÕES](#)[ACEITAR](#)

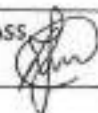


Carimbo Trodat Printy 4927 P4

Cor do Carimbo: Preto

Cor do Refil de Tinta: Preto

Medida da Impressão: 60x40mm

Pag.	Ass.
110	

✓ Em estoque

Texto do Carimbo

Envio de Arquivo

Buscar Arquivo

Obs. Acrescentar 1 dia no prazo de entrega p/ aprovação do Layout e confecção do(s) carimbo(s)!!

- 1 +

ADICIONAR AO CARRINHO

## Calcule o prazo e valor do frete deste produto

00000-000

CALCULAR FRETE

Usamos cookies para melhorar sua experiência em nosso site. Ao navegar neste site, você concorda com o uso de cookies.

MAIS INFORMAÇÕES

ACEITAR

Brand: Trodat

Descrição

Informação adicional

Avaliações

## Produtos relacionados



Carimbo Automático Trodat Printy 4941 P4  
Preto – 41x24mm

R\$ 97,50

LEIA MAIS



Carimbo Datador Automático com placa  
de texto Trodat 4850 – 25x5mm

R\$ 77,00

COMPRAR

Usamos cookies para melhorar sua experiência em nosso site. Ao navegar neste site, você concorda com o uso de cookies.

MAIS INFORMAÇÕES

ACEITAR



Carimbo Trodat Printy 4913 P4 – 58x22mm

R\$ 67,90

COMPRAR



Carimbo Trodat Printy 4913 P2 – 58x22mm

★★★★★

R\$ 45,00

COMPRAR

**alô** CARIMBOS  
Personalizados

Av. dos Andradas, 367 - BH - MG

(31) 97204-5016

contato@alocarimbos.com.br

## FORMAS DE PAGAMENTO



## SELOS DE SEGURANÇA



Usamos cookies para melhorar sua experiência em nosso site. Ao navegar neste site, você concorda com o uso de cookies.

MAIS INFORMAÇÕES

ACEITAR

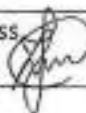


[Almofadas](#)[Carimbos Automáticos](#)[Carimbos de Bolso](#)[Carimbos Personalizados](#)[Datadores](#)[Numeradores](#)[Home](#)[Blog](#)[Diretório da Loja](#)[Política de Entrega](#)[Política de Pagamento](#)[Política de Privacidade](#)[Política de Troca](#)[Sobre a Alô Carimbos](#)[Contato](#)[Minha conta](#)[Perguntas Frequentes](#)

Pag.

113

Ass.



Alô Carimbos © 2023 Todos os Direitos Reservados CNPJ: 20.198.527/0001-80

Usamos cookies para melhorar sua experiência em nosso site. Ao navegar neste site, você concorda com o uso de cookies.

[MAIS INFORMAÇÕES](#)[ACEITAR](#)

**PREFEITURA DE MERCEDES**

**ORÇAMENTO**

11 - Carimbo trodat 4926 .....	R\$ 1540,00
15 - Carimbo trodat 4927.....	R\$ 4.550,00

Valor Total: R\$ 6090,00

Atenciosamente,  
Marechal Cândido Rondon, 02 de Dezembro de 2025.

  
Douglas A. Maldaner - ME





O QUE DESEJA PROCLINAR?



Home / Carimbo Automático / Padrão CNPJ / Carimbo Automático 4 x 6 cm Printy 4927 Trodat



## Carimbo Automático 4 x 6 cm Printy 4927 Trodat

BOLSONE

DISPONIBILIDADE: DISPONÍVEL EM 1 DIA ÚTL  
MODELO: 4927**R\$ 140,00**

CORES DISPONÍVEIS



TINTA:

Preto

TEXTO:

URGENTE - REGRAS EM: COMO FAZER CARIMBO PERSONALIZADO:

Selecione





TINTA:

Selecione

Pag.

176

Ass.



ALMOFADA EXTRA:

Selecione

Quantidade: 1

COMPRAR AGORA

SIMULADOR DE FRETE

CALCULAR

DESCRIÇÃO GERAL

LISTA DE FONTES PARA CARIMBO

TERMOS E CONDIÇÕES DE COMPRA

CORES DE TINTA

COMO FAZER CARIMBO PERSONALIZADO

## Personalize seu carimbo automático 4 x 6 cm

O carimbo automático 4927 da marca Trodat é muito simples de utilizar. Dispensa o uso de almofadas externas por ser autoentintado. Tamanho de carimbo bastante utilizado para CNPJ, textos longos e imagens. Com 4 x 6 cm de espaço na placa de texto. Pode ser transportado tranquilamente em bolsas e sacolas sem preocupação com manchas de tinta. A almofada é parte interna do carimbo, com alta durabilidade.

Produzimos o carimbo com o texto ou imagem solicitado por você de acordo com sua necessidade. Conforme a fonte escolhida a quantidade de caracteres pode variar, por tanto, após a compra entraremos em contato para combinar sobre a arte.

Características:

Tamanho aproximado da impressão: 4 x 6 cm (40 x 60 mm)

Similar ao carimbo automático da marca Colop 55 e ao Nykon 355.

Pode ser personalizado com:

- Aproximadamente 8 linhas de texto;
- Cerca de 5 palavras por linha de texto;
- Imagem ou logomarca.





Declaração de  
Fé Pública  
CNPJ ATIVO

Declaração de  
Fé Pública  
CNPJ ATIVO

Outro modelo da marca Trodat com tamanho 4 x 6 cm na placa de texto, clique na foto para ser direcionado:



Para maior quantidade de texto ou imagem com muitos detalhes podem ser utilizados os modelos grandes de carimbo automático. Confira clicando nas fotos:





A almofada refil pode ser substituída quando chegar ao fim da sua vida útil, clique na foto para comprar uma nova:



A almofada refil do carimbo automático pode ser utilizada com diferentes tipos de tinta, clique nas fotos para ser direcionado:





## PRODUTOS RELACIONADOS



Carimbo Automático 4 x 6 cm Printy 3927 Trodat

R\$ 90,00



Carimbo Automático 4 x 4 cm 4924 Trodat

R\$ 155,00



Carimbo Automático 4,2 cm 3642 Trodat

R\$ 90,00



Carimbo Automático 4 x 6 cm Printy 4927 Trodat

R\$ 90,00

## PRODUTOS VISITADOS

Total de Produtos Visitados (1)

Páginas: 1

Limpar

Carimbo Automático 4 x 6 cm  
Printy 4927 Trodat

CADASTRE-SE E RECEBA OFERTAS COM PREÇOS EXCLUSIVOS

Digite seu e-mail

OK

INSTITUCIONAL

FALE CONOSCO

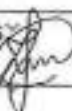
PAGAMENTO

COMPRA SEGURA

Pag.

120

Ass.



Compre no site 24h por dia. Atendimento via WhatsApp conforme disponibilidade.

TECNOLOGIA TRATCOMMERCE





# MUNICÍPIO DE MERCEDES - ESTADO DO PARANÁ

COTACÃO 1:	Carroceria nº 1007025 - Manutenção da Mercedes 9/8
COTACÃO 2:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
COTACÃO 3:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
COTACÃO 4:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
COTACÃO 5:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
COTACÃO 6:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
COTACÃO 7:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
COTACÃO 8:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
COTACÃO 9:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
COTACÃO 10:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
COTACÃO 11:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
COTACÃO 12:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
COTACÃO 13:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
COTACÃO 14:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
COTACÃO 15:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
COTACÃO 16:	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter. P.P.P. CNDT nº 03.702.704.8991-32
Data da proposta:	
30/12/2025 5:06:53:2326	

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	RM Subitem PPI/Unid. UTM	RM Subitem PPI/Unid. UTM	Cantidade 1307/0205 Município de Mercedes PR	Má. Carroceria	Pólv. Carroceria	Carroceria Btl	Telecarroceria	Gabinete Carroceria	Oficina de Carroceria	Linha Top 10	Kit F. Back e Janela O.R. Back Inter.	Inventário Carroceria	R\$ Média	Total
01	Carroceria para montagem administrativa, artística, resina, metal, com perfil (interiores) de alta manuseabilidade com cor a ser definida pelo município no ato da compra, barragem com iluminação personalizada no interior para iluminação no ato da compra e confeccionado em fibra poliester, com mold, fôrma de produção, sendo como dimensionado especificado: 2,20m x 3,00m - Indicação: Ideal para carroceria de até 5 metros. Referência: Tredit price 4917	Unidade	01	130,00	85 Unid.	85 Unid.	130,00	240,00	110,00	85 Unid.	85 Unid.	85 Unid.	85 Unid.	130,00	85 Unid.	130,00	5.310,00
02	Carroceria para montagem administrativa, artística, resina, metal, com perfil (interiores) de alta manuseabilidade com cor a ser definida pelo município no ato da compra, barragem com iluminação personalizada no interior para iluminação no ato da compra e confeccionado em fibra poliester, com mold, fôrma de produção, sendo como dimensionado especificado: 2,20m x 3,00m - Indicação: Ideal para carroceria de até 5 metros. Referência: Tredit price 4917	Unidade	11	340,00	85 Unid.	85 Unid.	100,00	100,00	110,00	85 Unid.	85 Unid.	85 Unid.	85 Unid.	130,00	85 Unid.	130,00	6.472,00
03	Carroceria para montagem administrativa, artística, resina, metal, com perfil (interiores) de alta manuseabilidade com cor a ser definida pelo município no ato da compra, barragem com iluminação personalizada no interior para iluminação no ato da compra e confeccionado em fibra poliester, com mold, fôrma de produção, sendo como dimensionado especificado: 2,20m x 3,00m - Indicação: Ideal para carroceria de até 5 metros. Referência: Tredit price 4917	Unidade	11	340,00	85 Unid.	85 Unid.	100,00	100,00	110,00	85 Unid.	85 Unid.	85 Unid.	85 Unid.	130,00	85 Unid.	130,00	6.472,00







# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Pag.

123

Ass.

[Signature]

### CERTIDÃO DE FÉ PÚBLICA

**Objeto:** Aquisição de carimbos e livros de protocolo para uso nas Secretarias e no Departamento de Contabilidade do Município de Mercedes/PR.

**CERTIFICO**, para fins de direito, sob as penas da lei, que para compor o valor médio dos itens a serem licitados foram consultadas as seguintes fontes:

- Contrato nº 130/2025 – Município de Mercedes/PR;
- Jair F. Back & Andréia D R Back Ltda. EPP, CNPJ nº 05.252.765/0001-32;  
[https://alocarimbos.com.br/produto/carimbo-trodat-printy-4927-p4-60x40mm/?srsltid=AfmBOooHALxjz-UplT\\_Y9C\\_rTPZLVuGXn6q\\_4wDIAbG75mKt\\_3IRpU93](https://alocarimbos.com.br/produto/carimbo-trodat-printy-4927-p4-60x40mm/?srsltid=AfmBOooHALxjz-UplT_Y9C_rTPZLVuGXn6q_4wDIAbG75mKt_3IRpU93);
- [https://www.polvocarimbos.com.br/carimbo-automatico-4-x-6-cm-printy-4927-trodat?srsltid=AfmBOoot9yYz4EVfSKHgQbj6zv0A8rKg0v9svZei88BN4MSmJ7Yn9XmB&variant\\_id=13515](https://www.polvocarimbos.com.br/carimbo-automatico-4-x-6-cm-printy-4927-trodat?srsltid=AfmBOoot9yYz4EVfSKHgQbj6zv0A8rKg0v9svZei88BN4MSmJ7Yn9XmB&variant_id=13515);
- <https://carimbosbh.com.br/produto/carimbo-automatico-trodat-printy-4927-p4-preto-60x40mm/?srsltid=AfmBOorvGjbMq-KLO3DZJrDJYQT9VZ00OICWX1uc38KITJgwo4LafYOT>;
- [https://www.polvocarimbos.com.br/carimbo-automatico-3-8-x-7-5-cm-4926-trodat?srsltid=AfmBOor8DFTAXjsH3R3O7b6hAz0f3CwvBXKgSbLJwezIxG\\_mYvBdznaD&variant\\_id=13707](https://www.polvocarimbos.com.br/carimbo-automatico-3-8-x-7-5-cm-4926-trodat?srsltid=AfmBOor8DFTAXjsH3R3O7b6hAz0f3CwvBXKgSbLJwezIxG_mYvBdznaD&variant_id=13707);
- <https://telecarimbo.com.br/products/carimbo-trodat-4926>;
- <https://telecarimbo.com.br/products/carimbo-trodat-4911?variant=42013213032639>;
- [https://www.polvocarimbos.com.br/carimbo-automatico-1-4-x-3-8-cm-4911-p2-trodat?srsltid=AfmBOophXMo\\_fg2r8qtgU6Hnqenm9uAoFF\\_oZstJ8w6ZldSlajPV0nV&variant\\_id=4551](https://www.polvocarimbos.com.br/carimbo-automatico-1-4-x-3-8-cm-4911-p2-trodat?srsltid=AfmBOophXMo_fg2r8qtgU6Hnqenm9uAoFF_oZstJ8w6ZldSlajPV0nV&variant_id=4551);
- [https://www.carimbosglobal.com.br/produtos/carimbo-trodat-4911-p2-preto?variant=432030991&pf=mc&srsltid=AfmBOoruuc0L\\_f3Hx9Ugj11fl\\_MIC6shQ-nyTH\\_Y15pLjz472bNnbhkgEmM](https://www.carimbosglobal.com.br/produtos/carimbo-trodat-4911-p2-preto?variant=432030991&pf=mc&srsltid=AfmBOoruuc0L_f3Hx9Ugj11fl_MIC6shQ-nyTH_Y15pLjz472bNnbhkgEmM);
- <https://telecarimbo.com.br/collections/frontpage/products/carimbo-trodat-4912>;
- [https://www.oficinadoscarimbos.com.br/produtos/carimbo-automatico-trodat-4912?srsltid=AfmBOooHGWu2uUQy-UYcj2TcNEwta0knORQ3Myilt1KqsdAsyN3\\_6Oel](https://www.oficinadoscarimbos.com.br/produtos/carimbo-automatico-trodat-4912?srsltid=AfmBOooHGWu2uUQy-UYcj2TcNEwta0knORQ3Myilt1KqsdAsyN3_6Oel);
- [https://www.oficinadoscarimbos.com.br/produtos/carimbo-automatico-trodat-4912?srsltid=AfmBOooHGWu2uUQy-UYcj2TcNEwta0knORQ3Myilt1KqsdAsyN3\\_6Oel](https://www.oficinadoscarimbos.com.br/produtos/carimbo-automatico-trodat-4912?srsltid=AfmBOooHGWu2uUQy-UYcj2TcNEwta0knORQ3Myilt1KqsdAsyN3_6Oel);
- [https://www.oficinadoscarimbos.com.br/produtos/carimbo-automatico-trodat-4912?srsltid=AfmBOooHGWu2uUQy-UYcj2TcNEwta0knORQ3Myilt1KqsdAsyN3\\_6Oel](https://www.oficinadoscarimbos.com.br/produtos/carimbo-automatico-trodat-4912?srsltid=AfmBOooHGWu2uUQy-UYcj2TcNEwta0knORQ3Myilt1KqsdAsyN3_6Oel);
- [https://lojaton10.com.br/product/livro-protocolo-de-correspondencia-com-100-folhas/?srsltid=AfmBOoqlGZDnKdJf9lQ8cuzeV9LBVX9CpTZqUMWp2NuFE4HD5Px\\_7LTL](https://lojaton10.com.br/product/livro-protocolo-de-correspondencia-com-100-folhas/?srsltid=AfmBOoqlGZDnKdJf9lQ8cuzeV9LBVX9CpTZqUMWp2NuFE4HD5Px_7LTL);
- [https://lojaton10.com.br/product/livro-protocolo-de-correspondencia-com-100-folhas/?srsltid=AfmBOoqlGZDnKdJf9lQ8cuzeV9LBVX9CpTZqUMWp2NuFE4HD5Px\\_7LTL](https://lojaton10.com.br/product/livro-protocolo-de-correspondencia-com-100-folhas/?srsltid=AfmBOoqlGZDnKdJf9lQ8cuzeV9LBVX9CpTZqUMWp2NuFE4HD5Px_7LTL);
- [https://www.livrariascuritiba.com.br/livro-protocolo-correspondencia-100-folhas-pp000507/p?srsltid=AfmBOorDh5OVhuFsLeQ-T7F\\_KP8caZjdxTJsO7G93U9jnq4qqekAkc0T](https://www.livrariascuritiba.com.br/livro-protocolo-correspondencia-100-folhas-pp000507/p?srsltid=AfmBOorDh5OVhuFsLeQ-T7F_KP8caZjdxTJsO7G93U9jnq4qqekAkc0T);
- Douglas A. Maldaner ME; CNPJ nº 68.850.627/0001-75

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 95.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)

Página | 1



## Município de Mercedes

### Estado do Paraná

Neste processo licitatório os orçamentos foram realizados entre 02/12/2025 a 08/01/2026.

Certifico, ainda:

- a) que o valor previamente estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, consideradas as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto;
- b) que não foram priorizados na pesquisa de preços os sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, e contratações similares feitas pela Administração Pública, face a multiplicidade e as características específicas do objeto a ser contratado, que dificultam e tornam morosa a realização de tal meio de pesquisa, aliado a questões de logística (distância do fornecedor em relação ao comprador);
- c) o prazo de resposta concedido foi compatível com a complexidade do objeto da licitação;
- d) que os fornecedores consultados encaminharam orçamento.

Mercedes – PR, 08 de janeiro de 2026

EDSON

Assinado de forma digital por  
EDSON KNAUL:88632350900

KNAUL:88632350900 Dados: 2026.01.08 07:48:39  
-03'00'

**Edson Knaul**

**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,  
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Pag.

125

Ass.

### TERMO DE REFERÊNCIA (Processo Administrativo nº.....)

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição, baseada na Lei Complementar Municipal nº 073, de 04 de junho de 2024, e no Decreto Municipal nº 093, de 10 de junho de 2024 (política pública denominada "Compra Mercedes"), de carimbos e livros de protocolo para uso nas Secretarias e no Departamento de Contabilidade do Município de Mercedes/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	RS Unit	RS Total
01	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 60mm x 40mm – indicação: ideal para carimbos de até 8 linhas. Referência: Trodat printy 4927	259965	Und.	40	133,40	5.336,00
02	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 75mm x 38mm – indicação: ideal para carimbos de até 5 linhas. Referência: Trodat printy 4926	434453	Und.	11	152,48	1.677,28
03	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no	362783	Und.	12	43,33	519,96



Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	RS Unit	RS Total
	ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 38mm x 14mm – indicação: ideal para carimbos de até 4 linhas. Referência: Trodat printy 4912					
04	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 47mm x 18mm – indicação: ideal para carimbos de até 5 linhas. Referência: Trodat printy 4912	362783	Und.	12	51,67	620,04
05	Livro de expediente protocolo de correspondência 1/4 e/ 100 folhas, Capa dura fabricada em papelão 0,705 grs, revestido em papel off-set, plastificado. Miolo: papel off-set. Formato aproximado 155 x 220 mm. Referência: Tilibra, São Domingos	402513	Und.	10	21,79	217,90

1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CATSER e a do Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Termo de Referência.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 037, de 24 de março de 2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à





vigência da contratação.

1.7. Na(s) tabela(s) supra constam os preços unitários e totais máximos admitidos.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

Data de publicação no PNCP: 29/05/2025;

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. A contratada deve efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.2. A contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.3. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos itens fornecidos;

4.4. A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos itens, sem qualquer ônus para a contratante;

4.5. Os itens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o volume conforme descrição, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.6. A entrega deverá ser efetuada no prazo de até 15 (dez) dias, contados da emissão da Ordem de Compra;

4.7. O fornecimento se dará de forma fracionada, de acordo com a demanda das Secretarias;

4.8. A entrega deverá ser efetuada junto ao Paço Municipal, situado na Rua Dr. Oswaldo Cruz, nº 555, Centro, no Município de Mercedes/PR, em horário de expediente (de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00) ou em outro local eventualmente indicado na ordem de compra;

4.9. Verificadas irregularidades nos produtos entregues, a contratada deve realizar a substituição, no prazo de até 05 (cinco) dias, sem ônus à contratada;

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação, tendo em vista que se trata de processo licitatório com objeto de baixa complexidade.

#### **Sustentabilidade:**

4.11. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.11.1. Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens,





serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº 12.305/2010);

4.11.2. Redução, sempre que possível, do número de embalagens e preferência pela utilização de embalagens confeccionadas com materiais recicláveis.

### **Subcontratação**

4.12. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Benefícios para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

4.14. A licitação deverá ser destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que os itens e/ou grupos de itens não ultrapassaram o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4.15. Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 073, de 2024, do Decreto Municipal nº 093, de 2024, e da justificativa constante do Anexo Único, parte integrante deste Termo de Referência, a participação na licitação deverá ser exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte localizadas na região de Mercedes.

4.16. Ainda, deverá ser prevista prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local (Município de Mercedes), até o limite de 10% (dez) do melhor preço válido, nos termos do art. 50-A da Lei Complementar Municipal nº 012, de 2009, com a redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 073, de 2024.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do(a) emissão da Ordem de Compras, de forma parcelada, de acordo com a demanda das Secretarias.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: junto ao Paço Municipal, situado na Rua Dr. Oswaldo Cruz, nº 555, Centro, no Município de Mercedes/PR, em horário de expediente (de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00) ou em outro local eventualmente indicado na ordem de compra;

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito





sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscal do Contrato**

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes).

6.8. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.9. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:

6.9.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

6.9.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento;

6.9.3. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

6.9.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

6.9.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

6.9.6. proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

6.9.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

6.9.8. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

6.9.9. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

6.9.10. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;





## Estado do Paraná

- 6.9.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
  - 6.9.12. verificar a correta aplicação dos materiais;
  - 6.9.13. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
  - 6.9.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
  - 6.9.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
  - 6.9.16. Outras atividades compatíveis com a função.
- 6.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
- 6.10.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
  - 6.10.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
  - 6.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
  - 6.10.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
  - 6.10.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
  - 6.10.6. a satisfação do público usuário.
- 6.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Gestor do Contrato

6.14. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal n.º 032, de 24 de março de 2023, art. 11):

- 6.14.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 6.14.2. Analisar os pedidos de equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 6.14.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 6.14.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 6.14.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;
- 6.14.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
- 6.14.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);





## Estado do Paraná

- 6.14.8. Preencher o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
- 6.14.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- 6.14.10. Outras atividades compatíveis com a função.
- 6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis justificadamente por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.





## Estado do Paraná

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Em todo caso, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, conforme prevê o art. 10 do Decreto Municipal n.º 043, de 24 de março de 2023.





## Estado do Paraná

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

### Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.23.1. Nos termos do Decreto Municipal n.º 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

### Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão de direitos creditícios, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as





## Estado do Paraná

defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item.

#### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica (conforme o caso)

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.





## Estado do Paraná

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempresendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.371,18 (oito mil, trezentos e setenta e um reais e dezoito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## **10. ANÁLISE DE RISCOS.**

10.1. A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7º, § 7º, do Decreto Municipal n.º 031/2023, e do art. 2º, § 2º, do Decreto Municipal n.º 042/2023, com base na seguinte hipótese:

( ) I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Pag.

136

Ass.

( ) III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

( X ) IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

10.1.1. Contratação de baixa complexidade, tendo em vista se tratar de simples entrega, de modo que, ainda que precedida de Estudo Técnico Preliminar, restou dispensada a elaboração da Análise de Riscos.

### 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Mercedes.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**02.004.04.122.0003.2006 – Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças**

**Elemento de despesa: 333903016**

**Fonte de recurso: 000, 510**

**02.007.10.301.0006.2027 – Gestão das Unidades de Atenção Básica.**

**Elemento de despesa: 333903016**

**Fonte de recurso: 494**

### 12. DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU - entende que o juízo acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cerceá-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

12.3. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos nº 22/2003 – Plenário; nº 1.094/2004 – Plenário e nº 2.295/2005 – Plenário, os quais, invariavelmente, chegam às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

12.3.1. A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;

12.3.2. Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordassem para participar da licitação;

12.3.3. A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 95.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)

Página | 12





## Estado do Paraná

alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

12.4. Diante de todo o exposto, *optamos pela não permissão de participação de empresas reunidas em consórcio*, consoante os motivos a seguir expostos:

12.4.1. O objeto da presente contratação não envolve bens e serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;

12.4.2. Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercear a concorrência;

12.4.3. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de serviços comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;

12.4.4. Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem fornecer o objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

Mercedes/PR, em 08 de janeiro de 2026.

**Camila Andressa Beyer**  
Assistente Administrativa



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Pag.

138

Ass.

### ANEXO ÚNICO DO TERMO DE REFERÊNCIA

**Justificativa para implementação de política pública de compras locais e regionais e a utilização da exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte regionais e prioridade de contratação para aquelas locais, nas licitações promovidas pelo município de Mercedes, com amparo na Lei Complementar 123/2006, artigos 46 à 49, acórdãos 877/2016 e 2122/2019 do TCE/PR e Lei 14.133/2021, artigo 4º.**

#### 1 - INTRODUÇÃO

O Município concentra seus esforços nesta política pública visando utilizar o poder das compras públicas municipais para alcançar os objetivos delineados pela Lei Complementar 123/2006, com foco no desenvolvimento econômico e social local e regional. Este esforço não é de hoje, como se vê no histórico que aparece mais abaixo.

Ao adotar essa abordagem, o Município acredita estar contribuindo significativamente para os propósitos estabelecidos pela Lei Complementar 123/2006, que incluem não apenas o fomento do desenvolvimento econômico e social em âmbito municipal e regional, mas também o aprimoramento da eficiência das políticas públicas e o estímulo à inovação tecnológica.

A preferência por adquirir produtos e serviços de microempresas e empresas de pequeno porte locais não apenas impulsiona o crescimento financeiro desses empreendimentos, permitindo-lhes expandir, criar empregos e contribuir mais para os impostos, mas também gera um efeito positivo ao retorno desses recursos aos cofres públicos. Isso, por sua vez, viabiliza novos investimentos em políticas públicas, promovendo maior inclusão social e melhoria de indicadores como o IDH e o IPDM, especialmente no que se refere às áreas de Renda, Emprego e Produção Agropecuária.

#### 2 - ANÁLISES E ESTUDOS QUE CORROBORAM COM A POLÍTICA PÚBLICA

**2.1** - Um estudo publicado na revista "gestão e desenvolvimento em revista" do centro de ciências sociais aplicadas da universidade estadual do oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão, demonstrou que as compras públicas efetuadas no próprio município contribuem para a elevação do IPDM (índice Iparides de desenvolvimento municipal), no entanto este estudo, de autoria de Roger Alexandre Rossoni, demonstrou que esta elevação à época foi bastante tímida. Importante destacar que para esse estudo foram utilizados dados referentes às compras públicas dos municípios paranaenses em 2013. Por ser anterior à Lei Complementar 147/2014 e os importantes acórdãos 877/2016 e 2122/2019 do TCE-PR, os municípios, até aquela data, tinham utilizado apenas as possibilidades previstas na primeira edição da Lei Complementar 123/2006 e, mesmo assim a variação do IPDM foi positiva. Neste mesmo estudo, o próprio autor, menciona a necessidade de um maior debate e da adequação da legislação vigente referente ao processo de licitação para que as compras públicas possam ser utilizadas como fator estratégico para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Isso reforça a justificativa para a implementação da política local, com legislação local suplementar, coadunada com as evoluções ocorridas de 2014 para cá.

**2.2** - Dissertação apresentada como requisito para obtenção de título de Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Administração pública (PROFIAP) da Universidade Federal de Rondônia, aponta o seguinte:

“Os pressupostos teóricos que defendem a priorização de agentes internos como propulsores do





desenvolvimento local sustentam os argumentos deste estudo e endossam sua notoriedade. Compras públicas realizadas de pequenos fornecedores de regiões próximas à instituição contratante favorece a geração de oportunidades de trabalho e renda para as comunidades locais e possibilita eliminar fontes de desperdícios de materiais. Por consequência, vislumbra-se maior eficiência no gasto público e viabilização empírica de um modelo sustentável de desenvolvimento.” GILMAR ANTONIO LUCAS CHAPUIS – Porto Velho RO – 2019.

### 3 - HISTÓRICO DO ESFORÇO NO MUNICÍPIO:

Em 2009 o Município de Mercedes regulamentou o tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, por meio da Lei Complementar Municipal nº 12/2009, que trouxe no capítulo destinado ao acesso a mercados uma política municipal preventivo, além do tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação federal: cadastro simplificado para MPE; divulgação estratégica dos editais; simplificação nos processos e exclusividade para MPE locais e regionais. Este último benefício previsto no parágrafo primeiro do artigo 37, com a seguinte redação “Os processos licitatórios exclusivos poderão ser destinados unicamente as microempresas e empresas de pequeno porte locais, quando existentes em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, serem ampliados as microempresas e empresas de pequeno porte regionais”.

Esta legislação foi aplicada por um período, tendo inclusive, no ano de 2011, uma representação apresentada ao TCE/PR, por empresa que se sentiu prejudicada em um dos editais, gerando o processo 66577/11 – TC, com despacho nº 895/2012 do Conselheiro Nestor Baptista – Corregedor Geral à época. Deste despacho destaca-se o seguinte:

A Diretoria de Contas Municipais do TCE/PR, por meio da instrução 1.547/11, destacou que a Lei Complementar nº 123/2006, que contém o Estatuto Nacional da Microempresas e da Empresa de Pequeno Porte, permitiria ao Ente Público restringir a participação no certame apenas às micro e pequenas empresas sediada localmente.

Afirma o Conselheiro Nestor Batista que, como foi apontado na instrução acima mencionada, a Lei Complementar nº 123/2006 efetivamente permite a restrição questionada. Nos termos do art. 47 daquela Lei, nas contratações levadas a efeito pelos Entes Públicos poderá ser concedido tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, desde que objetivando promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

Lembra o Conselheiro, que Marçal Justem Filho já apontava para a possibilidade de adotar-se procedimento licitatório limitado à participação de micro e pequenas empresas localizadas na região ou no próprio município em que se dará a contratação, desde que isso se revele como instrumento adequado à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal ou regional.

Continua, mais adiante, citando trecho da obra: Comentários à Lei de Licitações e contratos Administrativos, 13ª Ed., São Paulo: Dialética, 2009. P.86: “O direcionamento das licitações configura-se como um meio de promover a intervenção do Estado nos domínios econômico e social, inclusive para cumprir ao desígnio constitucional da redução das desigualdades regionais e da eliminação da pobreza”. Descreve também que o mencionado autor conclui: “Por outro lado e tal como apontado em comentário ao artigo 47, inciso I, reputa-se cabível uma restrição ainda mais acentuada, fundada em caráter geográfico. Então pode-se admitir que os benefícios previstos nos incisos do artigo 48 sejam reservados exclusivamente para ME ou EPP estabelecida em certo Município ou Região, desde que a contratação seja um instrumento orientado a promover o





desenvolvimento econômico e social.”

O Conselheiro finaliza com o seguinte: “Diante disso, entendo pela validade da restrição geográfica questionada nesta representação, eis que adequada aos termos da Lei Complementar 123/2006. Diante disso, DEIXO DE RECEBER esta representação e determino o encerramento do presente processo.”

No entanto com o advento da Lei Complementar nº 147/2014, que trouxe a possibilidade de aplicar prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais (parágrafo terceiro do artigo 48, LC 123/2006, introduzido pela LC 147/2014), a aplicação da restrição geográfica começou a ter questionamentos e o TCE/PR começou se manifestar no sentido de que essa aplicação gerava, no mínimo, insegurança jurídica. Com base nisso, não só o município de Mercedes, como outros da região, deixaram de aplicar a restrição geográfica que haviam iniciado.

Na sequência o município de Mercedes, com dúvidas em relação à aplicação da prioridade local ou regional, encaminhou consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que resultou no acórdão 877/2016.

No entanto foi somente em 2019, com o pré-julgado 27 que o TCE/PR se posicionou favorável à possibilidade de contratações exclusivas a microempresas e empresas de pequeno porte localizadas em determinada localidade ou região desde que, para atender peculiaridades do objeto ou os objetivos propostos pela Lei Complementar 123/2006, quais sejam: O desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal ou regional, o aumento na eficiência das políticas públicas ou o incentivo à inovação tecnológica.

Como visto acima o esforço do Município em implementar esta política pública não é recente, nem tampouco o debate e manifestação do Tribunal de Contas do Estado Paraná sobre esta possibilidade.

#### 4 – EMBASAMENTO LEGAL

No Brasil, as regras gerais para licitação e contratação de bens, serviços e obras estão previstas na Lei 14.133/2021, porém está contido no Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte um capítulo que trata de contratações públicas com aplicação de tratamento diferenciado e favorecido, garantido pela Lei 14.133/2021 em seu Art. 4º, assim como já garantia a Lei 8.666/93 em seu artigo Art. 50-A.

A Lei Complementar 123/2006, nos artigos citados pela Lei 14.133/2021 ao disciplinar tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte nas compras públicas, destaca três objetivos a serem perseguidos, quais sejam: a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação na eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação e tecnologia.

Trazer os objetivos no texto da Lei, mencionando o âmbito municipal e regional, demonstra a intenção do legislador em aumentar a participação das micro e pequenas empresas locais e regionais nas contratações públicas dos municípios.

De encontro com esta intenção, caminhou a Lei Complementar 147/2014 ao promover alteração na LC 123/2006, que possibilita, nas contratações em que estejam presentes os benefícios previstos nos incisos I a III do seu Artigo 48, justificadamente, dar prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.

Esta mesma Lei Complementar acrescentou o parágrafo único ao Artigo 47 da LC 123/2006, com a seguinte redação: “Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não





sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal.”. Esse parágrafo não só clarifica a obrigatoriedade de ofertar os benefícios previstos na referida Lei Complementar, pela união, estados, distrito federal e municípios, como autoriza os entes federados a legislares de forma mais favorável às microempresas e empresas de pequeno porte.

Com o olhar voltado para esta “liberdade legislativa” e para o anseio de atender os objetivos propostos no Artigo 47 da LC 123/2006, já descritos acima, o Município de Mercedes se debruçou na criação do programa “Compra Mercedes”

O Tribunal de contas do estado do Paraná, por meio do acórdão 877/2016 se pronunciou no sentido de que se justifica a aplicação de tal prioridade, quando atendido pelo menos um dos objetivos previstos no Artigo 47 da Lei Complementar 123/2006, descritos acima.

Este mesmo acórdão esclarece que é discricionariedade do município definir a região para efeito do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar 123/2006, sendo assim, o Município de Mercedes por Lei Municipal define como Região o conjunto formado pelos municípios de Mercedes, Guaíra, Terra Roxa, Nova Santa Rosa, Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste. Essa composição leva em consideração a região do Grande Rondon, estabelecida por Lei Municipal de Marechal Cândido Rondon, da qual o município de Mercedes faz parte, acrescentando-se os municípios de Guaíra, Terra Roxa e Nova Santa Rosa, por serem limítrofes à Mercedes.

Quando constatado no planejamento da contratação, a impossibilidade de atender o inciso III do artigo 49 da LC 123/2006, a abrangência é estendida para a microrregião 022-IBGE, composta pelos municípios de Mercedes, Guaíra, Terra Roxa, Palotina, Assis Chateaubriand, Jesuítas, Formosa do Oeste, Iracema do Oeste, Tupãssi, Toledo, São Pedro do Iguaçu, Ouro Verde do Oeste, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Maripá, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Diamante do Oeste e Santa Helena.

Em outro acórdão, o de número 2122/2019, o TCE/PR se pronunciou pela possibilidade de realizar licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas em determinado local ou região, em duas situações: 1- em virtude da peculiaridade do objeto a ser licitado ou; 2 - para implementação dos objetivos propostos no artigo 47 da Lei Complementar 123/2006, desde que, contenha expressa previsão em lei local ou no instrumento convocatório e devidamente justificado.

A regulamentação local do tratamento previsto na Lei Complementar 123/2006, está prevista na Lei Complementar Municipal nº 12/2009, que define inclusive, os benefícios previstos para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas na Região e a prioridade de contratação para MPE estabelecidas nos limites territoriais de município de Mercedes.

Pesquisa com os potenciais fornecedores locais demonstrou a necessidade das ações de capacitação, sensibilização e aumento na divulgação previstas em decreto, executadas para atingimento dos objetivos da política pública.

Pesquisa junto ao mapa de empresas do ministério da economia demonstra que a região de Mercedes, como definida na Lei Complementar Municipal nº 12/2009, possui 465 CNAES (Atividades Econômicas) com no mínimo 03 (três) CNPJ ativos, que podem atender, portanto, o exigido no inciso II do artigo 49 da LC 123/2006. Se estendido para a microrregião 022 - IBGE, esse número passa para 694.

Para atender o disposto no inciso III do artigo 49 da LC 123/2006 o Município realiza pesquisa de preços conforme regulamento próprio, com base em cesta de preços e considera que a contratação





feita até o limite do preço de referência não infringe o inciso acima mencionado, tomando por base o entendimento do próprio governo federal.

### 5 - DO FOCO DAS CONTRATAÇÕES COM EXCLUSIVIDADE E PRIORIDADE

Ao realizar licitações destinadas exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte localizadas na região de Mercedes e com prioridade de contratação, até o limite de 10% do melhor preço válido para aquelas localizadas no próprio Município, o Poder Público vislumbra atender os objetivos propostos pelo artigo 47 da Lei Complementar 123/2006. A justificativa sob a ótica de cada um destes objetivos segue abaixo:

#### 5.1 Promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional:

A Lei Complementar 123/2006 estratificou as empresas por porte e determinou que o tratamento diferenciado e favorecido previsto na nossa constituição federal de 1988, deve ser dado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Por isso iniciamos analisando o quantitativo destas empresas frente ao total de empresas existentes, tanto no município de Mercedes, quanto na Região prevista na Lei Complementar Municipal nº 12/2009.

Levantando os dados apresentados no mapa de empresas do Ministério da Economia, constata-se o expressivo percentual de MPE no universo de empresas ativas no município e na região. De acordo com o porte, temos a seguinte distribuição no município de Mercedes: 72,64% são microempreendedores individuais, 24,06% são microempresas e empresas de pequeno porte e apenas 3,30% são de outros portes. O município tem, portanto, 96,70% do total de empresas ativas, sendo classificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, incluindo os microempreendedores individuais, que de acordo com a legislação se enquadram como uma categoria de microempresa.

Na região, os números se aproximam aos do Município, conforme segue: 95,90% de microempresas e empresas de pequeno porte, incluídos os microempreendedores individuais e 4,10% de outros portes.

Dados obtidos no mapa de empresas do ministério da economia em abril de 2024:

LOCALIZAÇÃO	MEI (%)/Qtd	MPE (%)/Qtd	OUTROS PORTES (%)/qtd
Mercedes	72,64 616	24,06 204	3,30 28
Região	59,70 10.831	36,20 6.566	4,10 744

A importância das MPE atrelada ao tamanho do estado (Município e Região) enquanto agente consumidor, demonstra a potencialidade das políticas de vantagens para as empresas deste porte. É notório que uma política pública capaz de gerar aumento no faturamento destas empresas significa propulsão para o seu desenvolvimento e, que esse desenvolvimento, incrementa a economia local e regional, gerando inúmeros benefícios sociais.

Sendo o poder público local o maior comprador, cabe a ele implementar ações que possibilitem elevar o valor das compras locais e regionais, que gera aumento no faturamento das MPE ali estabelecidas, atingindo o objetivo proposto do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 95.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)





## Estado do Paraná

Por outro lado, um estudo do SEBRAE, publicado pela Agência Brasil em 06 de janeiro de 2023, apontou que em 2022 as MPE geraram quase 1,8 milhão de novos postos de trabalho. O número representa cerca de 73% do total de empregos gerados no país, que ficou na marca dos 2,5 milhões. A participação das médias e grandes na geração de empregos ficou em 21,5%, com quase 530 mil contratações.

Os dados acima demonstram a importância das micro e pequenas empresas na geração de empregos e, portanto, no desenvolvimento social do estado do Paraná. Não foge desta realidade o município e a região de Mercedes.

Somente com os dados acima já é possível afirmar que na medida que o poder público de Mercedes comprar mais de micro e pequenas empresas estabelecidas no município e na região, o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional será potencializado, porém outros dados merecem ainda serem considerados:

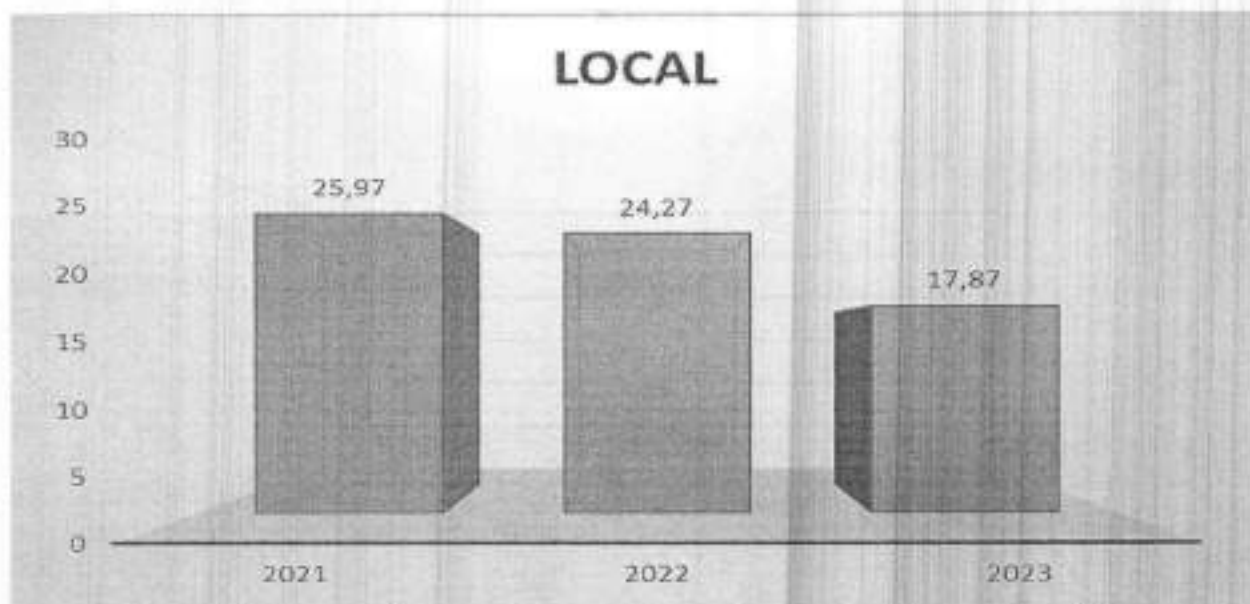
A comparação do percentual de compras efetuadas pelo município de Mercedes, nos anos de 2019 a 2022 (dados disponíveis no portal [comprar.com.br](http://comprar.com.br)), de empresas locais, com a média de compras locais realizadas pelos municípios da região oeste do Paraná e do estado do Paraná, mostra que a metodologia adotada pelo Município está permitindo uma evasão de recursos bem acima da média, tanto regional quanto estadual, conforme mostra o gráfico abaixo:



Fonte: [www.comprapr.com.br](http://www.comprapr.com.br)

Se, na média, os demais municípios da região e do estado estão conseguindo comprar mais localmente, se mostra possível que o município de Mercedes também consiga ampliar este percentual, aplicando política pública eficaz e, entre outras ações, limitando a abrangência de suas contratações.

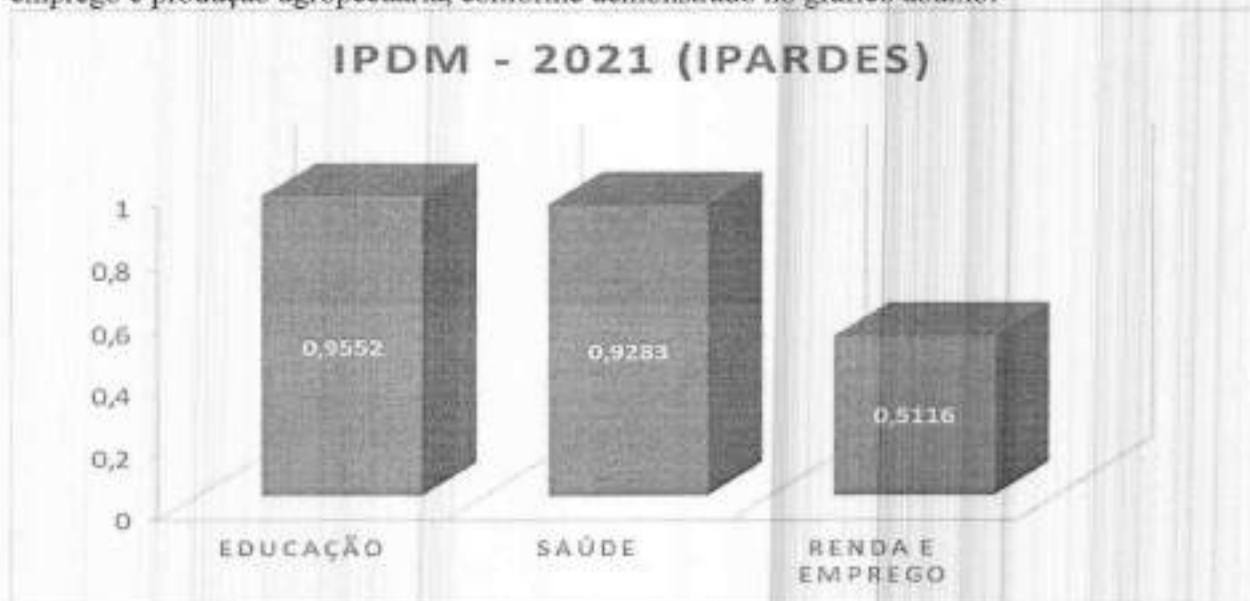
Os números ficam ainda mais preocupantes, quando analisados o comportamento dos últimos 03 anos: em 2021 o município comprou 25,97% de empresas locais, em 2022 este número caiu para 24,27% e em 2023, despencou para 17,87%, segundo dados do portal [www.comprapr.com.br](http://www.comprapr.com.br).



O município não se sente no direito de se manter inerte frente a esta situação. Manifesta-se então a administração pública, por meio da implementação de política pública capaz de produzir resultados diferentes.

Nada melhor para verificar a necessidade de políticas públicas do que olhar para indicadores locais e regionais. O IPARDES publica anualmente o Índice Ipardez de Desempenho Municipal – IPDM, um índice que mede o desempenho dos 399 municípios do Estado do Paraná, considerando três dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação. Sua elaboração se baseia em diferentes estatísticas de natureza administrativa, disponibilizadas por entidades públicas.

No Município de Mercedes encontramos uma exorbitante diferença entre os indicadores registrados nas dimensões Educação e Saúde, quando comparados com a dimensão Renda, emprego e produção agropecuária, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



A melhoria desta dimensão, neste indicador, depende do aumento no faturamento dos negócios





locais e do aumento na geração de empregos.

Não há uma receita pronta para aumentar a geração de emprego e renda no Município, porém alguns estudos demonstram que aumentar o faturamento das empresas gera aumento proporcional de empregos, como mostra um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Sebrae: *"a cada R\$ 1 milhão de aumento no faturamento do grupo de empresas do Simples (de modo global) são criados, em média, 16 novos empregos. Quando observados setores como Construção Civil e Comércio, os números são ainda mais representativos, com 21 e 20 novos empregos, respectivamente. "O Simples devolve para a sociedade o tratamento diferenciado destinado aos pequenos negócios. Priorizar as empresas do Simples e manter esse sistema vale a pena", pontua Décio Lima."*

A [exame.com](https://exame.com/economia/micro-e-pequenas-empresas-foram-responsaveis-por-935-dos-empregos-em-novembro-de-2022/) em 06 de janeiro de 2023 (<https://exame.com/economia/micro-e-pequenas-empresas-foram-responsaveis-por-935-dos-empregos-em-novembro-de-2022/>), apresentou o forte poderio das micro e pequenas empresas na geração de empregos:

*"Estudo realizado pelo Sebrae com base em dados disponibilizados pelo novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) aponta que as micro e pequenas empresas (MPE) foram responsáveis, em novembro de 2022, por 93,5% dos empregos formais gerados no país. Segundo o levantamento, foram criados 135 mil postos de trabalho no mesmo período. Desse universo, 126 mil vagas estavam entre os pequenos negócios, o que corresponde a 93,5% das novas vagas."*

*"O destaque ficou para o setor de comércio das Micro e Pequenas Empresas que foi o grande gerador de empregos, com 84 mil postos criados. O saldo se deve, principalmente, em razão das festas de final de ano. Já o setor de Serviços, principal responsável pela geração de emprego ao longo do ano, ficou em segundo lugar com 53 mil vagas de trabalho."*

O Município, utilizando o seu poder de compras, deseja aumentar o faturamento destas micro e pequenas empresas, comprando o que já compra, gastando o que já gasta, priorizando as compras locais e estabelecendo como critério para participação nos certames a necessidade de estarem sediadas em um dos municípios que compõe a sua região, quando aplicados os benefícios previstos nos incisos I a III do Artigo 48 da Lei Complementar 123/2006.

### 5.1.1 - A eficácia demonstrada no caso real de Londrina PR:

Os dados abaixo constam de estudo técnico do Programa Compra Londrina realizado em 2021, pela Prefeitura Municipal de Londrina, Universidade Estadual de Londrina e NIGEP-FAUEL.

Síntese dos impactos das compras públicas locais efetuadas pela Prefeitura Municipal de Londrina tendo como base 2019, quando foram homologados pregões no valor total de R\$ 53.507.841,75 com empresas londrinenses. Este montante homologado não reflete o valor necessariamente executado.

Por isso a partir do valor de R\$ 53,5 Milhões, são apresentados, na tabela abaixo, quatro cenários sendo: a execução de 100%, 75%, 50% e 25% do valor homologado.

	100%	75%	50%	25%
Geração de Empregos (unid.)	401,31	300,98	200,65	100,33
Geração de Remuneração (R\$ Milhões)	8,57	6,42	4,28	2,14
Geração de Tributos (R\$ Milhões)	12,48	9,37	6,25	3,12
Geração de Micro Empresas (unid.)	140,73	105,54	70,36	35,18
Geração de Pequenas Empresas (unid.)	25,15	18,86	12,57	6,29

Fonte: Elaboração Própria, com dados de Sessó, Brene e Neves (2016)

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 95.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)





## Estado do Paraná

No cenário mais otimista (considerando 100% do valor executado) seriam gerados por meio das compras públicas mais de 400 empregos, mais de R\$ 8 Milhões de reais em remuneração para trabalhadores e mais de R\$ 12 Milhões em tributos. Além disso, potencialmente seriam abertas 140 MEs e 25 EPPs, segundo os dados da Matriz Insumo-Produto.

Já no cenário mais pessimista (25%) verifica-se que seriam gerados pelo menos 100 empregos, R\$ 2,14 Milhões em remunerações para os trabalhadores, R\$ 3,12 Milhões em tributos e abertura de 35 MEs e de seis EPPs.

Os dados originados da Matriz Insumo-Produto consolidam os argumentos favoráveis ao Programa Compra Londrina quanto ao fomento à compra local, demonstram a importância da relação entre empresas londrinenses e a Prefeitura de Londrina e ampliam os potenciais efeitos desta relação na política de desenvolvimento socioeconômico do município.

### 5.1.2 – Programa Compra Marechal:

Em 2023 o município de Marechal Cândido Rondon, vendo que o percentual de compras locais despencou de 42,47% em 2017 para 24,45% em 2022, implementou programa denominado de Compra Marechal, realizando licitações exclusivas para empresas sediadas nos municípios que compõe a região do Grande Rondon (Mercedes faz parte), com prioridade de contratação para as sediadas naquele Município. Os resultados já começaram a aparecer e o percentual de compras locais, subiu para 27,56% no ano de 2023.

Destaca-se que o Programa Compra Marechal, possui os mesmos fundamentos e forma de operacionalização semelhante ao Compra Mercedes, cabendo ressaltar que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 4ª Câmara Cível, se pronunciou em Agravo de Instrumento (recurso 0014461-53.2023.8.16.0000), promovido por empresa que se sentiu prejudicada pela restrição geográfica em um dos certames, da seguinte forma: *“Entende-se, portanto, em exame preliminar que não parecem estar presentes no*

*caso as ilegalidades aventadas pela parte insurgente, uma vez que a restrição de participação exclusiva de ME's e EPP's encontra fundamento legal, sendo que um dos escopos almejados com a legislação em análise consiste justamente no “desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional”, com o que parece se coadunar a limitação regional.”*

Neste mesmo certame, houve manifestação também do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em que menciona: *“Em acréscimo, cumpre consignar que, a princípio, os requisitos legais para a contratação exclusiva de micro empresa e empresa de pequeno porte restaram observados, e estando devidamente motivada a restrição geográfica, nos termos da fundamentação acima, o feito não merece ser recebido.”*

Ainda neste certame, a mesma empresa buscou suspender o processo por meio de mandado de segurança civil (processo 0001577-44.2023.8.16.0112), sobre o qual o Poder Judiciário do Estado do Paraná, Comarca de Marechal Cândido Rondon, Vara da fazenda pública de Marechal Cândido Rondon – PROJUDI, assim se pronunciou: *“Verifica-se, portanto, que a limitação geográfica inserida no edital de licitação, além de ser amparada em lei municipal, foi justificada de forma razoável, não sendo possível concluir, em um juízo preliminar, na existência de fundamentação*





*suficientemente relevante para suspender o ato impugnado.*

*Assim, não vislumbro, em sede de cognição sumária, a aventada ilegalidade apta ao deferimento da liminar pretendida."*

### **5.2 - Ampliação da eficiência das políticas públicas:**

Investir recursos públicos na economia local, por meio das contratações, pressupõe retorno de parte deste recurso aos próprios cofres públicos, por meio dos tributos que são gerados diretamente pela atividade ou de forma indireta pela geração de empregos e o consumo dos salários pagos. Isso é comparável a um desconto obtido na contratação, indo de encontro ao princípio da eficiência na administração pública do Município.

Por outro lado, o Município observa a mudança de paradigma que vem acontecendo nas últimas décadas, destacando-se a LC 123/2006, que permitiu/exigiu tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, a Lei 12.349/2010, que incluiu a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como uma das finalidades da licitação pública, a LC 147/2006, que ampliou as exigências de se aplicar os benefícios e retirou limites antes existentes. As contratações públicas estão deixando de ser apenas um meio de adquirir bens, mercadorias e serviços para execução de suas políticas públicas, ganhando status de política pública capaz de gerar desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e fomentar a inovação e a tecnologia. Esta mudança converge no sentido de que a eficiência nas contratações públicas não pode ser vista somente sob o prisma da economicidade, mas também da qualidade, da celeridade e do atendimento aos objetivos propostos pela LC 123/2006.

De forma empírica, a equipe interna da administração pública municipal, abarcadas as áreas demandantes, de compras e licitação, apontam para aumento na qualidade e celeridade, esta última, principalmente na entrega dos produtos adquiridos, quando os processos licitatórios são vencidos por empresas locais ou regionais.

A eficiência de uma política pública não deve ser medida com a mesma régua que se mede eficiência de mercado. Uma contratação amparada por uma política pública de desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional precisa levar em consideração o impacto gerado a esse desenvolvimento pretendido.

Outras políticas públicas tem sua eficiência aumentadas com as contratações locais e regionais, como por exemplo:

#### **5.2.1 – Sala do Empreendedor:**

Com o objetivo atender os microempreendedores individuais e formalizar os pequenos negócios informais do Município, foi inaugurada no ano de 2017 a Sala do Empresário Empreendedor. A Sala presta serviços destinados aos Microempreendedores Individuais, como: formalização, emissão do certificado de condição de MEI, alteração de dados, orientação do boleto mensal Das, solicitação e emissão de nota fiscal, declaração anual, informações para contratação de funcionário, emissão de certidões negativas, orientação ao microcrédito, consultorias, palestras, cursos gratuitos, entre outros assuntos relativos à atividade e porte do empreendedor.

De 2017 até a presente data a Sala do Empreendedor do município de Mercedes é reconhecida com selo ouro em referência de atendimento.

A quantidade expressiva de microempreendedores individuais (72,64% dos CNPJ ativos no Município), demonstram que a sala está atendendo a demanda local em formalização dos pequenos





## Estado do Paraná

negócios.

A ampliação da eficiência desta política pública (Sala do Empreendedor) se demonstra na possibilidade que o MEI, com o acréscimo no seu faturamento, impulsionado pelas vendas ao setor público, extrapolar o valor permitido para esta categoria e ascender para uma faixa superior de classificação empresarial.

Desta forma a política pública implementada pela Sala do Empreendedor tem sua eficiência aumentada com a implementação do Programa Compra Mercedes.

### 5.2.2 - Política de arrecadação tributária:

**O retorno de parte do valor investido nas contratações públicas para o orçamento do Município, por meio de receitas tributárias, quando as compras são realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte locais.**

Para exemplificar o reflexo na arrecadação tributária, se faz necessário discorrer sobre a metodologia de tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Estas empresas são tributadas pelo SIMPLES NACIONAL, que adota alíquotas progressivas em função do faturamento mensal, considerando a média de faturamento dos últimos 12 meses. Dessa forma uma microempresa do comércio é tributada pela alíquota de 6,0% até o limite de faturamento de R\$180.000,00 por ano. A partir daí aplica-se alíquota progressiva.

Tomando por base o faturamento de R\$ 180.000,00 em doze meses temos uma média de R\$ 15.000,00 por mês, sobre o qual incidem 6,0% a título de simples nacional.

Se esta mesma microempresa incrementar seu faturamento vendendo para o poder público de modo a atingir a média de R\$ 25.000,00, sua alíquota real passara para 8,08%.

O relevante é que esta nova alíquota não se aplicará apenas para as vendas realizadas para o poder público, mas sim sobre todo o seu faturamento, ocasionando assim um aumento considerável na arrecadação de tributos, não só ao município, mas também ao estado e à união.

Por outro lado, quando um MEI, do comércio, que foi formalizado e apoiado pela Sala do Empreendedor (política pública do Município), vender ao Município com os benefícios do Programa Compra Mercedes (política pública do Município) e, em função disso, ascender à primeira faixa do simples nacional, por ter extrapolado o faturamento permitido para a categoria de Microempreendedor Individual, deixará de ser isento de impostos federais e de recolher um valor ínfimo de ISSQN e ICMS e passará a recolher o simples nacional pela alíquota de 6% sobre o seu faturamento total.

Os exemplos acima clarificam a ampliação na eficiência da política pública de arrecadação tributária, que em um olhar mais amplo, nos permite enxergar novas políticas públicas sendo implementadas em favor da população local e regional. De forma indireta, diminui também o custo de aquisição, conforme já mencionado acima, aumentando a eficiência das compras.

### 5.3 - Incentivo à inovação tecnológica:

O incentivo à inovação tecnológica, se dá com certeza em vários formatos, alguns de forma até imensurável, no entanto observa-se uma ligação bastante estreita da inovação tecnológica com algumas atividades empresariais específicas, ligadas à informática, software, comunicação e tecnologia da informação.

O Município, figurando como grande comprador local, ao priorizar as compras destes produtos e serviços de empresas estabelecidas em seu território ou na região, está contribuindo para o seu crescimento e fomentando a inovação tecnológica local e regional, atendendo assim um dos



**Estado do Paraná**

objetivos previstos no Artigo 47 da Lei Complementar 123/2006.

A quantidade de empresas que atuam nestas atividades é bem expressiva conforme tabela abaixo:

ATIVIDADE	CNPJ ATIVOS	
	REGIÃO MERCEDES	MICRORREGIÃO 022 - IBGE
Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	74	260
Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	50	209
Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	77	203
Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	24	104
Treinamento em informática	9	79
Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	16	79
Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	9	59
Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	9	53
Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na Internet	13	44
Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	10	39
Consultoria em tecnologia da informação	8	31
Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis	4	22
Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	3	20
Comércio atacadista de equipamentos de informática	10	13
Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na Internet	4	11
Recarga de cartuchos para equipamentos de informática	4	11
Provedores de acesso às redes de comunicações	6	10
Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	2	9
Salas de acesso à Internet	0	9
Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	0	7
Web desing	1	5



Reprodução de software em qualquer suporte	0	3
Fabricação de equipamentos de informática	0	3
Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	0	3
Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	2	2
Telefonia móvel celular	1	1
Manutenção de estações e redes de telecomunicações	0	1
Construção de estações e redes de telecomunicações	0	1
Comércio atacadista de suprimentos para informática	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>336</b>	<b>1.292</b>

Fonte: Mapa de empresas do ministério da economia, em 12 de abril de 2024.

### 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia de realizar licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas na região de Mercedes encontra amparo na legislação descrita na fundamentação legal, em especial, no acórdão 2122/2019 do TCE/PR que conclui “ser possível, mediante expressa previsão em lei local ou no instrumento convocatório, realizar licitações exclusivas à microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas em determinado local ou região, em virtude da peculiaridade do objeto a ser licitado ou para implementação dos objetivos propostos no art. 47, Lei Complementar n.º 123/2006, desde que, devidamente justificado;”

É objetivo desta política pública ir de encontro com este pronunciamento e utilizar o poder de compras do Município para fomentar a economia local e regional, com base no atendimento aos objetivos propostos na Lei Complementar 123/2006, quais sejam: O desenvolvimento econômico e social no âmbito Municipal e Regional, o aumento na eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação e a tecnologia.

Observe-se que o enunciado do Objetivo constante no Artigo 47 da Lei Complementar 123/2006, quando cita o desenvolvimento econômico e social, faz referência ao âmbito Municipal e Regional. A definição de região feita por Lei Municipal, atende a orientação dada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do Acórdão 877/2016, que se posiciona pela discricionariedade do Município em fazer tal definição, sendo que o Município entendeu como sendo a melhor estratégia estabelecer a sua região por Lei Municipal, obedecendo os princípios constantes do Acórdão acima mencionado, tomando por base a região já criada pelo município de Marechal Cândido Rondon em que o Município de Mercedes está inserido e acrescer os demais limítrofes, prevento uma segunda alternativa para as atividades que não atendam o inciso III do artigo 49 da LC 123/2006, observando neste caso a microrregião 022 – IBGE, conforme previsão na Lei Complementar Municipal n.º 12/2009.

O incentivo à participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte estabelecidas no Município nas licitações se dará pela aplicação da Prioridade em até 10% do melhor preço válido, conforme prevista no parágrafo terceiro do artigo 48 da Lei Complementar 123/2006.

A fundamentação legal está no tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte previsto nos artigos 170 e 179 da Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar 123/2006, na nova Lei de Licitações que prevê a aplicação do previsto nos Artigos 42 a 49 da LC





## Estado do Paraná

123/2006, nos acórdãos 877/2016 e 2122/2019 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e na legislação municipal.

O corpo desta justificativa demonstra, de forma bem fundamentada, a possibilidade de atingir os objetivos previstos no Artigo 47 da Lei Complementar 123/2006.

Por fim, o aumento no faturamento das microempresas e empresas de pequeno porte, motivado pela maior participação nas contratações do Município, resulta em geração de novos postos de trabalho, aumento na produção de riqueza local e na arrecadação tributária, melhorando as condições do poder público para oferecer serviços essenciais para a população de Mercedes.





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

### CERTIDÃO DE ADOÇÃO DE MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA

**CERTIFICO** para fins de direito, sob as penas da lei que o Termo de Referência – TR, relativo à *aquisição, baseada na política pública denominada "Compra Mercedes", de carimbos e livros de protocolo para uso nas Secretarias e no Departamento de Contabilidade do Município de Mercedes/PR*, foi elaborado nos termos do Decreto n.º 031/2023, a partir do respectivo Estudo Técnico Preliminar - ETP, e que foi utilizada a minuta padronizada disponibilizada pela Procuradoria Jurídica do Município.

Mercedes, 08 de janeiro de 2026.

**Camila Andressa Beyer**  
Assistente Administrativa



Município de Mercedes  
Estado do Paraná



Município de Mercedes  
Estado do Paraná

Editorial de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XX/2026

Editorial do Pregão Eletrônico nº 33372026  
Processos Limitados nº 33372026

PREGÃO  
ELETRÔNICO  
XXV/2026

**CONTRATANTE (UASG)**  
MUNICIPIO DE MERCEDES - PR (UASG: 885531)

**OBJETO:**

Aquisição, baseada na política pública denominada "Compra Mercedes", de carimbos e livros de protocolo para uso nas Secretarias e no Departamento de Contabilidade do Município de Mercedes/PR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 8.371,18 (oito mil, trezentos e setenta e um reais e dezoito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia XX/XX/XXXX às XXh (horário de Brasília)

**LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pl-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item.

**MODO DE DISPUTA:**

Alberto

PREFERÊNCIA ME/EP/EQUIPARADAS  
SIM - (POLÍTICA PÚBLICA "COMPRA MERCEDES")

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3255-0000 – CEP 85996-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 1

*Data da sessão: 30 de abril de 2024.*

*Horáreo xcheymín (xexex)*

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**Modo de disputa: ABERTO**

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição, baseada na política pública denominada "Compra Mercedes", de cartões e livros de protocolo para uso nas Secretarias e no Departamento de Contabilidade do Município de Mercedes/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em 05 (cinco) itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender as condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou dados se tornarem desatualizados.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-9000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR  
e-mail: [lichtaco@mercedes.pr.gov.br](mailto:lichtaco@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 85.719.373/0001-23

www.mercedes-crv.com

Página 2





## Município de Mercedes

### Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XX/2026

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Neste processo licitatório, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, observadas as disposições que seguem:

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.5.2. A LICITAÇÃO SERÁ EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, SEDIADAS NA REGIÃO DE MERCEDES, composta pelos Municípios de Mercedes, Guarani, Terra Roxa, Nova Santa Rosa, Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon, Pato Branco e Entre Rios do Oeste, todos do Estado do Paraná (Arts. 37, 43 e 50-B da Lei Complementar nº 012/2009, com a redação dada pela Lei Complementar nº 073/2024, e Arts. 8º e 9º do Decreto nº 093/2024).

2.5.3. TERÁ PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO A MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE SEDIADA EM ÂMBITO LOCAL (Município de Mercedes), que ofertar proposta de preços até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço válido (art. 50-A da Lei Complementar Municipal nº 012, de 2009, com a redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 073, de 2024).

2.5.4. Por âmbito local, entende-se os limites geográficos do Município de Mercedes. Por região de Mercedes, entende-se o território formado pelos Municípios de Mercedes, Guarani, Terra Roxa, Nova Santa Rosa, Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon, Pato Branco e Entre Rios do Oeste.

2.5.5. Ocorrendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas, em não sendo o caso de aplicação do disposto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 38 do Decreto Municipal nº 033, de 2023, será realizado sorteio em ato público para seleção do futuro e eventual contratado.

2.5.6. Havendo mais de 01 (uma) microempresa ou empresa de pequeno porte com proposta de preço no intervalo de que trata o subitem 2.5.3, proceder-se-á à classificação das mesmas, em ordem crescente, a fim de lhes assegurar a prioridade em caso de habilitação da imediatamente melhor classificada. As demais propostas serão ordenadas na sequência, igualmente em ordem crescente.

2.5.7. Não havendo a participação de microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local (Município de Mercedes) ou, ainda, caso as participantes não se enquadrem no intervalo de preços de que trata o subitem 2.5.3, ou venham a ser habilitadas, será o melhor preço válido mantido para fins de futura e eventual contratação.

2.5.8. Não se aplica o disposto no subitem 2.5.3 caso o melhor preço válido for ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte sediada em âmbito local (Município de Mercedes).

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3236-8000 – CEP 85988-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 85.718.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página 13



## Município de Mercedes

### Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XX/2026

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto Municipal nº 162, de 04 de dezembro de 2015, e alterações posteriores.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, respectivamente técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, conselheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração do trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme item 8 do Termo de Referência;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Empresas com sede em local diverso do citado no subitem 2.5.2;

2.7.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3236-8000 – CEP 85988-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 85.718.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página 14

Ass. 154





## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

comprovado o licitante ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como energia do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1. e 7.12.1. deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições previstas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 3º da Constituição Federal.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85909-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página 15



## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de vagas para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a inscrição do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata o item 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85909-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página 16





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de registro/diário da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o presecumimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATALOGATSER e a do Edital/Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital/Termo de Referência.

4.3. Todas as especificações do objeto constam na proposta vinculam o licitante.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inscrito na planilha/proposta, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85988-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, prometendo, quando requerido, sua substituição.

4.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços mínimos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas do Município de Mercedes, quando participarem de licitações públicas.

4.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.9.4. A proposta deverá indicar o e-mail do licitante, para o qual serão remetidos a ata de registro de preços (se for o caso), o instrumento contratual (se for o caso), as ordens de compra/serviço, empenhos e demais comunicações relativas a futura e eventual execução contratual, o qual será lido por e-mail oficial, reputando-se recebidas todas as comunicações remetidas para o mesmo.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 inciso IX da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

4.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

4.13. Os preços inicialmente contratados/registrados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/12/2025.

4.14. Após o interregio de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

### 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

Pag. 156

Ass. [Assinatura]

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85988-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br





## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

5.2. Os licitantes poderão refinar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lances ofertados nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema enviará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3255-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página | 9



## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empataadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lances ofertados nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Pag. 157

Ass. [Assinatura]

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3255-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página | 10





## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetuada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 162, de 04 de dezembro de 2015, e alterações posteriores.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não segundas lances), em entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br

Página 111



## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localiza;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A proposta deverá indicar o e-mail do licitante, para o qual serão remetidos a ata de registro de preços (se for o caso), o instrumento contratual (se for o caso), as ordens de compra/serviço, empenhos e demais comunicações relativas a futura e eventual execução contratual, o qual será lido por e-mail oficial, reputando-se recebidas todas as comunicações remetidas para o mesmo.

5.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende as condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br

Página 112





# Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

- 6.1.1. SICAP;  
6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis/>);  
6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep/>);  
6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Impureza Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.enj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.enj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));  
6.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADINCON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU; e  
6.1.6. Lista de impedidos de licitar e contratar com o Poder Público, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos itens 6.1.2 a 6.1.5 pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidaoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impedidas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impedidas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de fraude será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Corroborada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1. e 3.6 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

- 6.7.1. [Indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];  
6.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o



# Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.8.1. contiver vícios insanáveis;  
6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;  
6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;  
6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;  
6.8.5. for ofertada por empresa com sede em local diverso do citado no subitem 2.5.2;  
6.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e  
6.9.1.2. inexistentes custos de oportunidade capazes de justificar o valor da oferta.

6.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

6.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário não como referente, conforme planilha anexa ao edital;

6.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;

6.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

6.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, segundo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional adiantamento posterior do contrato.

6.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver oitiva na base referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam previstas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se cumpra que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será rejeitada.

6.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.20. Caso o Termo de Referência exija prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pelo Pregoeiro, com antecedência mínima de XXX (...) dias úteis da data estabelecida para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.

6.21. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.

6.22. A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto ao Pregoeiro.

6.23. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.

6.24. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.

6.25. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

6.26. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicadas.

6.27. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (PoC), venha a apresentar falha durante o teste.

6.28. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução apresentada às especificações técnicas exigidas, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

6.29. Não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

6.30. No caso de desclassificação do licitante, o Pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na PoC.

6.31. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.





# Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XX/2026

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos das arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadstral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutores juramentados no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consultados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, mediante conferência da cópia com o original ou publicação em órgão de imprensa oficial.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadstral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra-legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br

Página 117

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XX/2026

# Município de Mercedes Estado do Paraná

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação de preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (dois) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação na exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64).

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br

Página 118

Pag. 161

Ass.





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

licitante cuja proposta tenha sido aceita no edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Municipal nº 162/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação antecedente a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou se conhecidos após o julgamento.

### 8. DOS RECURSOS E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os atos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no site eletrônico <https://www.gov.br/compras/pj-br> e/ou <http://www.mercedes.pr.gov.br/licitacoes.php> ou, ainda, presencialmente, no endereço sito no preâmbulo deste edital, em horário de expediente.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 05.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página | 19



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

das 7:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h.

8.11. Decididos os recursos, ou em não havendo o registro dos mesmos, efetuada a adjudicação e homologação do certame e inscrita a ata de registro de preços, se for o caso, será convocado o licitante vencedor para assinar o termo de contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deixar o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.11.1. O prazo constante do subitem 8.11 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

8.11.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato ou aceitar instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico (e-mail, por exemplo), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

### 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Consta infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva, ou;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. fraudar a licitação;

9.1.6. comportar-se de modo ilícito ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 05.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página | 20









## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133 de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelas seguintes e-mails: [e-mail:licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:e-mail:licitacao@mercedes.pr.gov.br). A manifestação poderá, ainda, ser dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### II. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento. Se se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (se adotado o meio) e endereço eletrônico <https://www.mercedes.pr.gov.br/>.

11.10.1. Por força do Decreto Municipal nº 175/2023, o Município de Mercedes optou por não aderir ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de sorte que todas as

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85988-100 - Mercedes - PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) - CNPJ 05.719.373/0001-23  
[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página | 23



## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

publicações que deveriam ser efetuadas no aludido meio deverão ser realizadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Mercedes, admitida a divulgação na forma de extrato, conforme preconiza o art. 176, parágrafo único, I e II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e o art. 2º do referido Decreto Municipal nº 175/2023.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.11.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar;

11.11.3. ANEXO III - Documento de Formalização de Demanda;

11.11.4. ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;

Município de Mercedes - PR, xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.

Laerton Weber  
PREFEITO



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº .....)

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição, baseada na Lei Complementar Municipal nº 073, de 04 de junho de 2024, e no Decreto Municipal nº 093, de 10 de junho de 2024 (política pública denominada "Compra Mercedes"), de carimbos e livros de protocolo para uso nas Secretarias e no Departamento de Contabilidade do Município de Mercedes/PR, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
01	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromática com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 60mm x 40mm - indicação: ideal para carimbos de até 8 linhas. Referência: Trodat printy 4927	259965	Und.	40	133,40	5.336,00
02	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromática com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 75mm x 38mm - indicação: ideal para carimbos de até 5 linhas. Referência: Trodat printy 4926	434453	Und.	11	152,48	1.677,28



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	R\$ Unit	R\$ Total
03	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromática com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 38mm x 14mm - indicação: ideal para carimbos de até 4 linhas. Referência: Trodat printy 4912	362783	Und.	12	43,33	519,96
04	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromática com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 47mm x 18mm - indicação: ideal para carimbos de até 5 linhas. Referência: Trodat printy 4912	362783	Und.	12	51,67	620,04
05	Livro de expediente protocolo de correspondência 1/4 e/ 100 folhas, Capa dura fabricada em papelão 0,705 grs, revestido em papel off-set, plastificado. Miolo: papel off-set. Formato aproximado 155 x 220 mm. Referência: Tilibra, São Domingos	402513	Und.	10	21,79	217,90

1.2. Havendo qualquer discordância entre a descrição e unidade de medida do CATMAT/CAISER e a do Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3258-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br  
Página 1 de 25

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3258-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br  
Página 1 de 25

Pag 165

Ass. [Assinatura]





# Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

constante no Termo de Referência.

1.3. Os bens objeto desta contratação não se enquadrarão como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadrará como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 037, de 24 de março de 2023.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Na(s) tabela(s) supra constam os preços unitários e totais máximos admitidos.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Topico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: <https://pncp.gov.br/app/pca/95719373000123/2026>

Data de publicação no PNCP: 29/05/2025;

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratada deve efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.2. A contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.3. A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos itens fornecidos;

4.4. A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos itens, sem qualquer ônus para a contratante;

4.5. Os itens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o volume conforme descrição, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.6. A entrega deverá ser efetuada no prazo de até 15 (dez) dias, contados da emissão da Ordem de Compra;

4.7. O fornecimento se dará de forma fracionada, de acordo com a demanda das Secretarias;

4.8. A entrega deverá ser efetuada junto ao Paço Municipal, situado na Rua Dr. Oswaldo Cruz,

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85908-100 – Mercedes – PR

e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 95.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)

Página | 27



# Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

nº 555, Centro, no Município de Mercedes/PR, em horário de expediente (de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00) ou em outro local eventualmente indicado na ordem de compra;

4.9. Verificadas irregularidades nos produtos entregues, a contratada deve realizar a substituição, no prazo de até 05 (cinco) dias, sem ônus à contratada;

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação, tendo em vista que se trata de processo licitatório com objeto de baixa complexidade.

## Sustentabilidade:

4.11. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.11.1. Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº 12.305/2010);

4.11.2. Redução, sempre que possível, do número de embalagens e preferência pela utilização de embalagens confeccionadas com materiais recicláveis.

## Subcontratação

4.12. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## Garantia da contratação

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## Benefícios para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

4.14. A licitação deverá ser destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que os itens e/ou grupos de itens não ultrapassarão o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4.15. Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 073, de 2024, do Decreto Municipal nº 093, de 2024, e da justificativa constante do Anexo Único, parte integrante deste Termo de Referência, a participação na licitação deverá ser exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte localizadas na região de Mercedes.

4.16. Ainda, deverá ser prevista prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local (Município de Mercedes), até o limite de 10% (dez) do melhor preço válido, nos termos do art. 30-A da Lei Complementar Municipal nº 012, de 2009, com a redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 073, de 2024.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do(a) emissão da Ordem de Compra, de forma parcelada, de acordo com a demanda das Secretarias.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: junto ao Paço Municipal, situado na Rua Dr. Oswaldo Cruz, nº 555, Centro, no Município de Mercedes/PR, em horário de expediente.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85908-100 – Mercedes – PR

e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 95.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)

Página | 28

Pag. 166

Ass. [Assinatura]





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

(de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00) ou em outro local eventualmente indicado na ordem de compra;  
**Garantia, manutenção e assistência técnica**  
5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anetadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### Fiscal do Contrato

- 6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 12 e seguintes).
- 6.8. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, própria todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 6.9. O fiscal do contrato auxiliará o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:
  - 6.9.1. esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
  - 6.9.2. expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços ou fornecimento;
  - 6.9.3. proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto no contrato;

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85981-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página | 29



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

em contrato;  
6.9.4. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

- 6.9.5. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- 6.9.6. proceder às avaliações dos serviços executados pela contratada;
- 6.9.7. determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 6.9.8. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- 6.9.9. determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- 6.9.10. receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 6.9.11. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- 6.9.12. verificar a correta aplicação dos materiais;
- 6.9.13. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- 6.9.14. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 6.9.15. propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- 6.9.16. Outras atividades compatíveis com a função.

- 6.10. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
  - 6.10.1. os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
  - 6.10.2. os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
  - 6.10.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
  - 6.10.4. a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
  - 6.10.5. o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
  - 6.10.6. a satisfação do público usuário.

- 6.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e sancionadoras, se for o caso;
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85981-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página | 30





## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

6.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### Gestor do Contrato

6.14. O gestor do contrato é o gerente funcional, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente (Decreto Municipal nº 032, de 24 de março de 2023, art. 11):

- 6.14.1. Analisar a documentação que antecede o pagamento;
  - 6.14.2. Analisar os pedidos de ressuposto econômico-financeiro do contrato;
  - 6.14.3. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
  - 6.14.4. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
  - 6.14.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, em especial constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração;
  - 6.14.6. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
  - 6.14.7. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no sistema do município, quando caber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
  - 6.14.8. Presenciar o termo de avaliação de contratos administrativos disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços;
  - 6.14.9. Inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
  - 6.14.10. Outras atividades compatíveis com a função.
- 6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (41) 3255-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 06.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 31



## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis justificadamente por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (41) 3255-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 06.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br

Página | 32

Page

168

Ass

Ass





## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à insatisfação do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Em todo caso, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir do afixação da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, conforme prevê o art. 10 do Decreto Municipal nº 043, de 24 de março de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA-IBGE de correção monetária.

### Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária (a critério do Município) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado. O contratado deverá informar ao Município de Mercedes eventual alteração dos dados bancários informados.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária, TED, DOC ou transferência bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85908-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.718.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br



## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.23.1. Nos termos do Decreto Municipal nº 128, de 18 de agosto de 2023, as notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Município a partir de 19 de outubro de 2023 deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF. O referencial normativo a ser utilizado, para identificação tanto do IRRF a ser destacado nas notas ou faturas como das hipóteses em que a retenção não será aplicável é a IN RFB 1234/2012 ou a que vier a substituí-la, devendo também ser utilizados os modelos de declarações dispostas na citada norma, conforme o caso. Embora a IN RFB 1234/2012 seja o referencial normativo para a retenção do imposto de renda incidente na fonte nas contratações do Município de Mercedes, os demais tributos tratados pela referida normativa federal – PIS, COFINS e CSLL – não serão objeto de retenção na fonte pelo Município, suas autarquias e fundações, não devendo ser objeto de destaque nas notas fiscais ou faturas.

### Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão de direitos creditícios, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JF-011, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85908-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 06.718.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br





## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

### menor preço por item.

#### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar as seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica (conforme o caso)

8.4. **Pessoa física:** cópia de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empresendador>

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa D8/EUM/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** assento do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone (41) 3250-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) - CNPJ 95.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página | 35



## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por seus administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.371,18 (oito mil, trezentos e setenta e um reais e dezesseis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

#### 10. ANÁLISE DE RISCOS.

10.1. A análise de riscos é dispensada nos termos do art. 7º, § 7º, do Decreto Municipal nº 031/2023, e do art. 2º, § 2º, do Decreto Municipal nº 042/2023, com base na seguinte hipótese:

( ) I - nas hipóteses dos incisos I (valor), II (valor), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergência e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (remanescente de obra), ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

( ) III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de seu fornecimento puder afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;

( X ) IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone (41) 3250-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) - CNPJ 95.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página | 36

Pag. 170

Ass. [Assinatura]



# Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

baixa complexidade.

10.1.1. Contratação de baixa complexidade, tendo em vista se tratar de simples entrega, de modo que, ainda que precedida de Estudo Técnico Preliminar, restou dispensada a elaboração da Análise de Riscos.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Mercedes.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.004.04.122.0003.2006 – Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

Elemento de despesa: 333903016

Fonte de recurso: 000, 510

02.007.10.301.0006.2027 – Gestão das Unidades de Atracção Básica.

Elemento de despesa: 333903016

Fonte de recurso: 494

## 12. DAVEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

12.1. Quanto à participação de empresas reunidas em consórcio, o artigo 15 da Lei nº 14.133/2021 permite a vedação, desde que devidamente justificada no processo licitatório.

12.2. Sobre esse assunto, o Tribunal de Contas da União – TCU – entende que o julgamento acerca da admissão ou não de empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto. Isto porque a formação de consórcio tanto pode se prestar a fomentar a concorrência (consórcio de empresas menores que, de outra forma, não participariam do certame), quanto a cercar-la (associação de empresas que, caso contrário, concorreriam entre si).

12.3. Compulsamos diversos julgados daquela Corte de Contas a respeito desse tema, notadamente os Acórdãos nº 22/2003 – Plenário; nº 1.094/2004 – Plenário e nº 2.295/2005 – Plenário, os quais, invariavelmente, chegaram às seguintes conclusões que servem de norte para a presente contratação:

12.3.1. A escolha no sentido de admitir, ou não, a participação de empresas organizadas em consórcio deve ser verificada caso a caso;

12.3.2. Tratando-se de objeto de pequeno vulto financeiro e baixa complexidade, a formação de consórcio pode ensejar redução no caráter competitivo, pois facilitaria que empresas, que seriam naturalmente competidoras entre si, acordessem para participar da licitação;

12.3.3. A participação de consórcios, dada a transitoriedade que lhe é peculiar, mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto certo e determinado no tempo, que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, a exemplo das grandes obras que demandam tecnologia sofisticada e restrita.

12.4. Diante de todo o exposto, optamos pela não permissão de participação de empresas

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 37



# Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

reunidas em consórcio, consoante os motivos a seguir expostos:

12.4.1. O objeto da presente contratação não envolve bens e serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;

12.4.2. Deve-se primar, no presente caso, pela ampla competitividade como forma de garantir a aquisição pretendida e a admissão de empresas em consórcio, dada a simplicidade do objeto, poderá cercar a concorrência;

12.4.3. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas na presente contratação não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na aquisição de serviços comuns, não sendo apropriada a exigência de formação de consórcio para essa finalidade;

12.4.4. Uma análise preliminar do mercado permite supor que as empresas do ramo conseguem fornecer o objeto do presente termo, sem a necessidade de formação de consórcio.

Mercedes/PR, em 08 de janeiro de 2026.

Camila Andressa Beyer  
Assistente Administrativa

Pag.  
171

Ass.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 05.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 38





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XX/2026

### ANEXO ÚNICO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Justificativa para implementação de política pública de compras locais e regionais e a utilização da exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte regionais e prioridade de contratação para aquelas locais, nas licitações promovidas pelo município de Mercedes, com amparo na Lei Complementar 123/2006, artigos 46 à 49, artigos 877/2016 e 2122/2019 do TCE/PR e Lei 14.133/2021, artigo 4º.

#### 1 - INTRODUÇÃO

O Município concentra seus esforços nesta política pública visando utilizar o poder das compras públicas municipais para alcançar os objetivos delineados pela Lei Complementar 123/2006, com foco no desenvolvimento econômico e social local e regional. Este esforço não é de hoje, como se vê no histórico que aparece mais abaixo.

Ao adotar essa abordagem, o Município acredita estar contribuindo significativamente para os propósitos estabelecidos pela Lei Complementar 123/2006, que incluem não apenas o fomento do desenvolvimento econômico e social em âmbito municipal e regional, mas também o aprimoramento da eficiência das políticas públicas e o estímulo à inovação tecnológica. A preferência por adquirir produtos e serviços de microempresas e empresas de pequeno porte locais não apenas impulsiona o crescimento econômico dessas empreendedoras, permitindo-lhes expandir, criar empregos e contribuir mais para os impostos, mas também gera um efeito positivo no retorno desses recursos aos cofres públicos. Isso, por sua vez, viabiliza novos investimentos em políticas públicas, promovendo maior inclusão social e melhoria de indicadores como o IDH e o IPDM, especialmente no que se refere às áreas de Renda, Emprego e Produção Agropecuária.

#### 2 - ANÁLISES E ESTUDOS QUE CORROBORAM COM A POLÍTICA PÚBLICA

2.1 - Um estudo publicado na revista "gestão e desenvolvimento em revista" do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Câmpus de Francisco Beltrão, demonstrou que as compras públicas efetuadas no próprio município contribuem para a elevação do IPDM (Índice Pontual de desenvolvimento municipal), no entanto este estudo, de autoria de Roger Alexandre Rossoni, demonstrou que esta elevação à época foi bastante limitada. Importante destacar que para esse estudo foram utilizados dados referentes às compras públicas dos municípios paranaenses em 2013. Por ser anterior à Lei Complementar 147/2014 e os importantes acordos 877/2016 e 2122/2019 do TCE-PR, os municípios, até aquela data, tinham utilizado apenas as possibilidades previstas na primeira edição da Lei Complementar 123/2006 e, mesmo assim a variação do IPDM foi positiva. Nesse mesmo estudo, o próprio autor, menciona a necessidade de um maior debate e da adequação da legislação vigente referente ao processo de licitação para que as compras públicas possam ser utilizadas como fator estratégico para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Isso reforça a justificativa para a implementação da política local, com legislação local suplementar, coadunada com as evoluções ocorridas de 2014 para cá.

2.2 - Dissertação apresentada como requisito para obtenção de título de Mestre pelo Programa de Mestrado Profissional em Administração pública (PROF/AP) da Universidade Federal de



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XX/2026

Rondônia, aponta o seguinte:

"Os pressupostos fáticos que defendem a priorização de agentes internos como propulsores do desenvolvimento local sustentam os argumentos deste estudo e endossam sua notoriedade. Compras públicas realizadas de pequenos fornecedores de regiões próximas à instituição contrinente favorece a geração de oportunidades de trabalho e renda para as comunidades locais e possibilita eliminar fontes de desperdícios de materiais. Por consequência, viabiliza-se maior eficiência no gasto público e viabilização empírica de um modelo sustentável de desenvolvimento." GILMAR ANTONIO LUCAS CHAPUIS - Porto Velho RO - 2019.

#### 3 - HISTÓRICO DO ESFORÇO NO MUNICÍPIO

Em 2009 o Município de Mercedes regulamentou o tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte, por meio da Lei Complementar Municipal nº 12/2009, que trouxe no capítulo destinado ao acesso a mercados uma política municipal preventivo, além do tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação federal: cadastro simplificado para MPPE; divulgação estratégica dos editais; simplificação nos processos e exclusividade para MPPE locais e regionais. Esse último benefício previsto no parágrafo primeiro do artigo 37, com a seguinte redação "Os processos licitatórios exclusivos poderão ser destinados unicamente as microempresas e empresas de pequeno porte locais, quando existentes em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, serem ampliados as microempresas e empresas de pequeno porte regionais".

Esta legislação foi aplicada por um período, tendo inclusive, no ano de 2011, uma representação apresentada ao TCE/PR, por empresa que se sentiu prejudicada em um dos editais, gerando o processo 66577/11 - TC, com despacho nº 895/2012 do Conselheiro Nestor Bapista - Corregedor Geral à época. Deste despacho destaca-se o seguinte:

A Diretoria de Contas Municipais do TCE/PR, por meio da instrução 1.547/11, destacou que a Lei Complementar nº 123/2006, que contém o Estatuto Nacional das Microempresas e da Empresa de Pequeno Porte, permitiria no Ente Público restringir a participação no certame apenas às micro e pequenas empresas sediadas localmente.

Afirma o Conselheiro Nestor Bapista que, como foi apontado na instrução acima mencionada, a Lei Complementar nº 123/2006 efetivamente permite a restrição questionada. Nos termos do art. 47 daquela Lei, nas contratações levadas a efeito pelos Entes Públicos poderá ser concedido tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, desde que objetivando promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

Lembra o Conselheiro, que Marçal Justen Filho já apontava para a possibilidade de adotar-se procedimento licitatório limitado à participação de micro e pequenas empresas localizadas na região ou no próprio município em que se dará a contratação, desde que isso se revele como instrumento adequado à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal ou regional.

Continua, mais adiante, citando trecho da obra: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª Ed., São Paulo: Dialética, 2009, P.86: "O direcionamento das licitações configura-se como um meio de promover a intervenção do Estado nos domínios econômico e social, inclusive para cumprir ao desígnio constitucional da redução das desigualdades regionais e





## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 33/2026  
Processo Licitatório nº 33/2026

da eliminação da pobreza". Descreve também que o mencionado autor conclui: "Por outro lado e tal como apontado em comentário ao artigo 47, inciso I, reputa-se cabível uma restrição ainda mais acertada, fundada em caráter geográfico. Isso pode-se admitir que os benefícios previstos nos incisos do artigo 48 sejam reservados exclusivamente para ME ou EPP estabelecida em certo Município ou Região, desde que a contratação seja um instrumento orientado a promover o desenvolvimento econômico e social."

O Conselho finaliza com o seguinte: "Diante disso, entendido pela validade da restrição geográfica questionada nesta representação, eis que adequada aos termos da Lei Complementar 123/2006. Diante disso, DEIXO DE RECEBER esta representação e determino o encerramento do presente processo."

No entanto com o advento da Lei Complementar nº 147/2014, que trouxe a possibilidade de aplicar prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais (parágrafo terceiro do artigo 48, LC 123/2006, introduzido pela LC 147/2014), a aplicação da restrição geográfica começou a ser questionada e o TCE/PR começou a manifestar no sentido de que essa aplicação gerava, no mínimo, insegurança jurídica. Com base nisso, não só o município de Mercedes, como outros da região, deixaram de aplicar a restrição geográfica que haviam iniciado.

Na sequência o município de Mercedes, com dívidas em relação à aplicação da prioridade local ou regional, encaminhou consulta ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que resultou no acórdão 877/2016.

No entanto foi somente em 2019, com o pré-julgado 27 que o TCE/PR se posicionou favorável à possibilidade de contratações exclusivas a microempresas e empresas de pequeno porte localizadas em determinada localidade ou região desde que, para atender peculiaridades do objeto ou os objetivos propostos pela Lei Complementar 123/2006, quais sejam: O desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal ou regional, o aumento na eficiência das políticas públicas ou o incentivo à inovação tecnológica.

Como visto acima o esforço do Município em implementar esta política pública não é recente, nem tampouco o debate e manifestação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná sobre esta possibilidade.

#### 4 – EMBASAMENTO LEGAL

No Brasil, as regras gerais para licitação e contratação de bens, serviços e obras estão previstas na Lei 14.133/2021, porém está contido no Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte um capítulo que trata de contratações públicas com aplicação de tratamento diferenciado e favorecido, garantido pela Lei 14.133/2021 em seu Art. 4º, assim como já garantia a Lei 8.666/93 em seu artigo Art. 50-A.

A Lei Complementar 123/2006, nos artigos citados pela Lei 14.133/2021 ao disciplinar tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte nas compras públicas, destaca três objetivos a serem perseguidos, quais sejam: a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação na eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação e tecnologia.

Traz os objetivos no texto da Lei, mencionando o âmbito municipal e regional, demonstra a

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3256-8000 – CEP 85908-100 – Mercedes – PR  
e-mail: [licitacoes@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacoes@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 06.719.373/0001-23  
[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página | 41



## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº 33/2026  
Processo Licitatório nº 33/2026

intenção do legislador em aumentar a participação das micro e pequenas empresas locais e regionais nas contratações públicas dos municípios.

De encontro com esta intenção, caminhou a Lei Complementar 147/2014 ao promover alteração na LC 123/2006, que possibilita, nas contratações em que estejam presentes os benefícios previstos nos incisos I a III do seu Artigo 48, justificadamente, dar prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.

Esta mesma Lei Complementar acrescentou o parágrafo único ao Artigo 47 da LC 123/2006, com a seguinte redação: "Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável a microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal." Esse parágrafo não só clarifica a obrigatoriedade de ofertar os benefícios previstos na referida Lei Complementar, pela unidade, estados, distrito federal e municípios, como autoriza os entes federados a legislarem de forma mais favorável as microempresas e empresas de pequeno porte.

Com o olhar voltado para esta "liberdade legislativa" e para o anseio de atender os objetivos propostos no Artigo 47 da LC 123/2006, já descritos acima, o Município de Mercedes se debruçou na criação do programa "Compra Mercedes".

O Tribunal de contas do estado do Paraná, por meio do acórdão 877/2016 se pronunciou no sentido de que se justifica a aplicação de tal prioridade, quando atendido pelo menos um dos objetivos previstos no Artigo 47 da Lei Complementar 123/2006, descritos acima.

Este mesmo acórdão esclarece que é discricionariedade do município definir a região para efeito do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar 123/2006, sendo assim, o Município de Mercedes por Lei Municipal define como Região o conjunto formado pelos municípios de Mercedes, Guaira, Terra Roxa, Nova Santa Rosa, Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado e Entre Rios do Oeste. Essa composição leva em consideração a região do Grande Rondon, estabelecida por Lei Municipal de Marechal Cândido Rondon, da qual o município de Mercedes faz parte, acrescentando-se os municípios de Guaira, Terra Roxa e Nova Santa Rosa, por serem limitrofes à Mercedes.

Quando constatado no planejamento da contratação, a impossibilidade de atender o inciso III do artigo 49 da LC 123/2006, a abrangência é estendida para a microrregião 022-IBGE, composta pelos municípios de Mercedes, Guaira, Terra Roxa, Palotina, Assis Chateaubriand, Jesuítas, Formosa do Oeste, Inacern do Oeste, Tupãssi, Toledo, São Pedro do Iguaçu, Osmo Verde do Oeste, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Maripá, Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste, São José das Palmeiras, Diamante do Oeste e Santa Helena do Oeste, o de número 2122/2019, o TCE/PR se pronunciou pela possibilidade de realizar licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas em determinado local ou região, em duas situações: 1- em virtude da peculiaridade do objeto a ser licitado ou; 2- para implementação dos objetivos propostos no artigo 47 da Lei Complementar 123/2006, desde que, contenha expressa previsão em lei local ou no instrumento convocatório e devidamente justificado.

A regulamentação local do tratamento previsto na Lei Complementar 123/2006, está prevista na Lei Complementar Municipal nº 12/2009, que define inclusive, os benefícios previstos para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas na Região e a prioridade de contratação para

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (41) 3256-8000 – CEP 85908-100 – Mercedes – PR  
e-mail: [licitacoes@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacoes@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 06.719.373/0001-23  
[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página | 42





## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XX/2026

MPE estabelecidas nos limites territoriais de município de Mercedes. Pesquisa com os potenciais fornecedores locais demonstrou a necessidade das ações de capacitação, sensibilização e aumento na divulgação previstas em decreto, executadas para atingimento dos objetivos da política pública.

Pesquisa junto ao mapa de empresas do ministério da economia demonstra que a região de Mercedes, como definida na Lei Complementar Municipal nº 12/2009, possui 465 CNAES (Atividades Econômicas) com no mínimo 03 (três) CNPJ ativos, que podem atender, portanto, o exigido no inciso II do artigo 49 da LC 123/2006. Se estendido para a microrregião 022 - IBGE, esse número passa para 694.

Para atender o disposto no inciso III do artigo 49 da LC 123/2006 o Município realiza pesquisa de preços conforme regulamento próprio, com base em cota de preços e considera que a contratação feita até o limite do preço de referência não infringe o inciso acima mencionado, tomando por base o entendimento do próprio governo federal.

### 5 - DO FOCO DAS CONTRATAÇÕES COM EXCLUSIVIDADE E PRIORIDADE

Ao realizar licitações destinadas exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte localizadas na região de Mercedes com prioridade de contratação, até o limite de 10% do melhor preço válido para aquelas localizadas no próprio Município, o Poder Público vislumbra atender os objetivos propostos pelo artigo 47 da Lei Complementar 123/2006. A justificativa sob a ótica de cada um destes objetivos segue abaixo:

#### 5.1 Promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional:

A Lei Complementar 123/2006 estratificou as empresas por porte e determinou que o tratamento diferenciado e favorecido previsto na nossa constituição federal de 1988, deve ser dado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Por isso iniciamos analisando o quantitativo destas empresas frente ao total de empresas existentes, tanto no município de Mercedes, quanto na Região prevista na Lei Complementar Municipal nº 12/2009.

Levantando os dados apresentados no mapa de empresas do Ministério da Economia, constata-se o expressivo percentual de MPE no universo de empresas ativas no município e na região. De acordo com o porte, temos a seguinte distribuição no município de Mercedes: 72,64% são microempreendedores individuais, 24,06% são microempresas e empresas de pequeno porte e apenas 3,30% são de outros portes. O município tem, portanto, 96,70% do total de empresas ativas, sendo classificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, incluindo os microempreendedores individuais, que de acordo com a legislação se enquadram como uma categoria de microempresa.

Na região, os números se aproximam aos do Município, conforme segue: 95,90% de microempresas e empresas de pequeno porte, incluindo os microempreendedores individuais e 4,10% de outros portes.

Dados obtidos no mapa de empresas do ministério da economia em abril de 2024.

LOCALIZAÇÃO	MEI (%)Qtd	MPE (%)Qtd	OUTROS PORTES (%)Qtd
-------------	------------	------------	----------------------

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 95.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br



## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XX/2026

Mercedes	72,64 616	24,06 204	3,30 28
Região	96,70 10.831	96,20 6.566	4,10 744

A importância das MPE atrelada ao tamanho do estado (Município e Região) enquanto agente consumidor, demonstra a potencialidade das políticas de vantagens para as empresas deste porte. É notório que uma política pública capaz de gerar momento no faturamento destas empresas significa propulsão para o seu desenvolvimento e, que esse desenvolvimento, incrementa a economia local e regional, gerando inúmeros benefícios sociais.

Sendo o poder público local o maior comprador, cabe a ele implementar ações que possibilitem elevar o valor das compras locais e regionais, que gera aumento no faturamento das MPE ali estabelecidas, atingindo o objetivo proposto do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.

Por outro lado, um estudo do SEBRAE, publicado pela Agência Brasil em 06 de Janeiro de 2023, apontou que em 2022 as MPE geraram quase 1,8 milhão de novos postos de trabalho. O número representa cerca de 73% do total de empregos gerados no país, que ficou na marca dos 2,5 milhões. A participação dos médios e grandes na geração de empregos ficou em 21,5%, com quase 530 mil contratações.

Os dados acima demonstram a importância das micro e pequenas empresas na geração de empregos e, portanto, no desenvolvimento social do estado do Paraná. Não foge desta realidade o município e a região de Mercedes.

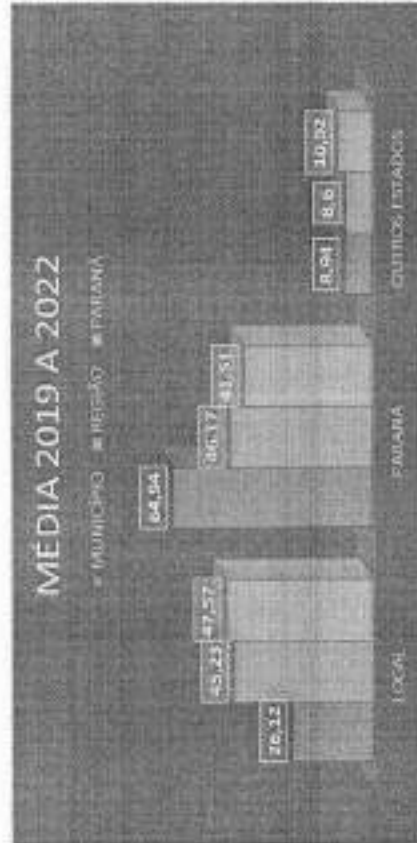
Somente com os dados acima já é possível afirmar que na medida que o poder público de Mercedes comprar mais de micro e pequenas empresas estabelecidas no município e na região, o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional será potencializado, porém outros dados merecem ainda serem considerados.

A comparação do percentual de compras efetuadas pelo município de Mercedes, nos anos de 2019 a 2022 (dados disponíveis no portal comprar.com.br), de empresas locais, com a média de compras locais realizadas pelos municípios da região oeste do Paraná e do estado do Paraná, mostra que a metodologia adotada pelo Município está permitindo uma criação de recursos bem acima da média, tanto regional quanto estadual, conforme mostra o gráfico abaixo:



## Município de Mercedes Estado do Paraná

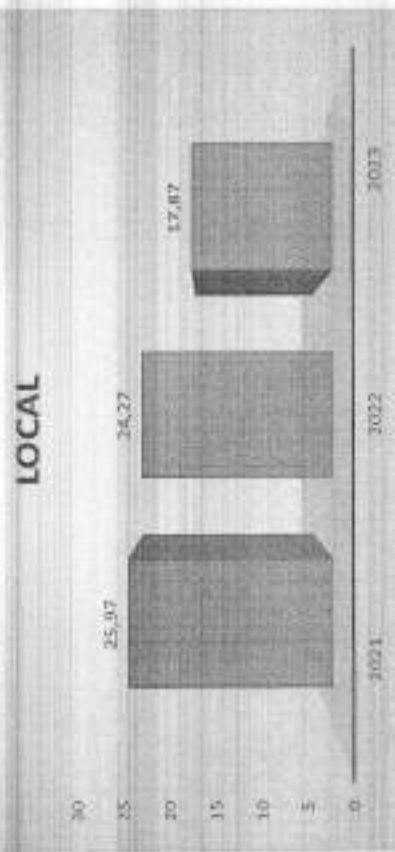
Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026



Fonte: [www.comprapre.com.br](http://www.comprapre.com.br)

Se, na média, os demais municípios da região e do estado estão conseguindo comprar mais localmente, se mostra possível que o município de Mercedes também consiga ampliar este percentual, aplicando política pública eficaz e, entre outras ações, limitando a abrangência de suas contratações.

Os números ficam ainda mais preocupantes, quando analisados o comportamento dos últimos 03 anos: em 2021 o município comprou 25,97% de empresas locais, em 2022 este número caiu para 24,27% e em 2023, despencou para 17,87%, segundo dados do portal [www.comprapre.com.br](http://www.comprapre.com.br)



O município não se sente no direito de se manter forte frente a esta situação. Manifesta-se em

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85968-100 – Mercedes – PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 95.715.373/0001-23  
[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)



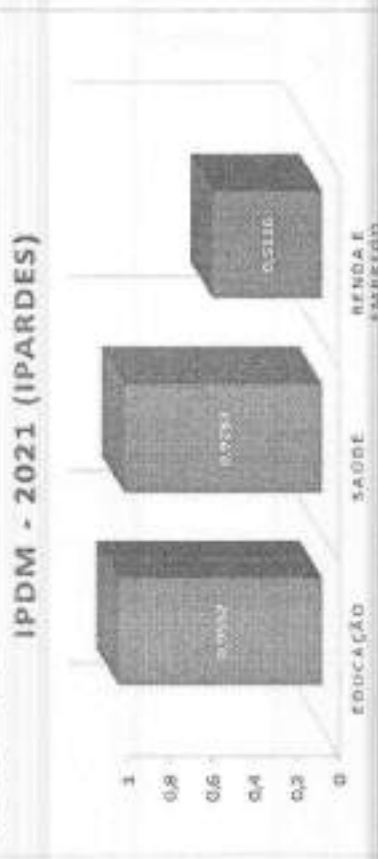
## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

a administração pública, por meio da implementação de política pública capaz de produzir resultados diferentes.

Nada melhor para verificar a necessidade de políticas públicas do que olhar para indicadores locais e regionais. O IPARDES publica anualmente o Índice Iparides de Desenvolvimento Municipal – IPDM, um índice que mede o desempenho dos 399 municípios do Estado do Paraná, considerando três dimensões: renda, emprego e produção agropecuária, saúde e educação. Sua elaboração se baseia em diferentes estatísticas de natureza administrativa, disponibilizadas por entidades públicas.

No Município de Mercedes encontramos uma exorbitante diferença entre os indicadores registrados nas dimensões Educação e Saúde, quando comparados com a dimensão Renda, emprego e produção agropecuária, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



A melhora desta dimensão, neste indicador, depende do aumento no faturamento dos negócios locais e do aumento na geração de empregos.

Não há uma receita pronta para aumentar a geração de emprego e renda no Município, porém alguns estudos demonstram que aumentar o faturamento das empresas gera aumento proporcional de empregos, como mostra um estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas em parceria com o Sebrae: "a cada R\$ 1 milhão de aumento no faturamento do grupo de empresas do Simples (de modo global) são criados, em média, 16 novos empregos. Quando observados setores como Construção Civil e Comércio, os números são ainda mais representativos, com 21 e 20 novos empregos, respectivamente. "O Simples devolve para a sociedade o tratamento diferenciado destinado aos pequenos negócios. Priorizar as empresas do Simples e manter esse sistema vale a pena", pontua Délio Lima."

A exame com em 06 de janeiro de 2023 (<https://exame.com/economia/micro-e-pequenas-empresas-furam-responsaveis-por-935-dos-empregos-em-novembro-de-2022/>), apresentou forte poderio das micro e pequenas empresas na geração de empregos:

"Estudo realizado pelo Sebrae com base em dados disponibilizados pelo novo Cadastro Geral de

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85968-100 – Mercedes – PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 95.715.373/0001-23  
[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

*Empregados e Desempregados (Caged) aponta que as micro e pequenas empresas (MEPE) foram responsáveis, em novembro de 2022, por 93,5% dos empregos formais gerados no país. Segundo o levantamento, foram criados 135 mil postos de trabalho no mesmo período. Desde janeiro, 126 mil vagas estavam entre as pequenas negócios, o que corresponde a 93,5% das novas vagas.*

*"O destaque ficou para o setor de comércio das Micro e Pequenas Empresas que foi o grande gerador de empregos, com 84 mil postos criados. O saldo se deve, principalmente, em razão das festas de final de ano. Já o setor de Serviços, principal responsável pela geração de emprego ao longo do ano, ficou em segundo lugar com 53 mil vagas de trabalho."*

O Município, utilizando o seu poder de compras, deseja aumentar o faturamento destas micro e pequenas empresas, comprando o que já compra, gastando o que já gasta, priorizando as compras locais e estabelecendo como critério para participação nos certames a necessidade de estarem sediadas em um dos municípios que compõe a sua região, quando aplicados os benefícios previstos nos incisos I a III do Artigo 48 da Lei Complementar 123/2006.

### 5.1.1 - A eficácia demonstrada no caso real de Londrina PR:

Os dados abaixo constam de estudo técnico do Programa Compra Londrina realizado em 2021, pela Prefeitura Municipal de Londrina, Universidade Estadual de Londrina e NIGEP-FAUEL.

Síntese dos impactos das compras públicas locais efetuadas pela Prefeitura Municipal de Londrina tendo como base 2019, quando foram homologados pregões no valor total de R\$ 53.507.841,75 com empresas londrinenses. Este montante homologado não reflete o valor necessariamente executado.

Por isso a partir do valor de R\$ 53,5 Milhões, são apresentados, na tabela abaixo, quatro cenários sendo: a execução de 100%, 75%, 50% e 25% do valor homologado.

	100%	75%	50%	25%
Geração de Emprego (unidade)	993,33	744,99	496,66	248,33
Geração de Remuneração (R\$ Milhões)	8,57	6,42	4,28	2,14
Geração de Trabalho (R\$ Milhões)	12,48	9,37	6,25	3,13
Geração de Micro Empresas (unidade)	140,73	105,54	70,36	35,18
Geração de Pequenas Empresas (unidade)	25,15	18,86	12,57	6,29

Fonte: Elaboração Própria, com dados de Sisco, Irens e Nevins (2016)

No cenário mais otimista (considerando 100% do valor executado) seriam gerados por meio das compras públicas mais de 400 empregos, mais de R\$ 8 Milhões de reais em remuneração para trabalhadores e mais de R\$ 12 Milhões em tributos. Além disso, potencialmente seriam abertas 140 MEs e 25 EPPs, segundo os dados da Matriz Insumo-Produto.

Já no cenário mais pessimista (25%) verifica-se que seriam gerados pelo menos 100 empregos, R\$ 2,14 Milhões em remunerações para os trabalhadores, R\$ 3,12 Milhões em tributos e abertura de 35 MEs e de seis EPPs.

Os dados originados da Matriz Insumo-Produto consolidam os impactos favoráveis ao



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

Programa Compra Londrina quanto ao fomento à compra local, demonstram a importância da relação entre empresas londrinenses e a Prefeitura de Londrina e ampliam os potenciais efeitos desta relação na política de desenvolvimento socioeconômico do município.

### 5.1.2 – Programa Compra Marechal:

Em 2023 o município de Marechal Cândido Rondon, vendo que o percentual de compras locais despendeu de 42,47% em 2017 para 24,45% em 2022, implementou programa denominado de Compra Marechal, realizando licitações exclusivas para empresas sediadas nos municípios que compõe a região do Grande Rondon (Mercedes faz parte), com prioridade de contratação para as sediadas naquele Município. Os resultados já começaram a aparecer e o percentual de compras locais, subiu para 27,56% no ano de 2023.

Destaca-se que o Programa Compra Marechal, possui os mesmos fundamentos e forma de operacionalização semelhante ao Programa Compra Mercedes, cabendo ressaltar que o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 4ª Câmara Cível, se pronunciou em Agravo de Instrumento (recurso 0014461-53/2023.8.16.0000), promovido por empresa que se sentiu prejudicada pela restrição geográfica em um dos certames, da seguinte forma: "Entende-se, portanto, em exame preliminar que não parecem estar presentes no

caso as ilegalidades apontadas pela parte insurgente, uma vez que a restrição de participação exclusiva de ME's e EPP's encontra fundamento legal, sendo que um dos escopos almejados com a legislação em análise consiste justamente no "desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional", com o que parece se esboçar a limitação regional."

Neste mesmo certame, houve manifestação também do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em que menciona: "Em análise, cumpre consignar que, a princípio, a regulamentação legal para a contratação exclusiva de micro empresa e empresa de pequeno porte restaram observadas, e estando devidamente motivada a restrição geográfica, nos termos da fundamentação acima, o fato não merece ser revisto."

Ainda nesse certame, a mesma empresa buscou suspender o processo por meio de mandado de segurança civil (processo 0001577-44/2023.8.16.0112), sobre o qual o Poder Judiciário do Estado do Paraná, Comarca de Marechal Cândido Rondon, Voto da facção pública de Marechal Cândido Rondon – PROJUDI, assim se pronunciou: "Verifica-se, portanto, que a limitação geográfica inserida no edital de licitação não se ampara em lei municipal, foi justificada de forma razoável, não sendo possível concluir, em am juízo preliminar, na existência de forma suficientemente relevante para suspender o ato impugnado. Assim, não vislumbro, em sede de cognição sumária, a ocorrência de ilegalidade apta ao deferimento da liminar pretendida."

### 5.2 - Ampliação da eficiência das políticas públicas:

Investir recursos públicos na economia local, por meio das contratações, prescreve retorno de parte deste recurso nos próprios cofres públicos, por meio dos tributos que são gerados diretamente pela atividade ou de forma indireta pela geração de empregos e o consumo dos salários pagos. Isso





## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2016  
Processo Licitatório nº XXX/2016

é comparável a um desconto obtido na contratação, indo de encontro ao princípio da eficiência na administração pública do Município.

Por outro lado, o Município observa a mudança de paradigma que vem acontecendo nas últimas décadas, destacando-se a LC 123/2006, que permitiu/estipulou tratamento diferenciado e favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas, a Lei 12.349/2010, que incluiu a promoção do desenvolvimento nacional sustentável como uma das finalidades da licitação pública, a LC 147/2006, que ampliou as exigências de se aplicar os benefícios e retirar limites antes existentes. As contratações públicas estão deixando de ser apenas um meio de adquirir bens, mercadorias e serviços para execução de suas políticas públicas, ganhando status de política pública capaz de gerar desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, ampliar a eficiência das políticas públicas e fomentar a inovação e a tecnologia. Esta mudança converge no sentido de que a eficiência nas contratações públicas não pode ser vista somente sob o prisma da economicidade, mas também da qualidade, da celeridade e do atendimento aos objetivos propostos pela LC 123/2006.

De forma empírica, a equipe interna da administração pública municipal, abarcadas as áreas demandantes, de compras e licitação, apontam para aumento na qualidade e celeridade, esta última, principalmente na entrega dos produtos adquiridos, quando os processos licitatórios são vencidos por empresas locais ou regionais.

A eficiência de uma política pública não deve ser medida com a mesma régua que se mede a eficiência de mercado. Uma contratação assegurada por uma política pública de desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional precisa levar em consideração o impacto gerado a esse desenvolvimento pretendido.

Outras políticas públicas tem sua eficiência aumentada com as contratações locais e regionais, como por exemplo:

### 5.2.1 - Sala do Empreendedor:

Com o objetivo atender os microempreendedores individuais e formalizar os pequenos negócios informais do Município, foi inaugurada no ano de 2017 a Sala do Empreendedor. A Sala presta serviços destinados aos Microempreendedores Individuais, como: formalização, emissão do certificado de condição de MEI, alteração de dados, orientação do boleto mensal Das, solicitação e emissão de nota fiscal, declaração anual, informações para contratação de funcionário, emissão de certidões negativas, orientação ao microcrédito, consultorias, palestras, cursos gratuitos, entre outros assuntos relativos à atividade e porte do empreendedor.

De 2017 até a presente data a Sala do Empreendedor do município de Mercedes é reconhecida com selo ouro em referência de atendimento.

A quantidade expressiva de microempreendedores individuais (72,64% dos CNPJ ativos no Município), demonstram que a sala está atendendo a demanda local em formalização dos pequenos negócios.

A ampliação da eficiência desta política pública (Sala do Empreendedor) se demonstra na possibilidade que o MEI, com o acréscimo no seu faturamento, impulsionado pelas vendas ao setor público, ultrapassar o valor permitido para esta categoria e ascender para uma faixa superior de classificação empresarial.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 06.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br  
Página | 49



## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2016  
Processo Licitatório nº XXX/2016

Desta forma a política pública implementada pela Sala do Empreendedor tem sua eficiência aumentada com a implementação do Programa Compra Mercedes.

### 5.2.2 - Política de arrecadação tributária:

O retorno de parte do valor investido nas contratações públicas para o orçamento do Município, por meio de receitas tributárias, quando as compras são realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte locais.

Para exemplificar o reflexo na arrecadação tributária, se faz necessário dispor sobre a metodologia de tributação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Estas empresas são tributadas pelo SIMPLES NACIONAL, que adota alíquotas progressivas em função do faturamento mensal, considerando a média de faturamento dos últimos 12 meses. Dessa forma uma microempresa do comércio é tributada pela alíquota de 6,0% até o limite de faturamento de R\$180.000,00 por ano. A partir daí aplica-se alíquota progressiva.

Tomando por base o faturamento de R\$ 180.000,00 em doze meses temos uma média de R\$ 15.000,00 por mês, sobre o qual incidem 6,0% a título de simples nacional.

Se esta mesma microempresa incrementar seu faturamento vendendo para o poder público de modo a atingir a média de R\$ 25.000,00, sua alíquota real passará para 8,08%.

O relevante é que esta nova alíquota não se aplica apenas para as vendas realizadas para o poder público, mas sim sobre todo o seu faturamento, ocasionando assim um aumento considerável na arrecadação de tributos, não só ao município, mas também ao estado e à União.

Por outro lado, quando um MEI, do comércio, que foi formalizado e apoiado pela Sala do Empreendedor (política pública do Município), vender ao Município com os benefícios do Programa Compra Mercedes (política pública do Município) e, em função disso, ascender à primeira faixa do simples nacional, por ser extrapolado o faturamento permitido para a categoria de Microempreendedor Individual, deixará de ser isento de impostos federais e de recolher um valor ínfimo de ISSQN e ICMS e passará a recolher o simples nacional pela alíquota de 6% sobre o seu faturamento total.

Os exemplos acima clarificam a ampliação na eficiência da política pública de arrecadação tributária, que em um olhar mais amplo, nos permite enxergar novas políticas públicas sendo implementadas em favor da população local e regional. De forma indireta, diminui também o custo de aquisição, conforme já mencionado acima, aumentando a eficiência das compras.

### 5.3 - Incentivo à inovação tecnológica:

O incentivo à inovação tecnológica, se dá com certeza em vários formatos, alguns de forma até insensível, no entanto observa-se uma ligação bastante estreita da inovação tecnológica com algumas atividades empresariais específicas, ligadas à informática, software, comunicação e tecnologia da informação.

O Município, figurando como grande comprador local, ao priorizar as compras destes produtos e serviços de empresas estabelecidas em seu território ou na região, está contribuindo para o seu crescimento e fomentando a inovação tecnológica local e regional, atendendo assim um dos objetivos previstos no Artigo 47 da Lei Complementar 123/2006.

A quantidade de empresas que atuam nestas atividades é bem expressiva conforme tabela abaixo:

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 06.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br  
Página | 50

Par. 777

Ass.





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

ATIVIDADE	CNPJ ATIVOS	
	REGIÃO MERCEDES	MICROREGIÃO 022 - IBGE
Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	74	260
Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	50	209
Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	77	203
Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	24	104
Treino em informática	9	79
Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	16	79
Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	9	59
Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	9	53
Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na Internet	13	44
Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente	10	39
Consultoria em tecnologia da informação	8	31
Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis	4	22
Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	3	20
Comércio atacadista de equipamentos de informática	10	13
Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na Internet	4	11
Reserva de circuitos para equipamentos de informática	4	11
Provedores de acesso às redes de comunicações	6	10
Serviços de telefonia fixa comutada - STFC	7	9
Salas de acesso à Internet	0	9
Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	0	7

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone (41) 3256-8000 - CEP 84998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 06.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página | 51

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

Web design	1	5
Reprodução de software em qualquer suporte	0	3
Fabricação de equipamentos de informática	0	3
Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	0	3
Serviços de telecomunicações por fio não especificados anteriormente	2	2
Telefonia móvel celular	1	1
Manutenção de estações e redes de telecomunicações	0	1
Construção de estações e redes de telecomunicações	0	1
Comércio atacadista de suprimentos para informática	0	1
TOTAL	336	1.292

Fonte: Mapa de empresas do ministério da economia, em 12 de abril de 2024.

### 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia de realizar licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas na região de Mercedes encontra amparo na legislação descrita na fundamentação legal, em especial, no acórdão 2122/2019 do TCE/PR que conclui "ser possível, mediante expressa previsão em lei local ou no instrumento convocatório, realizar licitações exclusivas à microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas em determinado local ou região, em virtude da peculiaridade do objeto a ser licitado ou para implementação dos objetivos propostos no art. 47, Lei Complementar nº 123/2006, desde que, devidamente justificado".

É objetivo desta política pública ir de encontro com este pronunciamento e utilizar o poder de compras do Município para fomentar a economia local e regional, com base no atendimento aos objetivos propostos na Lei Complementar 123/2006, quais sejam: O desenvolvimento econômico e social no âmbito Municipal e Regional, o aumento na eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação e a tecnologia.

Observe-se que o enunciado do Objeto constante no Artigo 47 da Lei Complementar 123/2006, quando cita o desenvolvimento econômico e social, faz referência ao âmbito Municipal e Regional. A definição de região feita por Lei Municipal, atende a orientação dada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio do Acórdão 877/2016, que se posiciona pela discricionariedade do Município em fazer tal definição, sendo que o Município entende como sendo a melhor estratégia estabelecer a sua região por Lei Municipal, obedecendo os princípios constantes do Acórdão acima mencionado, tomando por base a região já criada pelo município de Marechal Cândido Rondon em que o Município de Mercedes está inserido e acrescer os demais limites, prevento uma segunda alternativa para as atividades que não atendam o inciso III do artigo 49 da LC 123/2006, observando neste caso a microregião 022 - IBGE, conforme previsto na Lei Complementar Municipal nº 12/2009.

O incentivo à participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte estabelecidas no

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone (41) 3256-8000 - CEP 84998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 06.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página | 52

Pag. 178

Ass. [Assinatura]





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

Município nos licitações se dará pela aplicação da Prioridade em até 10% do melhor preço válido, conforme prevista no parágrafo terceiro do artigo 48 da Lei Complementar 123/2006.

A fundação legal está no tratamento favorecido para microempresas e empresas de pequeno porte previsto nos artigos 170 e 179 da Constituição Federal de 1988, na Lei Complementar 123/2006, na nova Lei de Licitações que prevê a aplicação do previsto nos artigos 42 a 49 da LC 123/2006, nos acordos 877/2016 e 2122/2019 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e na legislação municipal.

O corpo desta justificativa demonstra, de forma bem fundamentada, a possibilidade de atingir os objetivos previstos no Artigo 47 da Lei Complementar 123/2006.

Por fim, o aumento no faturamento das microempresas e empresas de pequeno porte, motivado pela maior participação nas contratações do Município, resulta em geração de novos postos de trabalho, aumento na produção de riqueza local e na arrecadação tributária, melhorando as condições do poder público para oferecer serviços essenciais para a população de Mercedes.



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

### ANEXO II

#### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**Objeto:** Aquisição de carimbos e livros de protocolo para uso nas Secretarias e no Departamento de Contabilidade do Município de Mercedes/PR.

#### INFORMAÇÕES BÁSICAS

Núncio do Processo Administrativo:

Área Requisitante: Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

Conforme a Lei nº 14.133, de 2021, o Estado Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Neste sentido, o presente documento contempla estudos para a contratação de solução que atenda à necessidade especificada no documento de formalização da demanda anexo, e tem por finalidade está-la detalhadamente e identificar a melhor solução existente no mercado para supri-la, em conformidade com as normas e princípios que regem a Administração Pública.

#### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

A presente aquisição justifica-se pela necessidade de aprimorar o controle, a transparência e a segurança do sistema de pagamentos do Município.

Atualmente, não existe controle formal da tramitação dos documentos fiscais encaminhados ao Departamento de Contabilidade para fins de liquidação. Esta ausência de controle torna o sistema frágil e suscetível a extravios de documentos, o que pode comprometer a tempestividade dos pagamentos. Com a implantação dos livros de protocolo, cada documento fiscal terá seus informações devidamente registradas, bem como a secretaria de origem, permitindo o rastreamento da nota fiscal, a identificação dos responsáveis pelo encaminhamento e do servidor que recebeu os documentos na contabilidade. Dessa forma, será instituído um controle rigoroso e seguro sobre a tramitação dos documentos fiscais.

O fornecimento de carimbos personalizados, por sua vez, será destinado ao atesto do recebimento definitivo de bens e serviços pelas secretarias. Os carimbos serão utilizados para identificação e assinatura dos fiscais de contratos, responsáveis por acompanhar a execução dos instrumentos contratuais e atestar tal acompanhamento no verso do documento fiscal. Também serão empregados para o atesto do recebimento e para a autorização de liquidação e pagamento pelo ordenador de despesas. Essa prática visa assegurar que todo documento fiscal encaminhado à Contabilidade tenha, obrigatoriamente, passado pelo fiscal do contrato e pelo ordenador de despesas, impedindo que fornecedores entreguem notas fiscais diretamente à Contabilidade os que sejam realizados pagamentos por produtos ou serviços em desacordo com o contrato, ou que sequer tenham sido efetivamente recebidos pelas secretarias.



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

Além disso, faz-se necessária a aquisição de carimbos para a Secretaria Municipal de Saúde, em razão da contratação de novos servidores por meio do Concurso Público nº 001/2025, cuja homologação está prevista para dezembro de 2025. Esses profissionais necessitam de carimbos para assinatura de receitas e prescrições de tratamentos, bem como para o registro e atestado de atendimentos em fichas próprias, devendo constar, obrigatoriamente, o número de seus registros nos respectivos conselhos de classe.

### 2. ALINHAMENTO COM PCA

**Fundamentação:** Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (inciso II do § 1º da Lei nº 14.133, de 2021).

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PWC: <https://pwc.gov.br/aplicacao/95719373/000123/2026>

Data de publicação no PWC: 29/05/2025.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade (inciso III do § 1º da Lei nº 14.133, de 2021).

A contratada deve efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhando da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

A contratada deve responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos itens fornecidos;

A contratada deverá arcar com todos as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos itens, em qualquer fase para a contratação;

Os itens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o volume conforme descrição, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

A entrega deverá ser efetuada no prazo de até 15 (dez) dias, contados da emissão da Ordem de Compra;

O fornecimento se dará de forma fracionada, de acordo com a demanda das Secretarias;

A entrega deverá ser efetuada junto ao Paço Municipal, situado na Rua Dr. Osvaldo Cruz, nº 553, Centro, no Município de Mercedes/PR, em horário de expediente (de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00) ou em outro local eventualmente indicado na ordem de compra;

Verificadas irregularidades nos produtos entregues, a contratada deve realizar a substituição, no prazo de até 05 (cinco) dias, sem ônus à contratada;

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3258-8000 – CEP 85968-100 – Mercedes – PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 95.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página | 55



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

Não haverá exigência da garantia da contratação, tendo em vista que se trata de processo licitatório com objeto de baixa complexidade.

### 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E CLASSIFICAÇÃO

**Fundamentação:** Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala, (inciso IV do § 1º da Lei nº 14.133, de 2021).

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromática com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 60mm x 40mm – indicação ideal para carimbos de até 8 linhas. Referência: Trodat printy 4927	Unid	40
02	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromática com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 75mm x 38mm – indicação ideal para carimbos de até 5 linhas. Referência: Trodat printy 4926	Unid	11
03	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromática com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 38mm x 14mm – indicação ideal para carimbos de até 4 linhas. Referência: Trodat printy 4911	Unid	12
04	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromática com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 47mm x 18mm – indicação ideal para carimbos de até 5 linhas. Referência: Trodat printy 4912	Unid	12

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3258-8000 – CEP 85968-100 – Mercedes – PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 95.719.373/0001-23

[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Página | 56

Pag. 180

Ass. [Assinatura]





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
05	Livro de expediente protocolo de correspondência 1/4 e/ 100 folhas. Capa dura fabricada em papelão 0,705 grs, revestido em papel off-set, plastificado. Modelo papel off-set. Formato aproximado 155 x 220 mm. Referência: Tilibra, São Domingos	Unid	10

Classificação dos bens/serviços:

( X ) Comuns. ( ) Especiais.

( ) Continuada. ( X ) Não continuada.

Justificativa: Trata-se de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. O fornecimento pretendido não é considerado continuado, uma vez que não se presta a manutenção da atividade administrativa, não decorrendo de necessidades permanentes ou prolongadas.

### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Identificação das soluções

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Aquisição de materiais de papelaria e serviços gráficos
2	Substituição de materiais físicos por soluções tecnológicas

Análise comparativa de soluções

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se Aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
A Solução atenderá as expectativas da Administração?	Solução 1	X		
	Solução 2	X		
A solução pode ser implantada imediatamente, após aquisição?	Solução 1	X		
	Solução 2		X	
A Solução trará economia para a Administração?	Solução 1	X		
	Solução 2		X	
A Solução é de fácil implementação, permitindo, sua operacionalização por todos os operadores de despesa?	Solução 1	X		
	Solução 2		X	

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página | 57



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

Análise comparativa das soluções

Inicialmente, cabe pontuar que a demanda a ser atendida é, de forma geral, a necessidade de melhorar os controles internos do município, tornando o sistema de pagamentos mais robusto, seguro e eficiente.

Da análise das soluções existentes no mercado para o atendimento à demanda acima descrita, constata-se que uma alternativa seria a substituição dos materiais físicos por soluções tecnológicas, por fluxos de pagamentos digitais e assinaturas de recibos e promissórias digitalmente.

A solução em questão, além de proporcionar a redução do consumo de papel e outros materiais físicos, contribuindo para a sustentabilidade, resulta na melhoria da eficiência dos processos administrativos.

Em contrapartida, representa um alto dispendio financeiro para a personalização do sistema para tal tipo de trâmite. Além disso, para a eficiência da implementação, há a necessidade de grande infraestrutura tecnológica, treinamento para os servidores, aquisição de certificados digitais e uma grande extensão de tempo para desenvolvimento, implantação e treinamento. Assim, conclui-se que, ainda que possível tecnicamente, a solução não se mostra viável neste momento, tendo em vista seu custo elevado, bem como o tempo necessário para sua plena implantação.

Por outro lado, a aquisição de cartões e livros de protocolo, embora apresente menor durabilidade, possibilita economia à Administração Pública, em razão da facilidade, agilidade de implantação e ampla disponibilidade para aquisição dos itens, além de que estes, indiscutivelmente, atendem às necessidades do Município, não sendo necessárias maiores medidas corretivas.

### 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação caso (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Estimativa do valor da contratação

Valor estimado da solução escolhida: R\$ 8.371,18 (oito mil, trezentos e setenta e um reais e dezoto centavos)

Parâmetros utilizados: para formação do preço máximo da contratação, foram obtidos orçamentos junto à empresas do ramo, pesquisas na internet, além de ter sido utilizado preços praticados em aquisição similar feita pela Administração Pública do Município do próprio Município de Mercedes no mesmo ano.

Em observância ao disposto no art. 2º, §3º do Decreto nº 36/2022, o qual disciplina a pesquisa de preços em âmbito municipal, justifica-se que, em determinados itens, foram constatadas discrepâncias de preços que, no entanto, se devem a fatores como o porte das empresas que forneceram orçamentos. Além disso, é comum que em processos licitatórios ocorra a diminuição do valor no momento da adjudicação, motivo pelo qual os preços decorrentes da contratação de outro Município são inferiores aos demais.

Metodologia utilizada: realização de média entre os valores obtidos.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página | 58





## Município de Mercedes

### Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XX/2026

#### **POLÍTICA PÚBLICA DENOMINADA "COMPRA MERCEDES"**

Com base na estimativa do valor da contratação e em consulta realizada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Emprego (anexo), a licitação deverá ser destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que os itens e/ou grupos de itens não ultrapassaram o montante de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Nos termos da Lei Complementar Municipal nº 073, de 2024, do Decreto Municipal nº 093, de 2024, e da justificativa constante de seu Anexo Único, a participação na licitação deverá ser exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte localizadas na região de Mercedes, atestando-se que, mediante pesquisa efetuada, a restrição geográfica não resultará em preço superior ao valor estabelecido como referência.

Ainda, deverá ser prevista prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito local (Município de Mercedes), até o limite de 10% (dez) do melhor preço válido, nos termos do art. 50-A da Lei Complementar Municipal nº 012, de 2009, com a redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 073, de 2024.

#### **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**Fundamentação:** Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionais à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133, de 2021).

Finalizada a análise comparativa entre as alternativas existentes no mercado, constatou-se que a aquisição mediante a realização de Pregão Eletrônico se mostrou mais vantajosa. Isso porque, além de oferecer economia e competitividade, a referida solução garante a qualidade dos itens e a escolha da proposta mais vantajosa. Além disso, trata-se de solução eficiente, transparente e adaptável às necessidades da Administração Pública Municipal, garantindo o fornecimento adequado dos itens necessários ao pleno funcionamento do serviço público.

#### **8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO**

**Fundamentação:** Justificativas para o parcelamento ou não da contratação, se aplicável. (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Na presente aquisição, verificou-se que a adjudicação do objeto em itens, em observância ao princípio do parcelamento previsto no art. 47, inciso II da Lei nº 14.133/21, é tecnicamente viável e economicamente vantajosa, na medida que proporciona redução de custos e ampliação da competição.

#### **9. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**Fundamentação:** Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. (Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Pretende-se, com a presente aquisição, garantir a eficiência e segurança do sistema de pagamentos e melhorar seus controles internos e de permitir aos profissionais de saúde assinarem prescrições feitas manualmente que não sejam emitidas de forma digital.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85808-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página | 59



## Município de Mercedes

### Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XX/2026

#### **10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO**

**Fundamentação:** Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).  
Não foram identificadas providências prévias necessárias ao contrato.

#### **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

**Fundamentação:** Contratações correlatas e/ou interdependentes. (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).  
Não há.

#### **12. IMPACTOS AMBIENTAIS**

**Fundamentação:** Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refulgidos, quando aplicável; (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Os impactos ambientais podem ser caracterizados como as alterações no ambiente geradas por ações humanas, podendo estas ser positivas ou negativas. Na presente aquisição, verificou-se que poderão ser gerados impactos negativos decorrentes do processo de confecção dos materiais, bem como da entrega. Diante disso, a fim de mitigá-los, deverão ser adotadas as seguintes medidas: Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº 12.305/2010);

Redução, sempre que possível, do número de embalagens e preferência pela utilização de embalagens confeccionadas com materiais recicláveis.

#### **13. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Fundamentação:** Nos termos do art. 40, II, da Lei nº 14.133, de 2021, as compras deverão ser processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente. As hipóteses de utilização do registro de preços existem nos incisos do art. 64 do Decreto Municipal nº 034, de 2023.

( ) Deverá ser adotado o sistema de registro de preços.

(X) Não deverá ser adotado o sistema de registro de preços conforme justificativa.

#### **Justificativa para não adoção do sistema de registro de preços:**

A não adoção do sistema de registro de preços no presente processo justifica-se tendo em vista que o objeto é de fornecimento em curto prazo de tempo, com quantitativos definidos de acordo com a necessidade, tornando desnecessária sua adoção.

#### **14. POSICIONAMENTO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**Fundamentação:** Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021).

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85808-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página | 60



## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

**Posicionamento conclusivo:** A contratação é viável, além de necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração.

**Classificação:** Por fim, considerando as informações levantadas, os responsáveis pela elaboração entendem que o ETP e o orçamento estimado da contratação devem ser classificados como não sigilosos, nos termos da Lei nº 12.527/2011 e da Lei nº 14.133/2021.

Mercedes, 08 de janeiro de 2026.

**Edson Knaut**  
**SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO,  
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**



## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

### ANEXO III

#### DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

<b>Órgão:</b> Município de Mercedes
<b>Setor requisitante:</b> Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças
<b>Responsável pela Elaboração do Documento:</b> Everton Santana Gomes
<b>E-mail:</b> contabilidade@mercedes.pr.gov.br <b>Telefone:</b> (41) 3256-8025
<b>1. Objeto (o que - descrição sucinta):</b> Aquisição de carimbos e livros de protocolo para uso nas Secretarias e no Departamento de Contabilidade do Município de Mercedes/PR.
<b>2. Justificativa da necessidade da contratação (descrever a situação de fato que motiva a contratação, por que o objeto é necessário e como ele vai atender a demanda existente):</b> A presente aquisição justifica-se pela necessidade de aprimorar o controle, a transparência e a segurança do sistema de pagamentos do Município. Atualmente, não existe controle formal da transição dos documentos fiscais encaminhados ao Departamento de Contabilidade para fins de liquidação. Essa ausência torna o sistema frágil e suscetível a extravios de documentos, o que pode comprometer a tempestividade dos pagamentos. Com a implantação dos livros de protocolo, cada documento fiscal terá suas informações devidamente registradas, bem como a secretaria de origem, permitindo o rastreamento da nota fiscal, a identificação dos responsáveis pelo encaminhamento e do servidor que recebeu os documentos na contabilidade. Dessa forma, será instituído um controle rigoroso e seguro sobre a transição dos documentos fiscais. O fornecimento de carimbos personalizados, por sua vez, será destinado ao atesto do recebimento definitivo de bens e serviços pelas secretarias. Os carimbos serão utilizados para identificação e assinatura dos fiscais de contratos, responsáveis por acompanhar a execução dos instrumentos contratuais e atestar tal acompanhamento no verso do documento fiscal. Também serão entregados para o atesto do recebimento e para a autorização de liquidação e pagamento pelo ordenador de despesas. Essa prática visa assegurar que todo documento fiscal encaminhado à Contabilidade tenha, obrigatoriamente, passado pelo fiscal do contrato e pelo ordenador de despesas, impedindo que fornecedores entreguem notas fiscais diretamente à Contabilidade ou que sejam realizados pagamentos por produtos ou serviços em desacordo com o contrato, ou que sequer tenham sido efetivamente recebidos pelas secretarias. Além disso, faz-se necessária a aquisição de carimbos para a Secretaria Municipal de Saúde, em razão da contratação de novos servidores por meio do Concurso Público nº 001/2025, cujas homologação foi em 22 de dezembro de 2025. Referidos profissionais acessaram de carimbos para assinatura de receitas e prescrições de tratamentos, bem como para o registro e atesto de





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

atendimentos em fichas próprias, devendo constar, obrigatoriamente, o número de seus registros nos respectivos conselhos de classe.							
3. Tipo de Item, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços*, unidade de fornecimento, quantidade a ser contratada, e valores unitários e totais:							
Item	Descrição	Catmat	Código IPM	Und	Qtd	RS Unit	RS Total
01	Carimbo auto entintado automático, acrílico, com resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polimero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 60mm x 40mm - indicação: ideal para carimbos de até 8 linhas. Referência: Trodat printy 4927	259965	17567	Und	40	133,40	5.336,00
02	Carimbo auto entintado automático, acrílico, com resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser	434453	17567	Und	11	152,48	1.677,28

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.716.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página | 63



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

03	Carimbo autográfico automático, acrílico, com refil retrátil, com resina, (almofada) de tinta monocromática com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polimero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 38mm x 14mm - indicação: ideal para carimbos de até 4 linhas. Referência: Trodat printy 4912	362783	17567	Und	12	43,33	519,96
04	Carimbo autográfico automático, acrílico, com refil retrátil, com resina, (almofada) de tinta monocromática com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polimero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 38mm x 14mm - indicação: ideal para carimbos de até 4 linhas. Referência: Trodat printy 4912	362783	17567	Und	12	51,67	620,04

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85998-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.716.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página | 64



Município de Mercedes  
Estado do Paraná



Município de Mercedes  
Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XXV/2026  
Processo Licitatório nº XXV/2026

	(almofada) de tinta monocromática com cor a ser definida pelo município no ato da compra, brochura com infanteriação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e contencionado em foto polinero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 47mm x 18mm - indicação; ideal para carimbos de até 5 linhas. Referência: Trodat printy 4912							
05	Livro de expediente protocolo de correspondência 1/4 e/ 100 folhas, Capa dura fabricada em papelão 0,705 grs, revestido em papel off-set, plastificado. Miolo: papel off-set. Formato: aporcionado 155 x 220 mm Referência: Tólbira, São Domingos	402513	13087	Unid.	10	21,79	217,90	

**Justificativa do quantitativo previsto (como se definiu o mesmo):** O quantitativo foi estimado com base no número de fiscais e gestores de contratos, bem como de ordenadores de despesas, que necessitarão de carimbos para a assinatura de documentos fiscais. Considerou-se, ainda, a quantidade de secretarias e setores que receberão livros de protocolo destinados ao registro dos processos encaminhados à Divisão de Contabilidade. Adicionalmente, levou-se em conta o número de profissionais de saúde a serem contratados ou que demandam substituição de carimbos.

**4. Estimativa preliminar do valor total da contratação (se para elaboração do PCA, indicar o valor correspondente ao exercício financeiro do Plano):**

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85999-100 - Mercedes - PR  
e-mail: [atcarao@mercedes.pr.gov.br](mailto:atcarao@mercedes.pr.gov.br) - CNPJ 05.719.373/0001-23  
[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Ocelina 145

Edital de Pregão Eletrônico nº XV/2026  
Processo Licitatório nº XV/2026

R\$ 8.371,18 (oito mil, trezentos e setenta e um reais e deztois centavos)	
5. Previsão da data desejada para a contratação: 15/02/2025.	
6. Grau de prioridade da compra ou contratação:	
( ) Baixa ( x ) Média ( ) Alta ( ) Muito Alta	
7. Há vinculação ou dependência com a contratação de outro DFD para sua execução, visando a determinar a sequência em que as respectivas contratações serão realizadas:	
( ) SIM – Qual:	
( x ) NÃO	
8. Classificação orçamentária da despesa, indicando a ação, até nível de elemento e desdobramento:	
02.004.04.122.0003.2006 – Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças	
Elemento de despesa:	333903016
Fonte de recurso:	000, 510
02.007.10.301.0006.2027 – Gestão das Unidades de Atenção Básica.	
Elemento de despesa:	333903016
Fonte de recurso:	494
8.1. Centro de Custo	
02.004.001 ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	
02.006.001 ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE	
9. A elaboração do Estudo Técnico Preliminar e da Análise de Riscos é opcional (§ 7º do art. 7º do Decreto n.º 031, de 24 de março de 2023):	
( x ) SIM	( ) NÃO
Justificativo (especificar porque é opcional, se for o caso): Demanda de complexidade baixa.	

§ 3º A abstração do ETP e a análise de riscos são opcionais nos seguintes casos:

- I - nas hipóteses dos incisos I (votar), II (votar), III (licitação deserta ou fracassada), VII (casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem), VIII (emergências e calamidade pública) do art. 75 e do § 7º do art. 90 (recursamente de obra), ambas da Lei nº 14.132, de 1º de abril de 2023;
- II - quaisquer alterações contratuais resultando por meio de termo aditivo ou apostilamentos, inclusive alterações quantitativas e prorrogações contratuais relativas a objetos de prestação de natureza continuada;
- III - contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade de licitação, quando a simplicidade do objeto ou o modo de fornecimento permitir afastar a necessidade de estudo técnico preliminar e análise de risco, o que deverá ser devidamente justificado no documento de formalização da demanda;
- IV - mediante justificativa, nos casos envolvendo contratação de objetos de baixo valor ou baixa complexidade.

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone: (41) 3258-8000 – CEP 85968-100 – Mercedes – PR  
e-mail: [licitacao@mercedes.pr.gov.br](mailto:licitacao@mercedes.pr.gov.br) – CNPJ 95.719.373/0001-23  
[www.mercedes.pr.gov.br](http://www.mercedes.pr.gov.br)  
Diário Oficial





**Município de Mercedes**  
**Estado do Paraná**

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026



**Município de Mercedes**  
**Estado do Paraná**

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

Mercedes-PR, 08 de janeiro de 2026.
Assinatura do Responsável pela Formalização da Demanda
Cliente e de acordo:
Secretário da Pasta Interessada (nome): Edson Knud
Assinatura:

**ANEXO IV**  
**MINUTA DO CONTRATO**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../2026,**  
**QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE**  
**MERCEDES**  
**E .....**

O MUNICÍPIO DE MERCEDES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Dr. Osvaldo Cruz, n.º 555, Centro, na Cidade de Mercedes, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Laerton Weber, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXX XXXX XXXX XXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXX/XXXX-XX, sediada na Rua/Av. XXXXXXXX XXXX n.º XXX, bairro XXX, CEP XXX-XXX, na cidade de XXXXXXXX, Estado do XXXXXXXX, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por XXXX XXXX XXXX, representante legal, confirmam atos constitutivos da empresa OU procuração apresentado(a) nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº X/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1.º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 22, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de carimbos e livros de protocolo para os nos Secretarias e no Departamento de Contabilidade do Município de Mercedes-PR, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2. Objeto da contratação:**

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	RS Unit	RS Total
01	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocrômica com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto poliéster), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 60mm x 40mm - indicação: ideal para carimbos de até 8 linhas. Referência: Trodat printy 4927	259965	Und.	40		



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XX/2026

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XX/2026

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	RS Unit	RS Total
02	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 75mm x 38mm - indicação: ideal para carimbos de até 5 linhas. Referência: Trodat printy 4926	434453	Und.	11		
03	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões aproximadas: 47mm x 18mm - indicação: ideal para carimbos de até 5 linhas. Referência: Trodat printy 4912	362783	Und.	12		
04	Carimbo auto entintado automático, acrílico, resina, retrátil, com refil (almofada) de tinta monocromático com cor a ser definida pelo município no ato da compra, borracha com informação personalizada (a ser definida pelo município no ato da compra e confeccionado em foto polímero), com mola, trava de proteção, tendo como dimensões	362783	Und.	12		

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85898-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.718.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br

Página 168

Item	Descrição	Catmat	Und	Qtd	RS Unit	RS Total
05	Lavro de expediente protocolo de correspondência 1/4 e/ 100 folhas, Capa dura fabricada em papelão 0,705 grs, revestido em papel off-set, plastificado. Modelo: papel off-set. Formato aproximado 155 x 220 mm. Referência: Tilibra, São Domingos	402513	Und.	10		

1.3. Vitalicam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06(seis) meses, contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período findado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e VIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## 4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 - Fone (45) 3256-8000 - CEP 85898-100 - Mercedes - PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br - CNPJ 05.718.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br

Página 170

Pag. 187

Ass.





## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XV/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, VI)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/12/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas alterações finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste serão(m), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### 8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município de Mercedes para adoção das

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3258-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 71



## Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XV/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e a Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3258-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR

e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página | 72





# Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inatendimento não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução;

## II. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Compete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo ilícito ou cometer fraude de qualquer natureza;

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85098-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br



# Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XV/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

b) praticar ato lesivo previsto no art. 3º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.  
11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV) **Multa**:

- Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" e "h" do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato;
- Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 10% a 20% do valor do Contrato;
- Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato;
- Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato;
- Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85098-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br





# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

contratário e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prevista (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CNEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inseridos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ou contratante.

11.11 As intimações necessárias ao desenvolvimento do procedimento para eventual aplicação de sanção por infração poderão ser realizadas por qualquer meio eletrônico de comunicação, como correspondência com aviso de recebimento, contato telefônico, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp, mensagem por meio de redes sociais, e-mail indicado pelo contratado, e etc.

11.12 A intimação por correspondência será comprovada mediante a juntada do aviso de recebimento aos autos e, as demais, mediante a juntada do respectivo comprovante e/ou certidão expedida por servidor público.

11.13 A intimação efetuada por e-mail, mensagem por meio do aplicativo WhatsApp e mensagem por meio de redes sociais, será considerada efetuada/recebida no prazo de 1 (um) dia

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página 175



# Município de Mercedes

## Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

util, a contar de seu envio, caso o destinatário não confirme o recebimento antes.

11.14 É responsabilidade do contratado manter atualizados os endereços e contatos informados, considerando-se necessárias as comunicações encaminhadas para os mesmos no caso de eventual alteração não comunicada.

11.15 A participação nos certames promovidos pelo Município de Mercedes, bem como, nas contratações diretas, implica ciência e concordância com a realização das comunicações na forma dos subitem anteriores.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele considerado em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas administrativas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como analogamente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atua na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja sócio, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

Pag. 190

Ass. [Assinatura]

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (45) 3256-8000 – CEP 85998-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23  
www.mercedes.pr.gov.br  
Página 176



# Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII, 13.1). As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Mercedes deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

02.004.04.122.0003.2006 – Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças

Elemento de despesa: 333903016

Fonte de recurso: 000, 510

02.007.10.301.0006.2027 – Gestão das Unidades de Atenção Básica.

Elemento de despesa: 333903016

Fonte de recurso: 494

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma do art. 176, III, parágrafo único, I e II, da Lei nº 14.133/2021, conforme opção formalizada por meio do Decreto Municipal nº 175, de 18 de outubro de 2023, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo site oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 3º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Comarca de Maréchal Cândido Rondon, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (46) 3256-8000 – CEP 85908-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página 177



# Município de Mercedes Estado do Paraná

Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2026  
Processo Licitatório nº XXX/2026

Mercedes/PR, em 08 de XXXXXXX de 2026.

Município de Mercedes  
CONTRATANTE

XXXX  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

XXXX

XXXX

X

Pag.  
191

Ass.

Rua Dr. Osvaldo Cruz, 555 – Fone (46) 3256-8000 – CEP 85908-100 – Mercedes – PR  
e-mail: licitacao@mercedes.pr.gov.br – CNPJ 95.719.373/0001-23

www.mercedes.pr.gov.br

Página 178